

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

AGRICULTURA FAMILIAR E MEIO AMBIENTE: POSIÇÕES SOCIAIS E
ESTRATÉGIAS DE AGRICULTORES ASSENTADOS
EM ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Maria Sergia Villaberde
Orientador: Prof. Dr. Jalcione Almeida

Porto Alegre
2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

AGRICULTURA FAMILIAR E MEIO AMBIENTE: POSIÇÕES SOCIAIS E
ESTRATÉGIAS DE AGRICULTORES ASSENTADOS
EM ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Maria Sergia Villaberde
Orientador Prof. Dr. Jalcione Almeida

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural como quesito parcial para obtenção do Grau de Mestre Desenvolvimento Rural - Área de Concentração em Agricultura, Meio Ambiente e Sociedade.

Série PGDR - Dissertação n.º 010
Porto Alegre
2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

A Banca Examinadora abaixo relacionada aprovou, no *dia 31 de agosto de 2001*, a Dissertação de *Maria Sergia Villaberde* com o título *Agricultura familiar e meio ambiente: posições sociais e estratégias de agricultores assentados em área de proteção ambiental* como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural - Área de Concentração Agricultura, Meio Ambiente e Sociedade.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida (Orientador- Presidente)

Prof. Dr. Gustavo Henrique Merten (UFRGS)

Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel (UFRGS)

Prof. Dr. Roberto Verdum (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Aos agricultores do Assentamento "Filhos de Sepé" e suas famílias, por sua disposição para colaborar com a realização deste trabalho. De igual modo, aos mediadores técnicos das organizações com as quais estabeleci contato.

À comunidade do PGDR, seus administrativos, professores e, particularmente, aos meus colegas pelo apoio recebido. Gostaria de destacar o esforço e dedicação de meu orientador, professor Jalcione Almeida, como assim também os inestimáveis aportes recebidos do Prof. José Carlos Gomes dos Anjos.

À minha família, em especial minha mãe, meu companheiro e meu filho, por sua infinita paciência e compreensão.

SUMÁRIO

| | Páginas |
|--|---------|
| INTRODUÇÃO | 01 |
| 1 PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO | 04 |
| 2 REFERENCIAL CONCEITUAL | 06 |
| 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 19 |
| 4 POSIÇÕES DOS AGRICULTORES E TÉCNICOS EM RELAÇÃO À QUESTÃO AMBIENTAL E SEUS FATORES DETERMINANTES | 28 |
| 4.1 Características do contexto da situação analisada | 28 |
| 4.1.1 Descrição da região..... | 28 |
| 4.1.2 Caracterização do assentamento | 30 |
| 4.1.3 Instituições e mediadores relacionados ao assentamento | 33 |
| 4.2 Origem e trajetória social dos agricultores | 35 |
| 4.3 Características estruturais dos sistemas produtivos implementados..... | 39 |
| 4.3.1 Recursos naturais | 39 |
| 4.3.2 Capital | 41 |
| 4.3.3 Relação com os mercados | 43 |
| 4.3.4 Créditos e rendas | 44 |
| 4.3.5 Características dos sistemas de cultivo | 46 |
| 4.3.6 Características dos sistemas de criação | 48 |
| 4.3.7 Organização para o trabalho | 49 |
| 4.3.8 Projetos e aspirações sociais | 50 |
| 4.3.9 Relação produção agrícola /conservação ambiental | 52 |
| 5 A RELAÇÃO PRODUÇÃO / CONSERVAÇÃO ENTRE OS AGRICULTORES INVESTIGADOS E A POSIÇÃO DOS MEDIADORES TÉCNICOS | 61 |
| 5.1 A sensibilidade ambiental entre os agricultores assentados | 61 |

| | |
|--|----|
| 5.2 Análise de posições e estratégias em cada grupo e sua relação produção/conservação | 66 |
| 5.2.1 Estrutura subjetiva | 67 |
| 5.2.2 Estrutura objetiva | 73 |
| 5.2.3 Trajetória social dos agricultores | 75 |
| 5.3 Pacotes Interpretativos dos agricultores | 78 |
| 5.4 Posições dos mediadores técnicos | 80 |
| | |
| CONCLUSÕES | 88 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 93 |
| BIBLIOGRAFIA CITADA E CONSULTADA | 95 |
| ANEXOS | 99 |

LISTA DE QUADROS

| | Páginas |
|--|---------|
| Quadro 1: Diferentes situações sociais contraditórias e potencialmente conflituosas para os agricultores assentados – Assentamento Filhos de Sepé, Viamão – RS | 15 |
| Quadro 2: Aspectos abordados nas entrevistas com os agricultores – Assentamento Filhos de Sepé, Viamão – RS..... | 24 |
| Quadro 3: Lugares de origem dos agricultores entrevistados – Assentamento Filhos de Sepé, Viamão – RS | 36 |
| Quadro 4: Vantagens e desvantagens de cada um dos setores do assentamento, segundo os agricultores assentados – Assentamento Filhos de Sepé, Viamão – RS | 38 |
| Quadro 5: Posições dos grupos de agricultores assentados frente aos diferentes eixos de análise – Assentamento Filhos de Sepé, Viamão – RS | 72 |
| Quadro 6: Variáveis da estrutura objetiva dos diferentes grupos de agricultores assentados – Assentamento Filhos de Sepé, Viamão – RS | 74 |
| Quadro 7: Trajetória social dos grupos de agricultores assentados – Assentamento Filhos de Sepé, Viamão – RS | 76 |
| Quadro 8: Pacotes interpretativos dos grupos de agricultores assentados – Assentamento Filhos de Sepé, Viamão – RS | 80 |
| Quadro 9: Pacotes interpretativos dos mediadores técnicos atuantes no Assentamento Filhos de Sepé, Viamão – RS | 86 |

RESUMO

A questão ambiental é uma expressão que tem na flexibilidade sua maior força, com uma grande riqueza simbólica e capacidade para provocar mobilidade social a partir de sua discussão. Mas qual é o verdadeiro sentido que esta tem para os agricultores? Como entendem esta questão ambiental tão mencionada, particularmente pelos mediadores técnicos? O presente trabalho objetiva entender a questão ambiental analisando o lugar que a natureza ocupa na organização dos Sistemas Produtivos dos agricultores do Assentamento de Viamão, Águas Claras, no Rio Grande do Sul. O lugar que a natureza ocupa estima-se a partir de parâmetros como a avaliação dos Recursos Naturais que realizam, como escolhem suas atividades e as técnicas que utilizam, sua posição em relação a uma agricultura diferente, à Área de Proteção Ambiental, à tecnologia. Agruparam-se os agricultores segundo a manifestação ou não de sensibilidade ambiental. A primeira constatação foi que o lugar que ocupa a Natureza na prática é diferente ao que ocupa no discurso. A partir das posições dos agricultores, se conformam os “Pacotes interpretativos” analisados como as interpretações da questão ambiental dos diferentes grupos. Analisa-se a situação como uma arena específica, na qual as ações e discurso dos atores presentes influenciam-se mutuamente. Entre as conclusões, destaca-se o predomínio da propriedade como a principal relação com a natureza. O que se reflete na presença de duas Naturezas: a própria e a que conforma o “meio ambiente”. Por sua vez, a Natureza ocupa um lugar no discurso e outro na ação. Por último, não existe uma relação linear (uma determina à seguinte), entre as práticas agrícolas, as estratégias e o discurso, pelo contrário, têm determinantes comuns, como estrutura objetiva, subjetiva e trajetória social. Além disso, apresentam uma forte interdependência.

ABSTRACT

The environmental issue is an expression that has in its flexibility its greatest strength, presenting a great symbolic richness and capacity to promote social mobility from its discussion. But what is the real meaning of this expression for the agricultural workers? How do they understand the environmental issue that has been discussed a lot, particularly by technical mediators? The present study aims to understand the environmental issue by analyzing the place nature occupies in the organization of the agricultural workers' Productive Systems in the Viamão settlement, Águas Claras, in the state of Rio Grande do Sul. The place nature occupies is estimated from parameters like the evaluation they make of the natural resources, how they select their activities and techniques, and their position in relation to a different agriculture, to the environmental protection area, and to the technology. The agricultural workers were grouped according to whether they manifested, or not, a sensitivity to the environment. The first thing that was possible to verify is that Nature occupies different places in practice and in discourse. The interpretive Packages analyzed as the interpretations of the environmental issue of the different groups were formed from the agricultural workers' postures. The situation is analyzed as a specific arena where the actions and discourse of the present actors influence each other. The predominance of property as the main relation to nature is outstanding among the conclusions, which is reflected in the presence of two natures: nature itself, and the one that forms the environment. Nature, in its turn, occupies a place in discourse and another one in practical actions. Finally, there is no linear relation (one determines the following) between agricultural practices, strategies, and discourse; on the contrary, there are common determinants, as the objective and subjective structures, and the social trajectory. Moreover, they present a strong interdependency.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho se pretende estabelecer qual é a posição que a natureza ocupa nos sistemas produtivos agrícolas, através da análise das práticas e manifestações de agricultores. Isto permitirá entender como os agricultores pensam e atuam em relação à questão ambiental, termo de muitos significados e que possui em cada situação uma conotação particular. Analisam-se particularmente as situações onde os agricultores devem encarar um processo produtivo que lhes permita sua reprodução, com fortes limitações de estrutura, como por exemplo, escassez de recursos materiais e naturais. Com é o caso dos agricultores familiares do assentamento Filhos de Sepé de Aguas Claras, Viamão, Rio Grande do Sul.

A estas deficiências se somam importantes restrições de uso dos recursos naturais já que o assentamento forma parte de uma Área de Proteção Ambiental (APA). Em relação a esta forma de preservação a Lei Federal 6.902, estabelece que são porções do território nacional com diferente configuração e tamanho, além de modalidades de manejos diferentes, com características notáveis dotadas de atributos bióticos, estéticos ou culturais que exijam proteção.

Parte do objetivo deste trabalho é entender a conotação da questão ambiental, no assentamento, entre os agricultores e outros atores e mediadores sociais, em uma “arena específica”, o que permite contextualizar melhor que quando se fala da opinião pública, ou até representações sociais. Destas “arenas” emerge uma questão ambiental própria de este contexto, deixando-se de avaliar sim estas interpretações coincidem com significados “oficiais” ou “universais”. Além disso, se busca entender como estas diferentes conotações da questão ambiental influenciam na hora da escolha de

estratégias que terminam afetando os resultados obtidos por famílias em seus sistemas produtivos.

Uma das motivações para realizar esta investigação surgiu da extensão rural, área onde desempenho meu trabalho profissional, na qual através de uma série de métodos e técnicas se objetiva que o produtor desenvolva determinadas habilidades ou incorpore conhecimentos técnicos. Apesar de uma ampla gama de objetivos e metodologias utilizadas, desde as mais condutivistas/dirigistas até as mais construtivistas, do ponto de vista pedagógico adotado, não se considera como o agricultor entende a sua realidade e o porquê de suas ações, além do que a interpretação destes parâmetros é objeto de controvérsia. A hermenêutica, área que diz respeito à teoria e a prática da compreensão em geral, e a interpretação de significados de textos e ações em particular, é geralmente negligenciada. Neste trabalho tenta-se entender como os agricultores entendem sua realidade a partir de uma perspectiva interpretativista, evitando os enfoques que defendem uma visão utilitarista dos agricultores.

O primeiro capítulo trata do problema de investigação e de uma descrição do assentamento “Filhos de Sepé”, objeto de estudo, escolhido em um primeiro momento, além de sua proximidade com Porto Alegre, por suas características particulares como por exemplo a presença de uma Área de Proteção Ambiental dentro do assentamento. Pensou-se que esta APA era, junto com a inadequada dotação de recursos materiais, os principais limitantes, mas com o desenvolvimento da investigação se comprovou que as características próprias dos recursos naturais eram para os agricultores suas principais limitantes, e as principais componentes de “sua” questão ambiental.

No segundo capítulo se realiza uma reflexão sobre conceitos e termos utilizados como suporte de análise deste trabalho. Já no capítulo três, se explicam detalhadamente os procedimentos metodológicos utilizados para realizar a investigação: elaboração e características dos instrumentos utilizados, entrevista, roteiro de perguntas, construção da amostra e seleção dos casos, conformação dos grupos de agricultores, critérios, eixos analíticos, posição de mediadores técnicos e construção dos paquetes interpretativos. Mencionam-se também as dificuldades encontradas e como foram superadas.

No quarto capítulo se descreve o contexto da situação analisada, da trajetória dos agricultores e as principais características dos sistemas produtivos, como sua dotação de

recursos, relação com os mercados, produção vegetal e animal, organização para o trabalho, projetos e expectativas.

O quinto capítulo é mais analítico, nele se analisam as posições dos grupos de agricultores e suas estratégias, suas estruturas objetivas, subjetivas e trajetórias sociais, parâmetros determinantes de seus pacotes interpretativos e de suas estratégias.

1 PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

O assentamento “Filhos de Sepé” ocupa uma área de 9.406 ha, estando localizado na bacia hidrográfica do rio Gravataí, em Águas Claras, município de Viamão, zona metropolitana de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. Vivem ali 376 famílias, divididas em quatro grupos, autodenominados A (112 famílias), B (30 famílias), C (115 famílias) e D (108 famílias). Este é o maior assentamento do estado. As famílias chegaram ao local em dezembro de 1998.

O assentamento apresenta uma situação extremamente particular pois, foi criado dentro de uma Área de Proteção Ambiental, a APA do Banhado Grande¹. Neste caso, a busca de sistemas produtivos deve levar em consideração as limitações previstas pela lei ambiental no caso das Áreas de Proteção Ambiental. O assentamento em questão apresenta-se, portanto, em função de seu tamanho e de sua situação ambiental, como um desafio de grande importância não só para os assentados e técnicos que ali trabalham, mas para a sociedade em seu conjunto.

As famílias que compõem o assentamento se encontram em uma situação em que se combinam, por um lado, a necessidade de encarar um processo produtivo que lhes permita sua reprodução, com limitações estruturais muito fortes, como a insuficiente dotação de recursos produtivos (desde máquinas e equipamentos até recursos financeiros), e características agroecológicas que limitam as possibilidades de desenvolver certas atividades produtivas. Por outro lado existem, pelo fato do assentamento estar inserido numa APA, fortes restrições ao uso dos recursos naturais. Planeja-se analisar como as famílias resolvem estas demandas, tanto de reprodução

¹ A referida APA ocupa cerca de um terço da área total do assentamento. Para maiores detalhes, ver item 4.1.2 a seguir.

social como de proteção ambiental, antagônicas, embora tenham forte interdependência, uma vez que o deterioramento de uma levará ao deterioramento da outra.

Em uma situação de fortes limitações estruturais e limitações nos usos dos recursos naturais, como estas famílias pensam e praticam a organização de seus sistemas produtivos? Como planejam sua relação com a natureza, concretizada na relação entre produção/conservação (ou proteção do meio ambiente)? Como pensam conciliar estes aspectos? Que lugar ocupam os aspectos ambientais nas decisões ou eleições de alternativas que realizam as famílias nos sistemas de produção? As representações dos demais atores sociais envolvidas direta ou indiretamente ao assentamento são contraditórias às dos agricultores? Opõem-se a seus interesses?

A hipótese principal que orienta este trabalho é que famílias com similar dotação e disponibilidade de recursos produtivos (naturais, capital e trabalho), podem alcançar distintos resultados sócio - econômicos, segundo as estratégias que assumem. Estas, dependem de numerosas variáveis, entre elas destacam-se como as famílias entendem a relação produção / conservação.

Em síntese, se pretende analisar como estes agricultores pensam e praticam a organização de seus sistemas produtivos, como planejam sua relação com a natureza, concretizada na relação entre produção agrícola/conservação (ou proteção do meio ambiente).

Através da análise dos sistemas produtivos se buscará compreender que lugar ocupa a questão ambiental nas decisões que tomam os agricultores e como estas influenciam na escolha de diferentes estratégias para alcançar seus objetivos.

2 REFERENCIAL CONCEITUAL

Os elementos conceituais referenciados ao longo do capítulo foram os que se utilizaram na reflexão teórica que acompanhou a análise dos dados obtidos da situação empírica. É esta combinação dados e reflexão, somada à revisão bibliográfica, que permite avanços teóricos, integrando um processo de investigação global.

Agricultura familiar

A agricultura familiar teve (e ainda hoje tem) diferentes conotações, gerando intermináveis discussões, não somente em relação a sua permanência ou não no desenvolvimento capitalista, mas também sua definição é objeto de diferentes interpretações. Mais recentemente o debate centrou-se no seu papel, já não como produtora de alimentos, mas como aquela que poderá reverter o grave processo de deterioração que sofre o meio ambiente.

No Brasil, permanecem ainda muitas dúvidas com respeito à utilização do termo “agricultura familiar”. Pode-se notar que em sua evolução, substitui outras idéias utilizadas na produção científica nas últimas décadas. A maior afirmação deste conceito se deu por duas vias, segundo SCHNEIDER (1999). Uma via, no campo político, relacionada aos movimentos sociais, principalmente o sindicalismo rural, e, por outro lado, através de alguns trabalhos acadêmicos que passaram a buscar novas referências teóricas e analíticas. De qualquer modo, mantém-se esta noção para caracterizar grupos de agricultores com pequenas extensões de terra que utilizam fundamentalmente trabalho familiar nos processos produtivos. SCHNEIDER (1999) atribui isto ao forte peso do marxismo clássico nos estudos do mundo rural. Assim, desde meados da década

de 1950 até o final da década de 1960, a discussão se centrava nas relações de produção no campo (a chamada “questão agrária”), onde se utilizava a noção de camponês, que abarcava pequenos proprietários, arrendatários, meeiros, etc., noção esta fortemente impregnada de conteúdo político-ideológico. Na década de 1970 os proprietários de pequenas extensões de terra identificados como minifundistas, passaram a ser “pequenos produtores”. Isto acontecia enquanto surgia uma ideologia que estimulava a modernização tecnológica destes setores, de modo que existia uma convivência de ambos os conceitos: pequena produção, mais operacional, e camponeses, como uma categoria mais teórica. Na segunda metade da década de 1970 surgem os estudos inspirados na “teoria da economia camponesa”, baseados em CHAYANOV (1974, 1981), *apud* SCHNEIDER (1999) que, apesar de romperem com a tradição marxista clássica, continuavam com a visão de que os camponeses mantinham uma articulação com o sistema econômico dominante, apesar de seus mecanismos específicos de funcionamento manterem uma relação subordinada ao capital.

Já na década de 1980, continua SCHNEIDER (1999), adiciona-se ao conceito de pequena produção as noções de “integração” e “exclusão”. Os “integrados” eram aqueles que se ligavam às agroindústrias e mercados consumidores. Os “excluídos” eram aqueles que não participaram do processo de modernização. Estas categorias reforçavam uma visão marxista que explicava a expansão capitalista, provocando um processo de diferenciação social.

O trabalho realizado por KAGEYAMA e BERGAMASCO (1989) propõe uma tipologia para analisar a estrutura de produção na agricultura com base nas relações de trabalho predominantes, trabalhando com dois subconjuntos: **a)** estabelecimentos dirigidos por um administrador e aqueles que não utilizam mão-de-obra familiar não remunerada, a que chamaram de “Empresas Capitalistas”; e **b)** estabelecimentos que não são dirigidos por um administrador contratado e que utilizam necessariamente mão-de-obra familiar, a que chamaram “Conjunto Familiar”, dirigidos pelo produtor.

Devido à heterogeneidade da produção familiar, deve-se diferenciar esta categoria. Através do peso relativo do trabalho contratado, externo à família, surgem assim três tipos: **a)** familiares puros; **b)** familiares complementados por empregados temporários; e **c)** empresas familiares com trabalho externo e permanente. Este trabalho

considera a existência de estabelecimentos familiares e empresariais, deixando de lado a polaridade minifúndios/latifúndios e pequenos/grandes.

Após este trabalho KAGEYAMA e BERGAMASCO, explica SCHNEIDER (1999), surgem outros já nos anos 1990, como o realizado pela FAO e pelo INCRA (1994), cujo objetivo foi o de determinar diretrizes para um modelo de desenvolvimento sustentável, sugerindo outra classificação dos estabelecimentos agropecuários, separando-os em dois modelos: “patronal” e “familiar”. O primeiro se caracteriza pela completa separação entre gestão e trabalho, pela organização descentralizada e ênfase na especialização produtiva, uso de práticas padronizáveis e trabalho assalariado. O modelo familiar, por outro lado, apresentava uma relação íntima entre gestão e trabalho, direção do processo produtivo a cargo dos proprietários, ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e qualidade de vida, utilização de trabalho familiar (assalariado apenas como complementar) e tomada de decisão imediata. Os estabelecimentos familiares foram separados em três subcategorias: familiar consolidada, em transição e periférica.

Em termos gerais, ao referir-se à agricultura familiar, se faz referência àquela que cumpre com os requisitos de oferecer alimentos baratos e de qualidade e reproduzir-se de forma mais ou menos autônoma. Ainda que às vezes provenha de uma evolução de formas camponesas, se distinguem destas por sua inserção em ambientes marcadamente capitalistas ABRAMOVAY (1997) *apud* SCHNEIDER (1999).

LAMARCHE *apud* GEHLEN (1998), se refere às características do produtor familiar moderno, ou “colono”, nos seguintes termos:

“A adoção da referência de produtor moderno o aproxima do tipo ideal de empresário, sem abandonar sua condição identitária fundamental, pois ao definir-se pela conduta de tipo empresarial estabelece não somente outras relações com o trabalho, com a família, com a produção, com o mercado, mas também outras relações com a terra, com o espaço e com o tempo. De fato, ele forja uma outra concepção dele mesmo e de sua profissão. Nesta perspectiva, prioridade à geração de mercadorias sem realizar a acumulação capitalista, visa em primeiro lugar reproduzir a família e o patrimônio (material, social e cultural) melhorando a qualidade de vida e, complementarmente, produzindo a sua subsistência” (GEHLEN, 1998) (sublinhado por M.S.V.)

Do mesmo modo, para o agricultor familiar tradicional, ou “caboclo”, o mesmo autor afirma:

“Para o agricultor familiar tradicional (que podemos idealizar na figura do caboclo), o trabalho é necessário, porém parte relativa da vida. É o fluxo da vida que comanda o uso do tempo o qual subordina o trabalho. Por isso, as técnicas de produtividade pouco significam. Estabelece uma relação com o natural que o torna parte de si mesmo e sua preservação é essencial para o espaço – tempo da vida. O trabalho, para esta concepção, não pode destruir a natureza substituindo-a por uma cultura estranha, como o fizeram os colonos imigrantes. O excedente é produzido para garantir a reprodução familiar e a qualidade de vida. A terra é espaço e lugar de vida, necessária para a reprodução biológica, social e religiosa (acredita nos espíritos da natureza), da família em sua acepção ampla que inclui o compadrio. Juntamente com a natureza a terra é condição da identidade. O trabalho, se orienta pela lógica da subsistência familiar, assemelhando-o ao que a literatura tradicional chama de camponês, por nós denominado de “modelo caboclo” (GEHLEN, 1998) (Sublinhado por M.S.V.)

Esta breve revisão de diferentes autores sobre a agricultura familiar é eloqüente a respeito da heterogeneidade que existe sob este termo. Contudo, se pode observar que apesar das diferenças que existem dentro da categoria de “agricultores familiares”, especialmente na sua relação com a terra, ao trabalho, a natureza, aos mercados, permanece o objetivo da reprodução como característica importante.

A “reprodução”, objetivo principal dos agricultores familiares, implica diferentes dimensões: **1)** a “sobrevivência da família”, o que significa cumprir as necessidades básicas; **2)** a “reprodução da família”, às vezes, ainda que não de maneira coincidente, envolve a “questão ambiental”; e **3)** a “reprodução da sociedade”, de onde a questão ambiental adquire um significado transcendente.

Questão ambiental

A “questão ambiental” faz referência a um termo com uma grande riqueza simbólica e capacidade para provocar mobilidade social (JOLLIVET, 1994). A partir de sua discussão se tem gerado mudanças de uma magnitude e alcance globais, sem precedentes. Através deste debate se chegou a própria discussão sobre “meio ambiente” e “sustentabilidade”.

A questão ambiental apresenta, para COSTABEBER (1999), reivindicações de grupos ambientalistas (desde o final da década de 1960) chamando a atenção sobre conflitos ambientais, demandando políticas públicas para regulamentar estas situações. Também no plano acadêmico, continua COSTABEBER, surgiram trabalhos como o informe “Limites do Crescimento” (1972), elaborado por uma equipe do Massachusetts Institute of Technology e pelo Clube de Roma, colocando em questão a possibilidade de manter-se o crescimento econômico baseado no consumo ilimitado dos recursos renováveis e na capacidade tecnológica de superar os problemas ecológicos que surgiram.

As evidências que já não somente eram de ordem física, adquiriam maior magnitude, conferindo à questão ambiental sua inserção no espaço público, ganhando maior terreno através da criação de secretarias, ministérios e, até no âmbito político, com o surgimento dos partidos verdes. Surgem eventos, afirma COSTABEBER (1999), que foram de suma importância neste processo de institucionalização, alguns dos quais adquirem uma dimensão internacional, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972, onde se começou a discutir esta questão como interação entre o ambiente natural e social. Já nos anos 1980 houve tentativas de incorporação desta questão nos programas de desenvolvimento: o trabalho da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, através da publicação do Relatório Brundtland, em 1987, é a referência mais aceita sobre a qual se consolidou o Desenvolvimento Sustentável como estratégia para enfrentar a problemática ambiental. No início da década de 1990 se realizou no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), onde se alcançou um maior acordo oficial em torno do Desenvolvimento Sustentável, e se adotou um programa de ação a longo prazo, sugerindo a transição para a sustentabilidade.

Nos últimos 20 anos se incorporou no debate o termo “meio ambiente”. Apesar da sua recente inclusão, é um termo que encerra questões que já se debatiam antes de obter-se este rótulo. Hoje, seu significado apresenta uma amplitude que permite designar, desde uma política, um órgão do governo e até, uma preocupação geral (JOLLIVET, 1994).

O debate sobre o meio ambiente, sociologicamente falando, está configurado por diferentes ideologias. É um campo estruturado de representações coletivas baseadas em um sistema de valores. Trata-se de uma ideologia política porque moderniza a questão democrática através dos direitos do cidadão à informação e participação em decisões públicas. É um termo que por ser jovem, afirma JOLLIVET (1994), se encontra ainda em estado instável e inacabado, o que permite que seja aberto, permeável e maleável. Introduce-se em um novo campo que toca profundamente o imaginário, as representações sociais e os sistemas de valores sociais, sendo que nestas características reside a força do termo como gerador de ideologias.

As evidências do deterioramento ambiental aumentam e se tornam inegáveis. A questão ambiental começa a ganhar terreno no espaço público e político, simultaneamente aparecendo o termo sustentabilidade, surgimento que EHLERS (1996) explica:

“Em meados da década de 1980, os impactos da agricultura moderna, a dilapidação das florestas tropicais, as chuvas ácidas, a destruição da camada atmosférica de ozônio, o aquecimento global e o ‘efeito estufa’ tornavam-se termos familiares para grande parte da opinião pública, principalmente nos países ricos. Questionava-se até que ponto os recursos naturais suportariam o ritmo de crescimento econômico imprimido pelo industrialismo, ou mesmo se a própria humanidade resistiria às seqüelas do chamado ‘desenvolvimento’. Como resposta a estas dúvidas consolidava-se um novo paradigma, um novo ideal: a sustentabilidade. Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento publicava Nosso futuro Comum, o famoso Relatório Brundtland, que ajudou a desenhar o ideal de um desenvolvimento sustentável para diferentes setores das sociedades modernas, como a agricultura e a economia. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, reafirmou este ideal”.

A palavra “sustentável” além de relacionar-se ao uso da terra, dos recursos bióticos, florestais e pesqueiros, a partir da metade da década de 1980 assume dimensões econômicas e socioambientais. Desta maneira, o termo sustentabilidade guarda semelhança com aquelas características que sinalizam para “meio ambiente”. Para definir as condições de sustentabilidade é necessária uma combinação de critérios éticos, morais, políticos e sociais. Tal como afirma JOLLIVET (1994), o debate sobre a “questão ambiental” obriga a repensar as relações entre a sociedade, a técnica e a natureza. Portanto, a “sustentabilidade” em um sentido amplo ultrapassa uma visão que objetiva mudanças dos sistemas físicos, senão que demanda também mudanças no

comportamento dos agentes humanos, como seriam os valores e as atitudes sociais. É onde reside a força desta noção como geradora de ideologias.

Como impacta esta questão ambiental na agricultura familiar? JOLLIVET (1994) se pergunta analisando o contexto onde os agricultores se confrontam com as exigências ambientais, comparando com as crescentes dificuldades econômicas devido à internacionalização dos mercados e à maior exposição destes às leis de mercado: "... não será o meio ambiente, carregador de uma nova dependência de grandeza internacional, e para tanto de novas dificuldades para enfrentar e superar?" (JOLLIVET, 1994).

A outra dimensão da questão ambiental que não pode ser ocultada, continua JOLLIVET, é a dimensão que ele denomina "naturalista". Os problemas reais e concretos que se apresentam com relação à gestão dos recursos, elementos e meios naturais. Em relação com a agricultura e os agricultores, esta referência ambiental trata do solo, da água, da biodiversidade, das paisagens e da atmosfera.

Entre as abordagens referidas na temática ambiental na agricultura, a proposta agroecológica provavelmente é a mais difundida. É para ALTIERI² (1999) um enfoque científico do desenvolvimento, com objetivos precisos. A agricultura sustentável é em realidade uma agenda de desenvolvimento com uma série de objetivos, não é um sistema de produção. Está pensada, continua ALTIERI, para a agricultura familiar e os camponeses. Entre seus objetivos destacam-se aqueles relacionados com a diminuição da pobreza, a segurança alimentar, ainda que isto não signifique que não se possa trabalhar em grande escala.

A idéia principal deste enfoque é trabalhar com sistemas os mais diversificados possíveis e reciclando desejos/rejeitos da produção, para poder obter sistemas mais eficientes e menos dependentes de recursos externos, que degradem menos os recursos naturais e menos vulneráveis a choques externos. Não se trata de sistemas "orgânicos" que não usam insumos químicos, mas de sistemas eficientes que usam a menor quantidade de insumos necessária ALTIERI *apud* KAIMOWITZ (1987).

Enquanto a tecnologia da Revolução Verde é intensiva em capital, utiliza variedades e agroquímicos para substituir a terra e usa maquinários para substituir mão-

² Palestra: "A transição para a Agroecologia: problemas e temas para uma agenda de pesquisa" Prof: Dr. M. ALTIERI – Dra. C. NICHOLS, Universidade de California, EUA. IEPI-UFRGS - 25 Nov 1999.

de-obra, a tecnologia que demanda esta agricultura alternativa tende a ser intensiva em conhecimentos.

Esta nova visão da tecnologia agrícola e a concepção de desenvolvimento subjacente, se adaptam muito bem à agricultura familiar, especialmente aquela que mantém maior diversificação, utiliza tecnologias de baixos insumos e tem um elevado grau de conhecimento das condições locais.

Por outro lado, o que significará para os agricultores familiares esta questão ambiental, em termos de rentabilidade, relação com os mercados e possibilidades de permanência no campo? É certo que mudanças acontecerão no funcionamento das unidades familiares, tanto em nível de estratégias utilizadas como de resultados obtidos?

MOREIRA (1998) examina as condições de competitividade e as questões de tecnologia e integração social a elas associadas, especialmente no acesso à terra e aos meios de produção. Este autor faz referência a uma nova qualificação de “sustentável” e qual poderia ser seu impacto na agricultura familiar. Para ele, a agricultura familiar se conformou no Brasil como um setor “bloqueado”, excluído do progresso social o que é visto como algo natural, e com respeito à questão ambiental afirma:

“a contemporaneidade ecológica está adicionando um elemento a mais a esta concepção dominante: gerar um ganho suficiente para manter a família e usar os recursos naturais de maneira sustentável. A qualificação de sustentável para a agricultura familiar coloca em questão a pertinência e validade do padrão de desenvolvimento em vigor”(MOREIRA, 1998).

A sustentabilidade, continua MOREIRA (1998), aponta para uma nova adequação tecnológica e não para um questionamento da ordem social. Esta concepção vê uma solução ao problema no campo da ciência e da técnica, como uma transformação ideológica de que a solução técnica traz consigo o progresso social.

Por outro lado, o contexto de desenvolvimento sustentável traz uma revalorização do saber-fazer camponês, ampliando assim o espaço da agricultura familiar no contexto de competição intercapitalista e da sociedade, ainda que para o autor:

“... esse espaço continuará condicionado à garantia da apropriação capitalista dos excedentes econômicos gerados pelo setor, continuará sendo um espaço econômico que tende a operar com lucro e renda da terra iguais a zero, o que reflete a exclusão deste setor do progresso e da ascensão social. Continuará como um espaço restringido, sujeito ao processo dinâmico de exclusão e integração diferenciadas” (MOREIRA, 1998).

Estratégias e percepções

Nas “estratégias” que estes agricultores implementam, ou seja, no modo como utilizam ou instrumentalizam os recursos produtivos, é onde se materializa o encontro entre esta questão ambiental, concretizada naquelas práticas tendentes a “conservação” dos recursos naturais, e as ações tendentes a alcançar o objetivo da “reprodução” em suas diferentes dimensões.

Por isso, para entender a relação produção agrícola/conservação ambiental, se aprofundará a análise sobre as estratégias assumidas pelos agricultores, definidas, segundo trabalho da Secretaria de Agricultura e Pecuária da Nação Argentina (1981), como o modo em que os agricultores utilizam ou instrumentalizam os recursos produtivos e as relações com os mercados, em concordância não apenas com as variáveis estruturais (terra, capital e trabalho), mas também com uma série de fatores socioeconômicos específicos e propriamente ambientais de cada exploração. As estratégias são as opções diferentes que têm aquelas unidades com uma estrutura econômica e produtiva semelhante.

Nestes estabelecimentos a economia doméstica e a economia de exploração estão intimamente ligadas. Devido a esta razão, as estratégias podem ter dois tratamentos: um centrado na família, que poderia chamar-se “estratégias de sobrevivência” de uma unidade familiar de produção/consumo; o outro centrado na exploração, sem desconhecer a importância da família, motivo pelo qual seria apropriado chamá-lo “estratégias de produção”. Entre as primeiras se destacam as entradas não-agrícolas, a composição demográfica, familiar, migrações, etc. Este é o enfoque utilizado neste trabalho.

Nos sistemas produtivos, o encontro entre a questão ambiental, concretizada naquelas práticas tendentes à “conservação” dos recursos naturais e às ações tendentes a

alcançar o objetivo da “reprodução” em suas diferentes dimensões, se materializa nas “estratégias” que estes agricultores implementam.

Os agricultores analisados passam por uma série de situações sociais contraditórias e potencialmente conflitivas, que envolvem diferentes aspectos, tais como seu lugar de origem, organização para o trabalho, atividades, tipo de agricultura, relações sociais que incluem as comerciais, pessoais e de confiança. Estas situações potencialmente geradoras de conflito poderiam ser agrupadas no antes e no hoje, representados no Quadro 1. Este seria um primeiro nível de situações sociais contraditórias.

A forma como cada família administra estas situações potencialmente conflitivas se reflete na organização de seus sistemas produtivos.

Quadro 1: Diferentes situações sociais contraditórias e potencialmente conflitivas para os agricultores. Assentamento Filhos de Sepé, Viamão - RS

| ANTES | HOJE |
|--|---|
| Provêm, majoritariamente, da região noroeste do Estado | Vivem na região metropolitana |
| Realizavam seu trabalho individualmente | Precisam organizar-se em grupo, para obter melhores condições de produção, recursos, etc. |
| Em geral plantavam muitos cultivos diferentes | Devem plantar principalmente arroz e hortaliças, de acordo com as condições de clima e solo |
| Realizavam uma agricultura convencional, em alguns casos tradicional | Devem optar por uma agricultura “diferente” |
| Relações sociais interrompidas | Reconstrução de relações sociais novas |

Fonte: Investigação de campo.

Para compreender a lógica que seguem os agricultores familiares para resolver estas situações sociais contraditórias, materializadas em suas estratégias, é de fundamental importância entender as “percepções” que estes atores sociais possuem com relação a diferentes aspectos, incluindo a natureza, que se manifestam individualmente, porém se constroem socialmente. Tal como explica FLORIT (1999) quando afirma:

“...a solidez da idéia de natureza frequentemente utilizada não passa de uma construção simbólica criada e legitimada através de um processo social. Portanto, não se confia numa Natureza, mas naquilo que grupos sociais chamam “natureza” (FLORIT, 1999). (Sublinhado por M.S.V.)

A relação entre o conceito de representações sociais e atividade representacional é cheia de ambigüidades. A maioria desta possuem sua origem no fantasma do cognitivismo e sua perspectiva individualizante, onde as representações são o reflexo do mundo externo na mente ou uma marca da mente que se reproduz no mundo externo. O outro fantasma sobre o estudo das representações individuais é o relacionado com símbolos. A teoria das representações se constrói sobre uma teoria dos símbolos. Elas são consideradas de acordo com MOSCOVICI *apud* JOVCHELOVITCH (1998) como formas de conhecimento social que reúnem duas fases, a simbólica e a figurativa.

Em WINNICOTT *apud* JOVCHELOVITCH (1998), existe um conceito de “espaço potencial”, estado intermediário entre a incapacidade e a progressiva capacidade para reconhecer e elaborar a realidade. Este espaço é um espaço dos símbolos, que pressupõem a capacidade de evocar presença apesar da ausência, sua principal característica é que eles significam outra coisa. Estes criam um objeto representado construindo uma nova realidade para a realidade que já existe, provocam uma fusão entre sujeito e objeto porque expressam a relação entre objeto e sujeito. Através dos símbolos, coisas diferentes podem significar umas para as outras, podem submergir umas nas outras, permitem uma variabilidade infinita. Ainda assim são referências.

É da essência da atividade simbólica o reconhecimento de uma realidade compartilhada, de uma realidade dos outros. Reconhecimento criativo que envolve aos outros e ao objeto (mundo). O sujeito constrói em sua relação com o mundo um novo mundo de significados. Por outro lado, é através da relação com outros que se originam as representações, permitindo uma mediação entre o sujeito e o mundo que descobre e constrói. Por outro lado, as representações permitem a existência de símbolos. Não existe possibilidade de criação simbólica fora de uma rede de significados já constituídos. O sujeito não está nem abstraído da realidade, nem condenado a reproduzi-la. Sua tarefa é elaborar uma permanente tensão entre um mundo que já está construído e seus próprios esforços para ser sujeito. Será que este conflito em que se encontram os agricultores assentados, na luta entre o que “é” e o que pretendem “ser”, se identifica mais no discurso que na prática?

Para MOSCOVICI *apud* FUKS (1998), no processo de socialização de descobrimentos científicos em nível de sentido comum, se observa que o novo objeto

apenas penetra no universo de representações de um grupo depois de passar por um laboratório de criação social, de modo que o estranho se torna familiar quando é parte integrante do processo constante de elaboração das representações sociais. FUKS (2000) considera que um dos principais veículos pelo qual se desdobra a disputa em torno de assuntos públicos è a argumentação. Para estudar procesos de definição de problemas sociais se deve trabalhar com recursos argumentativos, o qual requer não apenas uma compreensão de aspectos institucionais, sociais, econômicos e políticos que conformam o contexto onde se dá a disputa em torno da definição do problema, senão ter em conta a dimensão simbólica do conflito, a qual confere singularidade ao processo em questão.

Em contraste com outras abordagens, FUKS (2000) propõe que a ênfase se afaste do universo descontextualizado em que se expressa a opinião pública, ou as representações sociais, e se oriente no contexto do conflito, em que determinados setores da sociedade veiculam diferentes compreensões de determinados assuntos públicos. Para este autor, no centro da análise se encontram as dinâmicas argumentativas dos conflitos sociais, entendidas como a elaboração e veiculação de versões alternativas a respeito de assuntos públicos; resgata as argumentações como características essenciais do objeto de estudo, perspectiva que confere legitimidade ao debate público como campo de investigação. As arenas argumentativas são os lugares onde os diferentes atores sociais participam de um permanente processo de debate. Os assuntos públicos e problemas sociais são enfocados por Fuks em termos de disputa social em torno de sua compreensão. Este processo ocorre nos sistemas de “arenas públicas”, onde se manifestam atividades reivindicatórias de grupos, o trabalhos dos meios, a criação de novas leis, divulgação de descobertas científicas, definição de políticas públicas. Não se trata, portanto, de um processo regido por uma entidade abstrata chamada “cultura”, nem se dá em locais vagos como “sociedade” ou “a opinião pública”. Pelo contrário, emerge da disputa, sediada nas arenas específicas entre uma pluralidade de versões, ainda que as condições diferenciadas de participação reflitam vantagens para certos atores ou silêncio para outros.

Para FUKS (2000), o estudo da definição da agenda é o que conduza a dinâmica no centro do campo de investigação. As duas questões básicas com respeito a definição da agenda são: **1)** como surgem novos assuntos públicos; e **2)** que atores participam desta definição. A primeira questão faz referência aos fatores que determinam a

emergência de um assunto na arena pública, considerando dentro destes a ação de grupos organizados, a atuação do governo e o contexto social – cultural. Para FUKS (2000), a emergência de questões na agenda pública se explica mais em termos de dinâmica social e política que dos atributos intrínsecos em disputa. A diferença da investigação tradicional na área dos problemas sociais que atribui às “condições objetivas” a explicação da emergência e caracterização dos problemas sociais, o autor propõe localizar o foco de análise até o processo de reconhecimento subjetivo que conduz a sua definição como problema social.

Para elaborar e operacionalizar uma perspectiva argumentativa em estudos sociais, FUKS (1998) utiliza os “pacotes interpretativos”, recurso analítico que permite explicar a dinâmica pela qual se organiza e evoluciona o debate público em torno de um assunto determinado.

Por outro lado, FUKS (2000) adverte que o processo de definição de problemas se dá em duas dimensões, que se separam apenas para fins de análise: o debate e a ação. As arenas públicas permitem uma interação permanente entre estas dimensões que se reforçam reciprocamente. Quando um grupo realiza uma ação determinada, esta tem implicações retóricas, promovendo uma determinada compreensão do assunto em debate: a agricultura familiar e sua relação com o meio ambiente para este trabalho em particular.

É assim que se analisam as práticas agrícolas que desenvolvem os agricultores assentados em seus sistemas produtivos, entre elas: **a)** “tipo de atividade que realizam”, que atividades produtivas desenvolvem e quais foram os critérios para sua seleção, se realizam atividades que geram ingresso financeiro de fora de sua propriedade; **b)** “organização do trabalho”, participam de grupos, para que atividades, utilizam somente trabalho familiar, em que períodos; **c)** “itinerário técnico”: este item faz referência ao “como” se realiza cada atividade. Partindo da idéia central que os agricultores têm um “fundamento racional” para realizar suas práticas, ainda que às vezes baseado em conceitos errados ou informação insuficiente, estudar esta racionalidade nos permitirá aprofundar acerca de como estabelecem sua relação com a natureza, foco central deste trabalho.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os interlocutores da investigação foram os agricultores e suas famílias, líderes dos agricultores, mediadores técnicos e representantes do governo, cada um destes com suas diferentes trajetórias sociais, projetos de vida, de produção agrícola e suas percepções da problemática ambiental do assentamento.

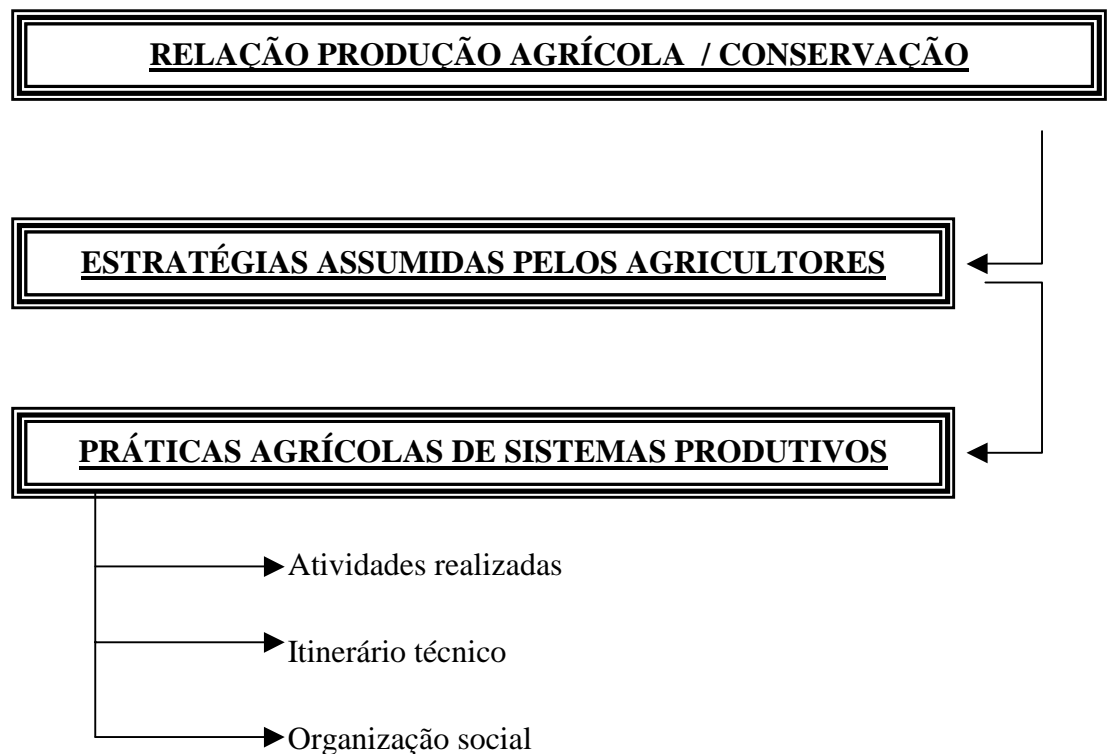
A partir de como as famílias organizam os sistemas produtivos para alcançar seu objetivo, a reprodução familiar, se pretende entender como pensam sua relação com a natureza. Para isto, será utilizada uma combinação de técnicas e instrumentos.

A situação analisada demanda um importante nível de detalhe, devido ao que é essencial a observação da realidade em pleno funcionamento. Esta investigação empírica foi acompanhada de uma investigação bibliográfica e uma reflexão teórica e metodológica. Combinarão-se as seguintes técnicas:

- “Observação e acompanhamento” das práticas dos diferentes sistemas produtivos, pretendendo reconstruir seu itinerário técnico;
- “Aplicação de questionários” semiestruturados e “entrevistas” com as famílias, onde se perguntou sobre os sistemas produtivos, dotação de recursos, relação com os mercados, tipo de atividades, organização para o trabalho, manejo técnico, resultados econômicos – produtivos, sociais e ambientais. Aqui também foram tratados alguns aspectos relacionados com suas trajetórias sociais, história, origem, o que e como produziam, etc. Isto será de grande importância para entender os fundamentos dos sistemas produtivos;

- “Entrevistas com informantes-chaves” e “qualificados” (líderes no assentamento, técnicos, funcionários de organismos estatais e/ou municipais, etc.);
- “Análise bibliográfica e documental”. Por exemplo, foi necessário analisar toda a regulamentação relacionada às Áreas de Proteção Ambiental (APAs), para compreender como se planeja a relação produção/conservação do meio ambiente e se esta visão se contrapõe ou não aos interesses dos agricultores.

No seguinte esquema se visualiza o eixo central de análise que segue a proposta:



A relação produção/conservação se reflete nas estratégias que assumem os agricultores, que são observadas nas práticas agrícolas que estes realizam. A investigação seguiu uma direção contrária a esta seqüência de causalidade: começou na observação e seguimento das práticas agrícolas, para entender as estratégias e, finalmente, chegou-se na relação produção/conservação.

A seqüência de atividades realizada guarda relação com este esquema. Em primeiro lugar analisou-se elementos dos sistemas produtivos, além da indagação sobre a posição dos agricultores em relação à questão ambiental. Paralelamente realizaram-se entrevistas com informantes qualificados e posteriormente as entrevistas com mediadores técnicos, tudo isto acompanhado de análise documental e bibliográfica.

O nível de análise proposto reflete a preocupação em encontrar os determinantes das ações dos agricultores, tratando de entender a situação como um todo, “um feito social” em que intervém diferentes aspectos, desde os mais objetivos, como a falta de recursos, a aqueles mais subjetivos, como sua percepção (representação) da questão ambiental.

Busca-se entender como os agricultores compreendem sua realidade desde uma perspectiva mais interpretativista, evitando enfoques utilitaristas das ações dos agricultores. Por exemplo, o esquema utilizado para a caracterização dos sistemas produtivos tem elementos objetivos como sua dotação de recursos e outros mais subjetivos, como sua percepção da questão ambiental. Também inclui um grupo de variáveis que consideram sua história de vida, ocupação e informação.

Sempre a relação entre as percepções dos agricultores e suas ações, ou seja, as vinculações entre as dimensões que conformam o mundo social, estiveram no centro de análise deste trabalho; as relações sociais também adquirem importância na análise, orientando a compreensão de como se conformam as diferentes posições.

O trabalho se propõe analisar um “feito social total”, ou seja, a integração de diferentes aspectos constitutivos de uma realidade social tomada em sua integralidade (MAUSS, *apud* GOMES DOS ANJOS³, 2000). Pela via dos enfoques mais funcionalistas, aqueles que tratam de entender a estrutura interna do assentamento, desde dentro, porém sem levar em conta a história e a trajetória dos atores sociais envolvidos, é como entender o presente sem considerar o passado. Deste modo, se pretende estudar um “evento”, analisando-o como um processo, com relações em constante re-atualização, com mediadores propondo diferentes formas de ler a realidade, utilizando diversos elementos para atrair os agricultores. Este recorte de análise, de agricultores e mediadores relacionados com as ações de um movimento social

(Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST) e sua luta pela terra, permitem ver que aquele pressuposto de um mundo rural estável não existe. É claro que o mundo rural não pode ser considerado estático, que não muda, comprovando-se assim que esta afirmação não é mais que um estereótipo que como investigadores devemos mudar.

Quanto à elaboração de instrumentos, a opção pelo questionário semi-estruturado se deu porque este instrumento permite manter parte do questionário estruturado como os dados mais quantitativos e outra parte mais aberta onde se formulam questões mais qualitativas e onde o importante é a forma que o entrevistado expressa suas idéias, percepções, etc. (Ver anexo 2) Para as entrevistas com os técnicos se elaborou um roteiro de perguntas abertas, divididas formando blocos, o que facilitou sua posterior sistematização e análise (Ver anexo 3).

Para começar o trabalho no campo se considerou necessário participar de diferentes reuniões, discussões que aconteciam no assentamento, além de manter contatos com alguns líderes e mediadores de algumas das instituições que trabalham no assentamento, sempre tentando explicar com a máxima clareza possível quais seriam os objetivos deste trabalho, onde seria apresentado, etc. Foi necessário apresentar o projeto à coordenação do assentamento, o qual o analisaram e permitiram que fossem realizados os questionamentos necessários. Em cada encontro com os agricultores, líderes e com todos os mediadores das organizações se fez um esforço para deixar claro que este trabalho não incluía uma fiscalização do trabalho dos agricultores, ou seja, que se cumpriam ou não as regulamentações da APA não fazia parte do objeto de estudo.

Os agricultores entrevistados foram selecionados através de contatos prévios no assentamento. Participando de algumas reuniões de discussão observou-se aqueles agricultores que discutiam algumas posições diferentes. No momento de aplicar os questionários se procurou estes agricultores, que por sua vez indicavam outros possíveis entrevistados, sugestões que se aceitava, porém também se escolheram outros entrevistados que apresentavam alguma característica particular, como lugar onde moravam no assentamento, características da moradia, plantações, etc.

O número da amostra foi atingido quando do ponto de saturação, ou seja, quando começou a oferecer respostas iguais ou muito parecidas às questões apresentadas, porém

³ Notas de aula, Disciplina Mediações Políticas e Culturais do Mundo Rural, Prof. José Carlos Gomes dos

ressalvando as particularidades que cada agricultor apresentava. O número de entrevistas dentro de cada setor do assentamento foi proporcional ao número de famílias do respectivo setor. O questionário se aplicava ao agricultor ou sua esposa. Nenhum questionário foi aplicado aos filhos dos agricultores.

Aplicaram-se 26 entrevistas a agricultores, distribuídos do seguinte modo: no **setor A**, 7; no **setor B**, 5; no **setor C**, 7; e no **setor D**, 7. Foram aplicadas entre o 28 de agosto ao 30 de setembro de ano 2000.

Os técnicos entrevistados, finais de outubro 2000, foram selecionados entre aqueles que estabeleceram um contato direto com os agricultores do assentamento. Escolheram-se aquelas instituições que estavam prestando algum tipo de apoio técnico a produtores do assentamento, tais como do LUMIAR (grupo de técnicos do MST para assistência técnica nos assentamentos), da COCEARGS (Cooperativa Central Regional dos Assentamentos), da EMATER – escritório de Viamão da Prefeitura do município de Viamão. Foram entrevistados três técnicos do LUMIAR. Ao ser desativada esta organização, ficaram no assentamento dois dos cinco técnicos que mantiveram o trabalho. Um outro técnico entrevistado já não mais faz parte da equipe. Por outro lado, entrevistou-se um técnico da COCEARGS, um da EMATER e um a Secretaria de Agricultura do Município de Viamão. Três dos entrevistados são engenheiros agrônomos, um é médico veterinário, um é técnico agrícola e uma é técnica em enfermagem. A todos foi aplicado o mesmo roteiro de perguntas.

Depois de aplicados os questionários, construiu-se um diagrama de fluxo que tentava mostrar as ideias centrais e gerais que apareciam nas entrevistas realizadas, especialmente sobre aqueles conceitos-chave da investigação, como “agricultura diferente”, “questão ambiental”, “tecnologia”. Esta primeira aproximação na análise dos dados reunidos permitiu perceber as primeiras linhas de análise, algumas das quais seriam, retomadas *a posteriori*. (Ver anexo 4)

A partir dos questionários foram montados quadros de análise, por bloco de entrevista (exceto bloco 2, subdividido devido as suas dimensões), que permitiram sistematizar a informação reunida.

Quadro 2: Aspectos abordados nas entrevistas com os agricultores – Assentamento Filhos de Sepé, Viamão - RS

| BLOCOS | ASPECTOS/TEMAS ABORDADOS |
|--------|------------------------------------|
| 1 | Identificação |
| 2 | Recursos Naturais |
| | Dotação de capital |
| | Características da produção |
| | Relação com mercados |
| 3 | Organização para o trabalho |
| 4 | Expectativas e projetos familiares |
| 5 | Relação produção/conservação |

A primeira análise realizada foi por bloco, de maneira independente entre si, o que permitiu obter uma idéia geral que serviria de pano de fundo para a análise posterior, mais pormenorizada dos dados e informações.

Começando a analisar os dados / informações obtidos dos questionários aplicados aos agricultores e as entrevistas realizadas com os técnicos, se observou que cada um delineava “sua” questão ambiental. Estas questões apresentavam diferenças que têm a ver com os recursos e o repertório cultural dos atores. Por outro lado, a própria idéia do pesquisador/entrevistador sobre a questão ambiental estava presente, competindo às vezes com as dos entrevistados. Surgiu assim, a necessidade de “operacionalizar” a questão ambiental, optando-se por escolher uma série de componentes que delineariam esta idéia: percepção dos recursos naturais; adesão ou não a uma agricultura diferente; percepção da existência de uma Área de Proteção Ambiental.

Esta fragmentação permitiu ver que cada agricultor expressa diferentes posições frente aos componentes citados. Alguns aderem a todos, enquanto outros somente a algum dos três.

Continuando, analisou-se o que opinava cada agricultor em relação à questão ambiental, agora delimitada pelos diferentes componentes acima mencionados. Chegou-se assim a dividir os agricultores em dois grupos: **1)** os que manifestam discurso ambiental; **2)** os que não manifestam discurso ambiental.

Entre os primeiros se encontram aqueles que aderem à maioria dos componentes (ao menos dois), enquanto que os segundos são aqueles que não aderem a um ou mais dos componentes mencionados anteriormente.

Cabe esclarecer que para referir-se ao discurso ambiental adotou-se o termo/significado de “sensibilidade ambiental”, evitando-se o uso do conceito/idéia de consciência ambiental, de pesadas implicações teóricas.

Uma vez delineados os dois grupos, aqueles que manifestam sensibilidade ambiental e os que não a manifestam, começou-se a busca dos elementos em comum dentro de cada um dos grupos. Ao analisar-se as práticas que realizavam em seus sistemas produtivos percebeu-se que alguns agricultores, apesar de manifestarem sensibilidade ambiental, esta não se refletia em suas práticas, ou seja, o discurso era diferente das ações. Em contraposição, aparecia uma minoria que não manifestava sensibilidade ambiental (não contavam com um discurso estruturado nos moldes que o próprio movimento trata a questão ambiental). Com segurança, podia-se perceber em suas ações que a natureza ocupava um lugar importante, ou mais destacado que aquele ocupado em suas manifestações.

Das construções analíticas e retomando as hipóteses do trabalho, o centro da análise passa a ser o lugar que ocupa a natureza na organização dos sistemas produtivos. Aqui já não se fala mais na questão ambiental mas sim do lugar que ocupa a Natureza no processo de produção agrícola, a partir da percepção de que era diferente o lugar que ocupa no discurso em relação ao que ocupa na ação.

Continuando com a análise, precisava-se definir sensibilidade ambiental e como se avaliaria se esta existe ou não. A opção foi avaliá-la de acordo ao lugar que ocupa a natureza nos discursos e nas ações dos agricultores. Este lugar pode ser determinado de várias formas, por exemplo através da avaliação e apreciação que os agricultores realizam de seus recursos naturais, principalmente a terra, da avaliação de sua atual situação, através dos critérios para selecionar atividades que realizam, de sua apreciação da tecnologia, dos critérios utilizados para escolher as diferentes técnicas que aplicam, da percepção que têm de uma “agricultura diferente”, e do significado que dão a presença de uma Área de Proteção Ambiental no assentamento.

Uma vez constituídos os grupos, foram montados novamente quadros, porém agora por grupos, o que permitiu analisar cada grupo. A partir destes caracterizou-se os diferentes grupos utilizando elementos que marcavam diferenças claras entre os agricultores. Desta maneira se esboçaram os grandes eixos que compuseram a “grade de análise”, os quais permitiram entrelaçar os diferentes blocos, analisados em um primeiro momento independentemente uns dos outros.

Os eixos utilizados para a caracterização destes grupos foram:

- ✓ Avaliação dos recursos naturais disponíveis;
- ✓ Critérios para escolher as atividades que hoje realizam;
- ✓ Percepção da tecnologia;
- ✓ Critério para selecionar as técnicas que utilizam;
- ✓ Implementação de técnicas de conservação do solo;
- ✓ Percepção de uma agricultura diferente;
- ✓ Percepção da APA;
- ✓ Avaliação de sua atual situação.

Estes eixos foram utilizados para caracterizar e diferenciar os grupos, aqueles que manifestam alguma sensibilidade ambiental e os que não a manifestam. Também foram utilizados outros elementos para a descrição e melhor compreensão de cada um dos grupos. Entre estes elementos pode-se mencionar as características dos sistemas de cultivo e de produção animal, a origem social e a ocupação anterior.

Outro elemento utilizado na análise foi o apoio técnico recebido por cada grupo, tentando relacionar as posições dos agricultores e a dos mediadores técnicos que atuam no assentamento.

Outro recurso analítico utilizado foi o dos “pacotes interpretativos”, seguindo o trabalho de FUKS (1998), para quem o resgate da argumentação é uma característica essencial de seu objeto de estudo, permitindo transformar o “debate público” em um campo legítimo de investigação. Isto implica considerar a vida social e política uma arena argumentativa, onde os diferentes setores da sociedade participam em um

permanente processo de debate. Todo este processo que o autor chama de “sistemas de arenas públicas” constitui simultaneamente um espaço de ação e de debate. Adotando-se este enfoque, um número crescente de trabalhos concebe o debate público como um espaço específico de manifestação de conflitos sociais, onde os recursos argumentativos junto a um repertório de atividades são os instrumentos deste tipo de disputa. Os “pacotes interpretativos” estão constituídos por dois mecanismos básicos. O primeiro, por meio de metáforas, exemplos históricos e imagens visuais. O segundo versa sobre as causas e conseqüências e indica o que deve ser feito a respeito.

No contexto analisado com a utilização dos pacotes interpretativos se pretende ver que repertórios argumentativos oferecem os diferentes atores para a elaboração de suas posições com respeito a questão ambiental. Fuks destaca que na dinâmica do debate público não apenas se articulam os planos micro e macro, mas o passado e o presente também se aproximam. O passado constituindo um “laboratório” onde se gera o “repertório cultural”. Assim, valores, categorias e argumentos formulados desde assuntos emergentes se associam a um repertório discursivo já consolidado. Isto se observa claramente nos diferentes atores analisados, particularmente entre os agricultores cuja principal referência é seu lugar de origem, apesar de incorporarem novos elementos de outros discursos, combinando elementos de seu próprio repertório e das posições mediadoras.

Em função deste arcabouço teórico foram identificados os “pacotes interpretativos” dos agricultores e dos técnicos. Os agricultores considerados foram aqueles que manifestaram alguma sensibilidade ambiental.

4 POSIÇÕES DOS AGRICULTORES E TÉCNICOS EM RELAÇÃO À QUESTÃO AMBIENTAL E SEUS FATORES DETERMINANTES

4.1. Características do contexto da situação analisada

4.1.1 Descrição da região

O município de Viamão, localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre, possui uma superfície aproximada de 1.494 km², contando com um total de 199.295 habitantes, dos quais 36.865 (18,5%) estão nas áreas consideradas rurais⁴. No entanto, estes mesmos dados mostram um relativo aumento da migração populacional para estas áreas. Também o relatório citado afirma que o produto interno bruto (PIB) do município foi de 427 milhões de reais em 1997, o que resulta um PIB *per capita* de R\$2.144,00.

Segundo ainda o relatório citado, o município de Viamão pertence à região da Depressão Central, sub-região Grande Porto Alegre.

Um 30% do município e a maior parte do distrito de Águas Claras (praticamente toda a costa da Lagoa dos Patos e áreas próximas, além de áreas na localidade de Coxilha das Lombas); são solos hidromórficos, de textura média, com horizonte B textural, relevo plano e originado de sedimentos aluviais recentes. Outros 30% do município (corta Viamão desde a reserva de Itapoã até a divisa com o município de Glorinha, ocorrendo também na Coxilha das Lombas); caracteriza-se pelo solo argissolo

⁴ “Caracterização socioeconômica dos agricultores e moradores rurais do Distrito de Águas Claras/Viamão – RS”. Relatório da Disciplina "Teoria e elaboração de projetos de desenvolvimento rural". Porto Alegre. PGDR – UFRGS, Agosto 1999.

vermelho amarelo (PVA), de textura média, relevo ondulado e substrato arenito. Uma pequena parte do distrito de Águas Claras (áreas próximas a lagoa do Casamento) é ocupada por solos aluviais pouco desenvolvidos, de textura indiscriminada, relevo plano e originados de sedimentos fluviais recentes. Parte da Reserva Estadual de Itapoã esta constituída de solo neossolo litólico distrofilotípico, rasos, pouco desenvolvidos, de textura média, substrato granito e relevo ondulado. Perto da divisa com os municípios de Gravataí e Glorinha são solo gleissolo melânico estrófico típico, de textura média, relevo plano, originado de sedimentos recentes (constituem geralmente as áreas de banhado). As áreas mais densamente povoadas (cidade de Viamão e vilas da periferia) apresentam solo arbisolos vermelho amarelo, de textura argilosa, relevo forte ondulado e substrato granito.

O Distrito de Águas Claras, onde se localiza o assentamento, pode ser subdividido em três sub-regiões geomorfológicas distintas. A “primeira sub-região” é a planície costeira da Lagoa dos Patos. Esta sub-região se caracteriza por apresentar relevo plano, com pequena declividade e solos de origem aluvial (planossolos). Estas áreas de várzea encontram-se próximas das margens da Lagoa dos Patos, onde se desenvolve, em larga escala, o cultivo do arroz irrigado e a criação extensiva de gado de corte. A “segunda sub-região” caracteriza-se por apresentar relevo fracamente ondulado a ondulado. Nestas áreas, onde as declividades são maiores e os solos têm sua origem no arenito (argissolo vermelho amarelos), encontram-se parte dos produtores de leite do município e grande parte dos sítios de lazer. Por fim, a “terceira sub-região” é marcada pela existência de áreas destinadas ao assentamento dos agricultores provenientes do Movimento dos Sem Terra. Nestas áreas, apesar de serem também relativamente planas na sua quase totalidade, o terreno já não se apresenta de forma tão homogênea quanto na primeira sub-região. Quanto ao solo, apesar de também formar áreas de várzea e banhados, este difere do primeiro tipo de solo descrito. Nestes últimos, não existe formação de gradiente textural entre as camadas iniciais do solo (solo gleissolo melânico estrófico típico).

Segundo o citado relatório, os principais produtos agrícolas do município de Viamão são: arroz, mandioca, batata-doce, soja e laranja, além de hortigranjeiros. Ocupando uma área muito superior as demais culturas (23.300 ha em 1995), o arroz é a principal espécie vegetal cultivada no município, com uma produção de 105.925 toneladas no ano de 1995. No caso das plantas olerícolas, as principais espécies

cultivadas são: alface, couve, beterraba, agrião, pepino, tomate, brócolis e cenoura. A produção pecuária também está bastante presente no município, que possui um efetivo de 72.118 bovinos, 4.293.011 aves e 29.626 suínos, segundo dados para o mesmo ano. A produção leiteira é outra atividade importante, com um total de 15.803 mil litros produzidos (1995). Também a produção de ovos de galinha é bastante significativa, com um total de 33.719 mil dúzias produzidas em 1995.

4.1.2. Caracterização do Assentamento “Filhos de Sepé”

O assentamento foi constituído em dezembro de 1998, e as 376 famílias que são oriundas de 115 municípios de todo o Estado de Rio Grande do Sul, ocupando uma área de 9.406 hectares.

O clima é subtropical, sendo a temperatura média do mês mais quente superior a 22°C e do mês mais frio entre 3°C e 18°C. Com médias de temperatura variando entre 18 e 20°C durante o ano e um regime hídrico entre 1100 a 1700 mm.⁵

Entre os solos do assentamento predominam os solos de aluvião, solos sobre areia Itapoã e solos sobre granito e gneiss. Os primeiros, apresentam uma variação muito grande, geralmente solos de planície, com drenagem insuficiente, nível freático de 40 a 70 cm, com capacidade de uso para arroz e pasto. Encontra-se entre eles solos com presença de turfa em todos os horizontes, em estado totalmente decomposta (A1) até francamente decomposta.

Os solos sobre areia Itapoã se caracterizam por um horizonte A muito arenoso que tem transição muito abrupta a um horizonte Bt avermelhado. São solos de coxilha com declive máximo de 18 %, a drenagem é bastante forte e onde é possível o cultivo de espécies pouco exigentes, mas com controle de erosão. O aproveitamento recomendado é para pasto ou reflorestamento.

Por último, nos solos sobre granito e gneiss desenvolve-se uma grande variedade de solos, aqui incluindo-se os solos pouco profundos, muitas vezes eutróficos. Sua

⁵ “Caracterização socioeconômica dos agricultores e moradores rurais do Distrito de Águas Claras/Viamão – RS”. Relatório da Disciplina “Teoria e elaboração de projetos de desenvolvimento rural”. Porto Alegre. PGDR – UFRGS, Agosto 1999.

morfologia é de encosta moderadamente íngreme com declive máximo até 22%, sem aproveitamento (terreno inculto) requerendo-se controle de erosão, com forte drenagem⁶.

A influência antrópica é muito acentuada, restando muito pouco de vegetação original da área. Por um lado o cultivo do arroz e pecuária nas áreas ocupadas pelos banhados, e por outro, os cultivos diversificados nas áreas de encostas e áreas urbanas, refletem a ocupação da região, altamente condicionada por sua proximidade com a Região Metropolitana de Porto Alegre.

Ressalta-se que a área de banhado originalmente chegou a ocupar em torno de 450 km². Logo após as drenagens na década de 1960, a área sofreu uma significativa diminuição, restando atualmente menos de 50 km² de banhado causando a descaracterização de grande parte do ecossistema⁷.

Em estudos anteriores à declaração da APA, ressalta-se o valor ecológico do chamado “Complexo Banhado Grande” (Banhado de Chico Lomã, dos Pachecos e Banhado Grande): “são áreas de altíssima produtividade biológica [...] são criadores e local de alimentação para toda uma fauna aquática [...] são locais de pouso, nidificação e hibernação para muitos tipos de aves [...] exercem a função de retenção de cheias e melhoria da qualidade da água”⁸.

Finalmente, por Decreto nº 38.971, de outubro de 1998, foi criada a Área de Proteção Ambiental, APA do Banhado Grande, contida nos limites da Bacia de drenagem desse Banhado, nos Municípios de Glorinha, Gravataí, Santo Antônio da Patrulha e Viamão.⁹

Em relação a esta forma de preservação a Lei Federal 6.902, de abril de 1981, estabelece que as Áreas de Proteção Ambiental são porções do território nacional com diferente configuração e tamanho, além de modalidades de manejos diferentes. Podem compreender uma ampla gama de paisagens naturais e seminaturais, com características notáveis dotadas de atributos bióticos, estéticos ou culturais que exijam proteção para assegurar o bem-estar das populações humanas, conservar ou melhorar as condições

⁶ “Relatório Bacia Rio Gravataí” (1997) Porto Alegre IPH/ UFRGS

⁷ “Inventário técnico documental da bacia hidrográfica do Rio Gravataí”. Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí. (1997) Governo do Estado Rio Grande do Sul – SCP – METROPLAN

⁸ Obra citada.

ecológicas locais ou constituir-se em local de experimentação de novas técnicas e atitudes que permitam conciliar o uso da terra com a manutenção dos processos ecológicos essenciais.

Esta Lei estabelece que para cada Área de Proteção Ambiental, dentro dos princípios constitucionais que regem o exercício do direito de propriedade, o Poder Executivo estabelecerá normas, limitando ou proibindo: - a implantação e o funcionamento de indústrias potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de água; - a realização de obras de terraplenagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas importarem em sensível alteração das condições ecológicas locais; - o exercício de atividades capazes de provocar uma acelerada erosão das terras e/ou um acentuado assoreamento das coleções hídricas; - o exercício de atividades que ameacem extinguir na área protegida as espécies raras da biota regional.

Ao nível de esta APA, ainda não existe uma regulamentação específica que estabeleça normas para um uso adequado dos recursos. Para poder acceder à terra os assentados deveram asinar uma carta compromisso, que contem normas muito gerais como a proibição de usar fogo e agrotóxicos.

De acordo com o relatório do Diagnóstico INCRA/FAO¹⁰, as áreas de preservação permanente já foram demarcadas coletivamente fora dos lotes produtivos, de forma a proteger as nascentes, as zonas mais suscetíveis à erosão e o banhado que se formou novamente após a construção da barragem. Com isso, pretende-se garantir as reservas de água necessárias para a irrigação, evitar o assoreamento da barragem e proteger a flora e fauna do banhado, cujo papel no equilíbrio ecológico é importante.

Na parte alta, de acordo com este mesmo diagnóstico, os sistemas de cultivo e criação instalados devem utilizar todos os mecanismos antierosivos disponíveis (cultivo mínimo, coberturas vegetais máximas, curvas de nível, cultivos alternados). No médio prazo, quando a função de produção de subsistência desta área for menos importante, será necessário direcionar sua produção para sistemas perenes ou semiperenes (pastagem, fruticultura, reflorestamento).

⁹ "Diário Oficial Estado do Rio Grande do Sul", 26 de outubro de 1998. ANO LVII. nº 203

¹⁰ "Diagnóstico da Realidade Agrária e Proposta de Desenvolvimento Rural" Viamão – RS (Agosto 2000) PCT INCRA/FAO – UTF/BRA. 051/BRA

Para os técnicos que participaram do diagnóstico INCRA/FAO na várzea, os principais problemas ambientais estão ligados ao uso de grande quantidade de agrotóxicos, seja para a produção de arroz ou de hortaliças. Recomendando para evitar este problema, no caso do arroz, a adoção do modelo pré-germinado e a rotação de cultivos, mas esta última recomendação esbarra na questão de que terras irrigadas sem necessidade de bombeamento correm o risco de ficar plantadas ano após ano com arroz, enquanto que as outras serviriam para as lavouras de sequeiro. A solução deste problema depende da organização dos assentados na gestão da água e dos custos ligados à manutenção do sistema de irrigação.

Para as hortaliças, os técnicos afirmam que existe a possibilidade de produção ecológica. Neste caso, o ideal seria iniciar desde já uma produção ecológica, o que é possível, contanto que os produtores recebam rapidamente uma capacitação neste sentido.

Em relação à pecuária leiteira, os técnicos destacam que se pode aproveitar as áreas de várzea, pouco suscetível à erosão, propícia para produção de milho e sorgo para silagem no verão e pastagem (azevém) no inverno. Outro problema ambiental é a poluição pelos dejetos nitrogenados dos animais, quando a intensidade de criação aumenta. Trata-se de um problema de médio-longo prazo e existem soluções técnicas para isso.

Os técnicos que participaram deste diagnóstico concluíram que não existe incompatibilidade entre o desenvolvimento sustentável do assentamento e a preservação do Banhado, apontando para algumas soluções técnicas que devem ser privilegiadas (INCRA/FAO, 2000).

4.1.3 Instituições e mediadores relacionados ao Assentamento

O assentamento encontra-se próximo à área urbana, na beira da estrada RS-040 que liga Porto Alegre ao litoral. Conta com 376 famílias assentadas em aproximadamente 9.400 ha, sendo o maior assentamento do estado em número de famílias.

Para os técnicos que participaram no diagnóstico mencionado (INCRA/FAO, 2000), o assentamento representa um modelo de ocupação do território e de reestruturação das atividades econômicas. Por isso, a prefeitura de Viamão apoia a criação do assentamento no seu território, na medida do possível atendendo às demandas dos assentados. O município assinou recentemente um convênio com a UFRGS para um amplo trabalho de planejamento do assentamento.

O assentamento já tem mais de um ano, mas o parcelamento foi concluído recentemente. O assentados já receberam uma parte do Pronaf A (R\$ 1.300,00) e devem receber o restante até meados de 2.001.

A COCEARGS (Cooperativa Central dos Assentamentos de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul), de acordo com o diagnóstico INCRA/FAO (2000), atua mais como braço político dos assentamentos do que propriamente como cooperativa. Entretanto, seu papel na articulação do trabalho junto aos assentados e a equipe técnica do LUMIAR é muito importante. Além disso, como mantém uma rede de contatos entre todos os assentamentos, tem uma grande capacidade de repasse de experiências produtivas.

A assistência técnica aos assentamentos do Rio Grande do Sul está a cargo da EMATER e do Projeto LUMIAR. A EMATER tem hoje uma definição clara de seu público: a agricultura familiar e os excluídos (assentados, pescadores e índios). O LUMIAR, por sua vez, de criação recente no Estado representa uma estrutura relativamente frágil se comparada à Emater, tanto no que diz respeito a seus meios de atuação quanto à capacitação de seus membros.

O assentamento de Viamão por ocasião da pesquisa de campo era atendido por uma equipe de cinco pessoas do LUMIAR: uma enfermeira, dois técnicos agrícolas, um agrônomo e um veterinário. A EMATER, que está melhor estruturada e com uma grande experiência no município, colabora com esta equipe.

O órgão ligado à conservação/preservação ambiental é o Departamento de Recursos Naturais Renováveis (DRNR), ligado à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, que é o órgão encarregado de implementar e fiscalizar a Área de Proteção Ambiental (APA), cuja criação foi determinada pelo governo anterior (em 1998), mas

que ainda não foi implementada. A percepção dos agricultores é que o acompanhamento deste Departamento ainda é precário.

O assentamento encontra-se em uma zona de banhado pertencente à Bacia do Rio Gravataí. Apesar de ter sido parcialmente drenada para permitir a lavoura de arroz irrigado, ainda abriga uma fauna e flora muito importante, razão pela qual existem restrições para o uso de parte das áreas do assentamento (2800 ha de área de preservação permanente). Além disso, o resto das áreas liberadas para uso agrícola ainda está submetido a severas restrições, por exemplo, no que diz respeito ao uso de agrotóxicos. A proximidade de Porto Alegre, que pode ser uma vantagem em muitos aspectos (comercialização, turismo), apresenta-se na questão ambiental como problemática, uma vez que qualquer um pode entrar com facilidade no assentamento para caçar ou pescar, o que é ilegal e pode ser depois cobrado do assentamento.

Por sua parte, o INCRA está em uma fase de reorganização de sua atuação decorrente dos novos modelos de reforma agrária, baseados em descentralização, parcerias e concentração dos esforços em regiões estratégicas. Para a divisão técnica, o estudo deve permitir um planejamento das ações de reforma agrária e uma melhor integração das antigas divisões (cadastró, fundiário e assentamento).

O Departamento de Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária (DRA), da Secretaria Estadual de Agricultura, foi criado pelo atual governo estadual para responder a importante demanda por terra. Seu campo de atuação não fica claramente diferenciado do INCRA. Este Departamento definiu alguns pólos prioritários de desenvolvimento no estado. Entretanto, de acordo com o INCRA/FAO (2000), existe uma proposta conjunta do INCRA e do DRA de trabalhar com assentamentos de forma “compartilhada”, isto é, trabalhar todos os assentamentos, sejam eles feitos pelo governo federal ou estadual, com uma mesma visão de desenvolvimento e créditos oriundos de ambas esferas.

4.2 Origem e trajetória social dos agricultores

Os 26 agricultores entrevistados pertencem a 22 municípios diferentes do Estado do RS, aparecendo repetidos apenas três municípios: Iraí, Nonoai e Roque Gonçalves. Isto põe em evidência a grande diversidade de origens regionais destes agricultores. De acordo com suas próprias afirmações, as 375 famílias provêm de 115 municípios, com suas características particulares de clima, recursos naturais, atividades, etc.

Quadro 3: Lugares de origem dos agricultores entrevistados - Assentamentos Filhos de Sepé, Viamão - RS

| Identificação | Setor onde vive | Lugar de origem | Localização no Estado |
|----------------------|------------------------|------------------------|------------------------------|
| 1 | D | Cruz Alta | Centro Oeste |
| 2 | C | Arroio do Tigre | Centro |
| 3 | C | Augusto Pestana | Noroeste |
| 4 | B | Ronda Alta | Norte |
| 5 | B | Constantino | Norte |
| 6 | B | Palmeira das Missões | Norte |
| 7 | B | Vista Alegre | Norte |
| 8 | D | Iraí | Norte |
| 9 | D | Santo Ângelo | Noroeste |
| 10 | D | Cel Bicaco | Noroeste |
| 11 | D | Iraí | Norte |
| 12 | D | Nonoai | Norte |
| 13 | D | Rondinha | Norte |
| 14 | C | Ijuí | Noroeste |
| 15 | C | Nonoai | Norte |
| 16 | C | Itatiba do Sul | Norte |
| 17 | A | Ametista do Sul | Norte |
| 18 | A | Rodeio Bonito | Norte |
| 19 | C | Uruguaiana | Oeste |
| 20 | C | Roque Gonzales | Noroeste |
| 21 | A | Iraí | Norte |
| 22 | B | Camaquã | Sudeste |
| 23 | A | Roque Gonzales | Noroeste |
| 24 | A | Itaquí | Oeste |
| 25 | A | Constantina | Norte |
| 26 | A | Ametista do Sul | Norte |

Fonte: Pesquisa de campo.

Em relação à sua origem social, um grupo importante é composto de filhos de pequenos agricultores (nove casos) e outro de desempregados (10 casos). O restante trabalhava por conta própria, sendo que quatro eram proprietários de suas terras e três eram meeiros. Suas ocupações anteriores vão desde a agricultura, a ocupação que mais aparece, até atividades urbanas como caminhoneiro, pedreiro, músico, técnica contábil e

churrasqueiro, além de outras atividades, como garimpeiro. De qualquer maneira, todos reconhecem seu passado vinculado à produção agrícola e com a vida rural.

Aproximadamente a metade dos agricultores mora sozinha nos assentamentos, vivendo junto a outras famílias ou com companheiros, (11 casos), alguns temporariamente porque são solteiros. O restante vive com suas famílias, esposas e filhos.

Quanto às razões pelas quais elegeram este assentamento para viver, pouco menos da metade dos agricultores menciona que foi por sorteio, um terço afirma que fez a escolha pela vizinhança com centros povoados que permitiriam melhor comercialização de sua produção, enquanto outros expressaram as duas razões; outros, para ficarem próximos a parentes ou amigos e, finalmente, uma minoria manifestou que optou por este assentamento por ser uma área boa para o cultivo de arroz, além do que, afirmou um deles, é área para arroz “ecológico”.

Finalmente, ao se perguntar por que escolheram o setor onde estão morando, as respostas foram muito diversas, aparecendo desde aqueles agricultores que afirmam que não tiveram opção porque foi sorteio, até os que afirmam que chegaram a um acordo após as discussões. Outras respostas foram: “porque chegou primeiro e escolheu o melhor lugar”, “porque queria ficar próximo de vizinhos e amigos”, “ficar próximo da estrada”, “melhor acesso a serviços”, “vizinho aos cultivos”, “disponibilidade de água”, “tranqüilidade”. Ainda que alguns manifestem ter optado por outro setor e, por diversas razões, não ter sido atendida sua escolha, ninguém parece estar descontente com o setor onde está vivendo, sempre parecendo terem encontrado uma vantagem que pareceria equiparar-se com aquela que percebiam dos setores escolhidos.

Como informação complementar para o melhor entendimento desta escolha de setor, menciona-se abaixo (Quadro 4) algumas vantagens e desvantagens, de acordo com os agricultores de cada um dos setores, as quais apresentam a particularidade de cada um e suas perspectivas.

Parece que ao explicar este processo de seleção de um setor para viver, aqueles com uma relação mais forte com o movimento o percebem mais como um acordo depois de sucessivas discussões. Os menos envolvidos, por sua vez, compreendem o processo mais como um sorteio onde as possibilidades de escolha foram menores.

Quadro 4: Vantagens e desvantagens de cada um dos setores do assentamento, segundo os agricultores

| Setor | Vantagens | Desvantagens |
|--------------------------------|---|---|
| A (112 famílias) | Tem infra-estrutura da antiga fazenda. É próximo da estrada e dos centros urbanos, facilitando a comercialização de produtos e o acesso a outras fontes de recursos como venda da força de trabalho. | Setor com muito movimento, problemas de segurança por estar próximo à estrada e da vila de Águas Claras. A zona de cultivo é longe, precisam de um meio de mobilidade para chegar até o lugar. As possibilidades de irrigação são com bombeamento, o que implicaria um custo adicional. |
| B (30 famílias) | Lugar tranquilo, com espírito do interior. Próximo dos cultivos. Está funcionando como comunidade. Um grupo menor de famílias que foram convidadas a este setor quando o resto já estava ocupado, portanto existe maior afinidade. Conta com infra-estrutura da antiga fazenda e com possibilidades de irrigação por gravidade. | Muito longe dos outros setores. A área para viver é menor, é vizinho com a área baixa e alagada, porém acordaram ter menor área para viver e uma área comum para a criação de animais e cultivos de subsistência. |
| <u>C</u> (115 famílias) | Lugar tranquilo, longe da auto-estrada e muito próximo das plantações, o que “é mais importante”. Possuem maior área para moradias, o que faz os vizinhos ficarem mais distanciados. Setor com muita água e irrigação por gravidade. | Muito distante da estrada, o que dificulta a comercialização dos produtos e o acesso a serviços indispensáveis, como saúde. Também há menor possibilidade de venda da força de trabalho. |
| D (108 famílias) | Perto da estrada, facilitando o acesso a serviços, transporte, saúde, etc. Conta com infra-estrutura de eletricidade e água. | Área para viver é menor que nos outros setores, portanto os vizinhos estão mais próximos. Apresenta muito movimento e uma grande distância das plantações (mais de 15 km). |

Os agricultores com um discurso ambiental, ou melhor, com algum tipo de sensibilidade ambiental vêem o processo como mais participativo e democrático. Já aqueles agricultores com baixa ou nenhuma sensibilidade ambiental têm a percepção de que não foi fruto de uma opção o lugar onde vivem.

4.3 Características estruturais dos sistemas produtivos implementados

4.3.1 Os recursos naturais

O assentamento tem a particularidade de ter duas áreas totalmente diferenciadas. Uma área bem drenada utilizada para moradia e uma área úmida para cultivos. Por isso, cada família recebeu uma área média de 17,5 hectares dos quais 1,75 são utilizados para residência e o resto para cultivo. Os setores A e D possuem menores áreas (de 1 a 1,5 ha), enquanto que no C as áreas são maiores (2 ha). Já o setor B decidiu reduzir a área para moradia para 0,5 ha, a fim de evitar que algumas famílias terminassem vivendo dentro da área mais baixa, mal drenada. A superfície não utilizada para moradia será uma área comum destinada aos cultivos de subsistência. No setor C, o grupo autodenominado “grupo da roda” apresenta características particulares, tendo uma área para moradia maior que o restante. A maior parte deste grupo possui 4 ha, em alguns casos chegando a 8 ha. Deve-se ressaltar que a área total se mantém em aproximadamente 18 ha. Outra situação diferente é de um grupo de produtores do setor A que conseguiram juntar as duas áreas, vivendo na área destinada aos cultivos.

As áreas de cultivo não possuem uma demarcação oficial. Sua localização apresenta dois elementos importantes: em primeiro lugar, a distância entre a moradia e os cultivos, é particularmente importante para algumas atividades como, por exemplo, a pecuária (o caso mais notável é a produção de leite); em segundo lugar, determina as possibilidades de irrigação natural ou por bombeio (setores B e C). Os setores A e D não contam com a possibilidade de irrigação natural, necessitando portanto de bombeamento, o que determina um custo extra. Cabe esclarecer que a capacidade de irrigação é para uma terça parte da superfície total do assentamento, limitando a superfície que cada família pode destinar a cultivos que demandem este tipo de tecnologia, como é o caso do arroz (INCRA/FAO, 2000).

Neste trabalho, resulta de grande importância entender como os agricultores percebem a natureza. Para entender isto se procurou estabelecer uma comparação entre esta sua nova realidade e a que deixaram antes de vir ao assentamento, que na maior parte dos casos aparece em suas conversas como uma referência forte quando falam dos recursos naturais, das práticas produtivas e comerciais de seus produtos.

Na investigação das diferenças que os agricultores percebem entre sua atual situação e seu lugar de origem aparecem referências à terra, ao clima, às atividades, ao acesso a serviços, às formas de trabalhar. Estas diferenças geralmente são mencionadas antes de serem questionadas, refletindo uma marcada ligação com seus lugares de origem. Quando os agricultores se referem à terra, o elemento que mais aparece para explicar as diferenças é a composição do solo, a presença de areia, turfa, ausência de pedras. A cor preta dos solos em parte da área do assentamento é o outro parâmetro utilizado para falar das diferenças, contrapondo-se ao vermelho característico da região Noroeste. O relevo plano da nova área é utilizado por um número importante de agricultores para dar conta das diferenças, mencionando sua zona de origem como uma região muito quebrada (ondulada), o que apresenta maior complicação para o trabalho. Uma minoria fez referência a temperatura do solo, que por ser menor aqui obriga a atrasar a época de semeadura. Por último, poucos, de um lado, entendem que as diferenças são muito grandes, e outros falaram que estas não existem ou são muito pequenas. Entre estes últimos, há agricultores que provém de uma zona próxima ao assentamento.

Em relação às diferenças relacionadas ao clima, a maioria reconhece a presença de vento e a diferença de temperatura, achando esta zona mais fria que a sua quente região de origem, o que determina mudanças nas épocas de semeadura de alguns cultivos. Alguns agricultores usaram como referência aos cultivos (feijão, aqui se planta em outubro – novembro, enquanto que na antiga zona isto se fazia em agosto). Também usam como referência a possibilidade de semear milho duas vezes ao ano, prática comum no noroeste, enquanto que na nova área se limitam a uma semeadura por ano. Uma minoria menciona a influência de geadas, que aqui são menos frequentes. Quando se referem a estas diferenças climáticas, é maior não apenas o número de parâmetros que usaram para explicá-las, mas também a sua grande variabilidade. Por exemplo, alguns acham que esta região possui mais ventos que na sua região de origem, enquanto outros consideram o contrário. Entre os parâmetros utilizados, chama a atenção o referido por um agricultor ao afirmar que “aqui não se usa veneno...”, como se a contaminação com produtos tóxicos do ar e da água tivesse que ver mais com um fenômeno natural ou característica do meio ambiente.

Outros apontam como diferença às espécies cultivadas. Os cultivos extensivos de milho e soja são os assinalados mais freqüentemente. A diferença para alguns é que

aqui “só podem plantar arroz”, enquanto que a podiam fazer uma maior variedade de cultivos. Com relação a forma de trabalhar apareceram algumas respostas espontâneas, “plantar no plano e não em sulco”, a necessidade de incorporar adubo e/ou calcário ao solo, maior facilidade para trabalhar a terra e para vender os produtos nas vizinhanças e melhor acesso aos serviços.

As diferenças implicaram mudanças em sua maneira de trabalhar para poucos agricultores, outros pensam que não determinaram mudanças, enquanto que em dois casos reconhecem que teriam que mudar sua maneira de trabalhar, para não esgotar o solo, pela presença de ervas daninhas. Outro foi mais longe, falando da necessidade de “mudar sua cabeça” porque “aqui é apenas para arroz”. A resposta de outro agricultor, dos que afirmam que sua forma de trabalhar mudou, foi no mesmo sentido: “fazer arroz já é uma mudança radical”.

Com relação à utilização do fogo como prática de manejo, esta não se usa em dois terços dos casos, enquanto que um terço utiliza esta prática às vezes. Alguns agricultores afirmam que somente com cuidados especiais se pode fazer em seguida a uma chuva, de acordo com a direção do vento, somente na área de eucalipto. Em todos os casos se utiliza o fogo para limpeza. Por outro lado, um quinto dos casos pratica o desmatamento, principalmente de eucalipto, sendo utilizado para venda.

Cabe destacar que mesmo reconhecendo que a nova área é mais apta ao cultivo do arroz, a maioria dos agricultores vê isto como uma grande dificuldade, enquanto outros pensam que mais adiante o conseguirão, porém agora continuam fazendo o que mais sabem, ou que não plantarão arroz sob hipótese alguma, tendo uma percepção deste cultivo como algo sumamente sofisticado, principalmente por exigir muitos conhecimentos técnicos para manejo e administração de água, algo para o qual a maioria deles não está habituada nem capacitada.

4.3.2 Capital

No item maquinaria foi possível constatar a escassa dotação com que contam os produtores. Dos quatro tratores existentes na mostra, dois já vieram com os agricultores e os outros foram comprados em grupo com recursos recebidos. Os modelos dos

primeiros são mais antigos (1975 e 1986), enquanto os comprados com recursos do financiamento são mais novos, (1992). Há também três plantadeiras, uma comprada por um grupo, e quatro arados, também comprados em grupo. Para mobilidade existem quatro (carretas) agrícolas, uma moto, uma caminhonete e um automóvel. Dois agricultores possuem motores, um individual e o outro comprado em grupo. A maior parte das famílias possui ferramentas de mão. Apenas um dos agricultores afirmou que possui todas as máquinas adequadas para a produção, já que possui trator, trilhadeira, sistema de irrigação (sua principal atividade é o arroz, cultivo que já fazia antes de chegar no assentamento). Outro agricultor, empregado da antiga fazenda, já contava com caminhonete, plantadeira, arado e automóvel (ano 1969). Apenas estes dois casos são os que contam com maior capital em maquinários.

Com relação à infra-estrutura, também existe uma notável deficiência: em 10 casos possuem galpões, dos quais sete hoje estão sendo usados como moradia. Alguns faziam parte da infra-estrutura da fazenda desapropriada, enquanto que outros foram construídos pelos agricultores, de madeira com telhado de chapa (amianto). Os tamanhos vão desde 24 m² até 144 m² (59 m² em média). Já alguns galpões da fazenda são de maiores dimensões, de material com telhado de chapa, em estado de regular até ruim, ocupados por várias famílias. Em quinze casos contam com chiqueiros e aviários, geralmente construídos de madeira de dimensões variáveis, com média de 15 m². Um grupo, em um primeiro momento de 22 famílias hoje restando somente 7, construiu duas estufas e uma sementeira de madeira e nylon de 10 x 20 m cada uma. Uma agricultora mencionou que conta com uma estrebaria de 20 m² construída de lona. Por último, 10 casos analisados contam com casa, em quatro destes casos elas pertenciam à fazenda, sendo estas de material e estando em bom estado. As restantes foram construídas ou remontadas pelos agricultores, de madeira, com dimensões que vão de 30 a 110 m².

Em referência à dotação de animais, contam os agricultores com bois de trabalho: em 12 casos possuem bois destinados à comercialização ou para trabalho. Contam, em média, com 2,5 vacas por família. Em relação aos novilhos, a média por família é de 3,7 animais, sendo que a quantidade varia de um a 11 novilhos. Os agricultores dedicados à produção de leite são aqueles que possuem mais animais. Neste caso, já são 11 famílias os que possuem vacas leiteiras.

Com a relação a criação de porcos, somente duas famílias não possuem este tipo de animal. Em 16 casos contam com matrizes, com uma média de 1,75 matrizes por família, tendo um mínimo de uma e um máximo de quatro. Dividido por toda a amostra, estas médias chegam a 1,07 matrizes e 5,11 leitões por família. Aves (principalmente galinhas) existem em 22 casos. Em média, cada família possui 37,5 animais, com um mínimo de duas, e um máximo de 80 aves.

Como animais de trabalho, em 9 casos contam com cavalos, sendo que em dois desses a propriedade é grupal. Apenas uma família cria abelhas.

4.3.3 Relação com os mercados

Entre os insumos que os agricultores mais compram aparecem as sementes, seguido pelos adubos e a uréia. Uma minoria compra calcário, insumos para a criação animal (ração, concentrados e remédios) ou veneno para combater formigas. Com respeito aos agricultores que compram adubo, um terço afirma que se trata de “adubo orgânico”; referindo-se à compra de esterco de uma empresa de produção avícola que produz de maneira convencional (Avipal).

Um grupo do setor B comprou o adubo utilizado nos cultivos diretamente de uma fábrica (Canoas). Porém, a maior parte dos insumos, principalmente sementes, uréia, insumos para a produção animal, foram comprados nos comércios locais (em Águas Claras, os setores A, C e D, e em Viamão ou Alvorada, o setor B). Uma minoria afirma que realizou compras na cidade de Porto Alegre.

Com relação ao financiamento, em pouco mais da metade dos casos utiliza-se de recursos próprios, um terço utiliza-se do sistema troca-troca (através do governo), especialmente para a compra de sementes, enquanto que um quarto utiliza-se de crédito comercial. Estes últimos agricultores não podem escolher onde comprar, como explica um deles: “compro onde me conhecem, não onde é mais barato”. Uma estratégia diferente realiza outro agricultor que participa de um grupo, comprando onde o preço é mais conveniente, desde insumos para a agricultura até materiais de construção. Porém, são poucos os casos que realizam as compras em grupo (apenas cinco casos). Deve-se esclarecer que combinam diferentes tipos de financiamentos. Em geral, se observa uma

tendência a não contrair dívidas comerciais. Procuram uma atividade que lhes permita obter algum dinheiro para a compra tanto de insumos como de bens de consumo, ainda que as prioridades sejam as atividades de autoconsumo. Outra prática que alguns agricultores mencionam é a troca de insumos, especialmente sementes, com outros agricultores assentados, evitando assim o desembolso de dinheiro.

Em relação às vendas realizadas, um quinto dos casos não vendeu nenhum produto, destinando toda sua produção para o consumo próprio. As vendas de hortaliças, verduras, mandioca e melancias, em conjunto, foram realizadas a pessoas de fora do acampamento, principalmente em Águas Claras e Viamão, diretamente a consumidores e comerciantes. O milho foi outro dos produtos mais vendidos, em número de casos e não pela quantidade, comercializado principalmente com os agricultores vizinhos ou no comércio local. Um quarto dos casos vende leite e derivados (queijos) diretamente a consumidores de uma vila próxima e em condomínios vizinhos ao assentamento. Menção especial merece um agricultor que produz arroz, já que o produto foi vendido localmente e fora da região.

Para a maior parte dos agricultores existe a necessidade de reconstruir suas redes de relações comerciais. Alguns compram onde oferecem crédito e não onde é mais conveniente. Na afirmação de um agricultor, “no primeiro ano tivemos que comprar tudo, até os pés de mandioca para plantar ... aqui não presenteiam nada, tudo é com dinheiro, porém assim também se vende tudo o que se produz, de porco até melancia, que lá no interior ninguém compraria...”. Isto reflete como os agricultores percebem a necessidade de estabelecer novas relações, não apenas comerciais, mas também aquelas de confiança e amizade com outros de fora do assentamento.

4.3.4 Créditos e rendas

Os agricultores do assentamento receberam dois tipos de fundos, até agora um para investimento, no início, de R\$ 1.400,00, a fundo perdido e outro de custeio, de R\$ 1.300,00, com dois anos de carência e com um juro de 5% ao ano. Com relação a quem outorgou estes fundos, os agricultores referem-se ao Banco do Brasil, INCRA, o Governo Federal, ao governo do Estado ou à associação de alguns destes. Em relação à

taxa de juros que devem pagar, a maior parte não contesta ou não sabe de quanto é; uma minoria respondeu entre 4% e 6% ao ano.

Estes fundos foram destinados à compra de bens de consumo para a própria subsistência, particularmente o de investimento, enquanto que o custeio foi destinado, para a compra de insumos e serviços aos cultivos ou para a compra de animais. Outros agricultores destinaram parte deste dinheiro para a construção de instalações como estufas, galpões, etc.

O problema principal que mencionam os agricultores é a demora com que o dinheiro chega, afetando os tratos culturais, o que impacta na produção final. Particularmente o milho, os agricultores afirmam ter semeado tarde demais, isto determinando perdas parciais consideráveis ou totais. Por tratar-se de terrenos que em parte do ano permanecem alagados.

Ante a pergunta se receberam outras entradas de dinheiro (renda extrapredial), a metade dos casos afirma que não recebem nenhuma renda, outros realizam ocasionalmente venda da força de trabalho de algum membro da família, alguns, quando necessitam dinheiro, outros quando aparece algo. Em um grupo, quem trabalha fora compartilha com o resto do grupo o dinheiro recebido por este trabalho. Outro grupo realiza venda de serviços com um trator de sua propriedade, dentro do assentamento. Aparece uma minoria que conta com outras rendas, como algumas poupanças ou subsídios utilizados para deslocamento/transporte, instalação e consumo.

Em relação a dívidas, a maioria não apresenta mais do que o crédito outorgado pelo governo. Observa-se uma tendência a não contrai-las, procurando receita através de uma atividade agrícola que lhes permitam obter excedentes para a venda ou recorrendo à venda de força de trabalho. Além disso, pelo fato de estarem reconstruindo suas redes de relações comerciais, fica ainda mais difícil se obter créditos comerciais ou financeiros. Para aquele único agricultor que produz arroz para a venda, se observa uma grande diferença, pois este mantendo suas redes, além do dinheiro que recebeu do governo, também recebeu financiamento de uma Cooperativa (em Eldorado do Sul), dívida que foi paga com produto.

4.3.5 Características dos sistemas de cultivo

Entre os principais cultivos se destaca o milho, não apenas por ser um cultivo que todas as famílias praticam, mas também pela área destinada. Outros cultivos presentes na maior parte dos casos, ocupando uma menor superfície, são: a mandioca, feijão, batata-doce, melancia, abóbora e olerícolas. Também são mencionados, em menor número de casos, cultivos como o amendoim, cana, milho – pipoca e arroz de sequeiro. Apenas num caso se cultivava arroz irrigado, numa área de 17 ha. Dos cultivos mencionados, é sem dúvida ao milho que se destina maior superfície (em média 4,78 ha), com um mínimo de 0,5 ha até um máximo de 20 ha (cultivo grupal). Dos agricultores que semearam mais de 10 hectares, a maior parte corresponde ao milho. As famílias que semeiam menos de 10 ha também dedicam maior superfície ao milho (em média 2,5 ha). A metade dos casos semeia menos de quatro hectares.

Enquanto na produção de milho existe uma grande variabilidade nos rendimentos, aparece uma minoria que não colheu nada por diferentes problemas, particularmente climáticos (seca e alagamento) e por pragas. Dos restantes, a média foi de 46,37 sacos por ha, com um mínimo de 3 sacos por ha e um máximo de 235 sacos por ha. Existe, porém, um problema quanto às unidades de medida (peso) utilizadas, pois alguns agricultores falam de sacos de espigas (85 quilos), enquanto outros em sacos de grãos (50 quilos).

De acordo com a origem das sementes utilizadas, a maior parte dos agricultores utiliza semente comprada. No caso do milho, usam sementes híbridas, compradas através do financiamento à colheita, via plano troca-troca. Uma minoria utiliza sementes próprias. Para o resto dos cultivos (feijão, mandioca, abóbora, hortaliças e milho-pipoca), ainda que a diferença entre semente própria e comprada seja menor, o maior número de casos se mantém entre os que deveriam adquirir (comprar) sementes. Os que utilizam semente própria são um quinto dos casos, enquanto que um terço utiliza semente comprada. Para aquele agricultor que realiza como atividade principal o cultivo do arroz, a origem da semente é própria. Por continuar em sua atividade anterior ao assentamento e pertencer a uma região produtora de arroz, pode manter sua estratégia de trocar de sementes com agricultores de outra região, quando deixa 10 sacos de 50 kg cada quatro anos para manter como semente básica. Cabe destacar que este agricultor também utiliza sementes próprias para os cultivos de subsistência com olerícolas,

batata, cebola. Ainda que a superfície dedicada a estes cultivos seja significativamente menor (0,5 ha), este sistema de produção também guarda mais coerência com a aspiração de chegar a uma agricultura diferente da convencional. Pode-se concluir com relação à origem da semente utilizada que a maioria dos agricultores utiliza semente comprada para todos os cultivos e, particularmente para o milho, a semente mais utilizada é a híbrida.

Em relação à semeadura, há um forte predomínio da manual em comparação com a mecânica. Aqui novamente é diferente para o milho em relação ao restante dos cultivos. Daqueles agricultores que utilizam semeadura mecânica, (um terço dos casos), a maioria foi para semear milho, também se utilizando para semeadura mecânica para uma pequena superfície de arroz de sequeiro. Para o restante dos cultivos, em nenhum dos casos se utiliza a semeadura mecânica.

A utilização de algum tipo de adubo e/ou fertilizante se dá em três quartos dos casos, enquanto que em um quarto dos casos os agricultores afirmam que não utilizam nada, nem químico, nem orgânico. Entre os produtos utilizados, o que apresenta maior aceitação é a uréia, utilizada por dois terços dos agricultores, enquanto que outros aditivos químicos são utilizados por um quarto dos agricultores. Em relação aos adubos, alguns não especificam que produto utilizam: um quinto utiliza esterco animal, o que alguns chamaram de “orgânico” (provavelmente por contraposição aos produtos químicos vendidos pelo comércio). Poucos utilizam biofertilizante. Em relação à quantidade e ao momento de utilização, existe uma grande variabilidade. A título de exemplo, a uréia, que é o produto mais utilizado, é aplicada no milho nas seguintes formas:

2 vezes: semeadura e aos 40 cm da planta; semeadura e pendoamento;

1 vez: a 30 dias; a 50 cm da planta; aos 60 dias, no pendoamento;

Para cada momento, as quantidades aplicadas também apresentam grande variação.

Dos agricultores que aplicam produtos, um terço o faz por conta própria, argumentando que é uma prática que já conheciam. Apenas em três casos reconhecem que foi sugestão ou recomendação dos técnicos. Três casos apresentam diferenças com

relação a este ponto. Um agricultor manifestou que aplica o produto porque provaram que sem aplicação de adubo não se produz nada. Outro agricultor afirma que recentemente, realizou análise do solo para aplicar o produto apenas onde era necessário, onde o cultivo foi mais fraco.

A colheita é manual em quase todos os casos: apenas um quinto dos agricultores utiliza máquina para realizar este trabalho, a maioria alugada (cultivo de milho).

4.3.6. Características dos sistemas de criação

Em todos os casos analisados, existe algum tipo de produção animal, seja gado bovino, suíno ou aves. A motivação para esta produção, é variada desde alcançar a própria subsistência, até como atividade que gera algum excedente para a venda. A maior parte dos agricultores que possui gado bovino e suíno realiza um manejo convencional mínimo, utilizando-se de vacinas e antivermes. Apenas um caso reconhece que ainda não aplicou nada. Dentro das vacinas foram mencionadas aquelas contra à aftosa, brucelose, leptospirose.

Em relação a um manejo diferente dos animais (comprado a um padrão convencional) poucos afirmam que não utilizam remédios de nenhum tipo, e apenas um afirma que utiliza homeopatia para tratar a mastite nas vacas. Outro grupo dedicado à produção de leite reconhece que trabalha com produtos químicos, porém que deseja deixar de utilizá-los, a partir da utilização de um remédio a base de alho em pó e sais minerais comprados no comércio da região para o controle da mosca dos chifres. Cabe esclarecer que o produto em sua embalagem não apresenta nenhuma descrição de seus componentes, casos para os quais é indicado e efeitos colaterais.

Com relação ao assessoramento técnico, mencionam o técnico (veterinário) do Lumiar, que logo após a desativação do projeto não está trabalhando no assentamento. O veterinário da Secretaria Municipal de Agricultura (Viamão) está trabalhando com alguns grupos com homeopatia veterinária.

4.3.7 Organização para o trabalho

O tipo de mão-de-obra utilizada é exclusivamente familiar, à que se soma em alguns casos ajuda mútua.

A metade dos agricultores está integrada em algum tipo de organização, sendo que um quinto dos casos não tem nenhum tipo de integração/associação. O tipo de organização que mais aparece é o grupo de trabalho (em três quartos dos casos); poucos pensam em formar cooperativas. Em relação às tarefas realizadas nos grupos, em um quarto dos casos se realizam todos os trabalhos, enquanto que em outro quarto o grupo é somente para levar adiante os cultivos. Para um quinto dos casos, a finalidade principal dos grupos é acessar recursos financeiros e materiais como trator e maquinarias. Cabe esclarecer que como condição para receber recursos do governo, os agricultores devem estar associados. Do quinto que não trabalha em grupo, a maioria pertence ao setor C, estes não vendo vantagens nestas formas de organização.

As vantagens de trabalhar em grupo, para a maior parte dos que estão nos grupos, não existem. Apenas um agricultor não integrado afirma que integrará o grupo quando começar o cultivo de arroz, já que assim pode encarar um cultivo de mais área. Uma minoria, ainda que em grupos, não vê vantagens ou acha muito difícil trabalhar em grupo. O restante dos agricultores, uma terceira parte dos casos, menciona como vantagem uma melhor organização para trabalhar, maior facilidade em acessar recursos tanto financeiros como de infra-estrutura e máquinas, assim como a possibilidade de realizar cultivos maiores, montar agroindústrias, ou, inclusive, intercambiar terras para arroz. Uma minoria dos agricultores afirma trabalhar em grupos porque individualmente não poderia trabalhar (para estes, mais que uma opção, a organização é quase um condicionamento), referindo-se à facilidade ao acesso, à máquinas e a organização do trabalho (distância dos cultivos) e infra-estrutura.

Com relação aos problemas destas organizações, os agricultores que estão organizados em grupo mencionam, entre outros, mais trabalho, projetos mais demorados, demasiada discussão sobre como fazer. Outros, em realidade, explicam porque existem problemas, justificando-os frente a argumentos como a agricultura exigir um trabalho individual, falta de entendimento, “porque pensamos diferente”, “por não sermos solidários”, “queremos fazer sozinhos o que cada um deseja”, etc. Alguns

agricultores, no entanto, ensaiam soluções para estes problemas: “hoje, o meu deve ser o nosso ..., cada um deve fazer o seu e não tomar decisões individuais”. Outros explicam o que acontecerá, sendo otimistas com respeito ao funcionamento dos grupos, utilizando-se de expressões como “sempre há problemas, porém são superados”.

As decisões são tomadas, em menos da metade dos casos analisados, pelos grupos. Um quarto dos casos menciona a família como a que decide, e poucos dizem tomar as decisões individualmente (vivem com suas famílias no assentamento) ou o coordenador do grupo é quem decide.

Em relação ao assessoramento técnico, em um quarto dos casos, não contam com nenhuma assistência. Menos da metade afirma que trabalham com o Lumiar. Um grupo dedicado à produção de leite e pensando em montar uma agroindústria conta com assessoramento da EMATER e do município de Viamão. Já os produtores de arroz mencionam um assessoramento do INCRA.

Em linhas gerais, o trabalho em grupo vai desde os que afirmam que não têm nenhum problema, até o que não encontram nenhuma vantagem na associação. Entre estas duas posições estão os que, ainda que estejam em um grupo, não a avaliam como algo bom, ou que a vêem como uma condição para uma melhora na sua situação financeira. A maioria dos entrevistados, no entanto, vê no grupo uma possibilidade de melhor organização ou acesso a diferentes tipos de recursos.

Quando falavam dos problemas, poucos os enunciam com todas as letras. A maioria tenta explicar as causas dos problemas, ou ensaiam justificativas, ou orientam suas resposta a um futuro onde os grupos funcionarão melhor. Aparece aqui uma aspiração, observando-se, nestas situações o contraditório, o “antes” e o “hoje”, duas realidades ou situações que lutam internamente em cada agricultor: formar grupos, organizar-se até o momento parece uma questão que lhes impõe este hoje que estão tratando de construir com elementos que não estavam presentes em sua trajetória.

4.3.8 Projetos e expectativas sociais

Em resposta a pergunta se lhes agrada ser agricultor, todos afirmam que sim, com algumas pequenas divergências: poucos mencionam que não tiveram condições de

estudar (e, portanto, fazer outra coisa): outros crêem ter uma única alternativa, por serem filhos de agricultor, não restando outra possibilidade. Somente um agricultor afirmou que poderia mudar desta atividade para uma pequena indústria (madeireira).

Em relação a planos e projetos, se menciona aumentar as produções (um terço dos casos), melhorar a infra-estrutura ou a mecanização (máquinas e trator), alcançar a auto-subsistência, realizar atividades agroindustriais, dando maior valor aos produtos, ou criar cooperativas. Somente em dois casos menciona-se chegar a uma produção orgânica ou ecológica. Um caso mencionou que, se pudesse, voltaria a seu lugar de origem porque no assentamento está muito longe da família. A metade dos agricultores manifestou seu desejo de fixar-se e viver no assentamento. Por último, para um agricultor, o projeto guarda relação com um objetivo mais político, ou seja, o de trabalhar para que este assentamento seja “modelo”.

Como vêm sua situação hoje em relação há dez anos atrás, a maioria pensa que sua situação melhorou. O nível da melhora tem diferenças, indo desde os que crêem que melhoraram 100% ou mais, e os que consideram que melhoraram um “pouquinho”. A principal causa desta melhora é que hoje são proprietários: alguns mencionam que agora trabalharam para si e, para outros, melhorou sua saúde. Alguns já acham que sua situação melhorou em alguns aspectos e piorou em outros, entre os positivos está fazer o que se gosta e ter terra própria, enquanto que entre os negativos menciona-se a falta de rendas e a qualidade da terra (“terra fraca e sem mata”, explica uma agricultora). Um quinto dos casos vê a atual situação como regular ou pior pelo aspecto financeiro e pela falta de recursos.

Quanto ao futuro de seus filhos, a metade dos agricultores respondeu que deveriam estudar (também uma razão para escolher este assentamento), enquanto que a outra metade afirma que gostaria que seus filhos seguissem a mesma profissão, combinando os estudos com a vida no campo. Somente uma agricultora afirma que não lhe interessa que os filhos estudem, e sim que continuem no campo. Outra agricultora afirma que orientará seu filho para que acampe e lute por sua terra, ainda que não pense o mesmo em relação à sua filha. Nos dois casos pensam que devem inculcar nos filhos o amor pela terra.

Em geral, os agricultores entrevistados manifestam o gosto por sua profissão e, nesta nova situação, sobretudo por serem proprietários, embora ainda tenham que melhorar sua situação econômico-financeira. Quanto ao futuro de seus filhos, aparece um dos tantos conflitos que vivem os agricultores: mesmo preferindo que continuem na agricultura, devido às dificuldades de vida na cidade e às vantagens de vida mais saudável no campo, estimam que apenas isso não é suficiente, tornando os estudos uma forma de garantir um futuro melhor para eles, complementando ambas atividades que representam dois estilos de vida rural/urbana.

4.3.9 Relação produção agrícola /conservação ambiental

Em relação às razões para a prática das atividades atuais:

A primeira pergunta é em referência às razões pelas quais realizam as atividades de hoje. Com isto, objetiva-se identificar elementos relacionados à questão problemática ambiental. A resposta que mais aparece, em um terço dos casos, é aquela que fazem hoje o que sempre fizeram refletindo a sua trajetória social como a principal referência na organização de seus sistemas produtivos. Em menos de um terço dos casos afirma-se que o que realizam hoje é o que necessitam para sua subsistência, enquanto que em um quinto dos casos assegura que as condições ambientais determinam que a atividade seja a produção de arroz (destes, a maioria ainda não praticam este cultivo). Uma agricultora afirma que não é uma opção, senão que uma condição. O outro caso destes quinto é de um agricultor que provém de uma região arroseira e esta foi sempre sua atividade principal. Vê este cultivo como a atividade mais segura. Em pouco mais de um quinto dos casos planejam que a decisão pelas atividades que hoje realizam tem que ver com sua situação financeira. Eram as atividades que geravam retorno mais rapidamente e permitiam uma renda mensal. Destes, três casos produzem leite e queijos, e os outros dois cultivos hortícolas. Todos vendem a consumidores finais em cidades e condomínios próximos ao assentamento. Um caso inclui ao arroz de sequeiro dentro dos cultivos de subsistência, outro menciona este cultivo como o que gera mais renda, apesar de ainda não cultivá-lo.

Em relação à tecnologia:

Para a maioria dos casos (18 entrevistados) a tecnologia é “boa”; apenas em pouco menos de um terço faz-se alguma crítica. Para uma minoria dos agricultores ela é “má” e em um caso apenas a resposta é que “às vezes é boa, porém nem sempre”. Menos de um quinto dos casos não respondeu, argumentando não saber como responder.

Entre os argumentos de cada um destes grupos, sobre as virtudes da tecnologia, aparecem aqueles principalmente relacionados ao que é novo, com avanços, com o progresso, mudanças. Num quinto dos casos, a tecnologia lhes permitirá obter melhores produtos e, sobretudo, poder competir (produção ecológica, plantar melhor). Um agricultor adverte que tem de saber usar, porque permite trabalhar menos, porém gastar mais. Outro agricultor realiza uma avaliação mais no terreno político, dividindo a tecnologia em dois, a do projeto neoliberal para uma minoria da população e outra que é importante para os pequenos produtores, porque permite diminuir custos. O terço dos agricultores que avaliam a tecnologia como boa, vêem no entanto alguns problemas, entre os quais que não é acessível a todos. Outro agricultor pensa que elimina mão-de-obra e destrói a natureza, enquanto que para outros dois não é adequada para produtores individuais e áreas pequenas. Um dos agricultores que conta com maior mecanização e um manejo técnico mais adequado porque faz o mesmo cultivo que antes de ser assentado, afirma que a tecnologia deveria ter que “avançar mais; ser mais moderna”. Para este agricultor, mais moderna é “mais simples - se quebra uma colheitadeira destas que tem computadores como faço para consertá-la?”, combinando a idéia de modernidade com uma estratégia própria de pequenos produtores que realizam o maior número de tarefas no próprio campo. Para quem vê a tecnologia como um problema, seu principal argumento é que esta é responsável pelas perdas de emprego. Também mencionam que diminuiu a liberdade do agricultor, e apenas um agricultor menciona que ocasionou o desastre ambiental que hoje temos. Por último, apenas um agricultor acredita que a tecnologia é ruim, por ser inadequada aos pequenos produtores, a quem ocasionou mais danos que benefícios.

Em resumo, ainda que para menos de um quinto dos casos, a tecnologia pareça algo ruim, apenas um agricultor menciona os efeitos danosos ao meio ambiente. O restante critica mais seus efeitos ao fato de não ser acessível a todos. Finalmente, entre

os casos que percebem a tecnologia como algo bom, sustentam a idéia de que esta tecnologia é a que lhes permitirá sobreviver (em quatro casos falam de competir melhor, em dois de produzir melhor). A idéia que surge destas expressões é que aplicando determinada tecnologia, se produzirão melhores produtos que permitirão competir melhor.

Outra pergunta indaga sobre o porquê das técnicas utilizadas. Os argumentos que aparecem são relacionados à trajetória dos agricultores, ao que recomendam os técnicos, à situação econômica ou financeira e a questões ambientais. Para a metade dos casos, o determinante principal das técnicas que utilizam é sua trajetória, quer dizer, que fazem como sempre fizeram, que é o que conhecem melhor. Para um quinto dos casos, o que define finalmente o como fazer, são as recomendações dos técnicos. Um caso fala de que pessoas do grupo que sabem mais que os técnicos são os que orientam em relação a como devem realizar os trabalhos. Para alguns, é a situação financeira refletida na falta de recursos o que marca o como fazer. Por último, em menos de um quinto dos casos aparecem determinantes relacionados ao ambiental: evitar usar venenos e/ou químicos ou crêem que é importante preservar o meio ambiente.

Analisando estas respostas se observa que aqueles que sustentam que realizam as atividades que sempre realizaram são os que também responderam que as técnicas que utilizam são as que mais conhecem, enquanto que aqueles que realizam atividades definidas pelas condições ambientais como o arroz, mencionam mais os técnicos e agricultores componentes do grupo como fonte das técnicas utilizadas. Para os que realizam atividades segundo seu retorno econômico existe uma combinação entre o saber dos agricultores e dos técnicos como determinantes de sua ação técnica.

Percepção em relação a suas terras:

Para avaliar suas terras, a maioria divide aquelas que estão nas regiões altas (moradias) daquelas que se localizam nas regiões mais baixas (cultivos), outorgando-lhes qualificações diferentes. No terço dos casos que realizam a separação, às terras do baixo são qualificadas como muito boas, enquanto que as do alto vão desde boas a muito fracas, passando por avaliações como médias. Nenhum agricultor classifica suas terras como ruins. Outros dois terços dos agricultores falam de suas terras em geral (sem

separá-las em “altas” e “baixas”. Para estes, menos da metade são boas, para outros seis são muito boas a boas, porém mencionam alguma dificuldade ou limitante, como a necessidade de “corrigi-las” por serem ácidas, necessitarem de fertilizantes, de difícil manejo e muito úmidas. Os indicadores que utilizam são a cobertura vegetal, plantas ou cultivos existentes. Para menos da metade dos agricultores, as terras são boas porque o que se planta vem, ou porque cresce cana, ou porque tem mata, ou ainda porque são terras para arroz e soja. Se não são tão boas, é porque só a mandioca cresce sem adubo; para outro agricultor, o eucalipto extrai todos os nutrientes. Outros agricultores realizam sua avaliação segundo a cor ou a textura, indicando que estas são terras com muita areia, com alta porcentagem de matéria orgânica 8% (afirma um agricultor referindo-se à área de turfa), presença de turfa “(...) que é uma terra podre, misturada com areia, raízes e resto de banhado”. Outro agricultor compara com seu lugar de origem, afirmando que “não são boas”. Outros elementos utilizados pelos agricultores em sua avaliação são a opinião dos técnicos, as análises químicas, que não precisam de tanto trabalho, ou que uma pessoa pode manejar os 18 hectares (área média para cada família no assentamento). Uma agricultora realiza uma avaliação englobando mais elementos, como consistência, umidade e estado das plantas “(...) a terra é dura, seca as plantas, já nascem amarelas”. Para nenhum agricultor as terras são tidas como ruins.

Como técnicas de conservação, em menos da metade dos casos afirma-se que não se está utilizando nenhuma técnica de conservação de solos. Alguns afirmam estar pensando em fazer especialmente adubo verde. A técnica que mais mencionam é manter a cobertura vegetal o máximo possível, como adubo verde, sendo o cultivo mais utilizado a aveia. Outros mencionam a adição de adubos e fertilizantes como técnicas de conservação utilizadas, fazer curvas de nível, enquanto outros atacam mais as conseqüências que as causas: não deixar ressemearem as ervas daninhas e a construção de “encanhado” (plantar canas-de-açúcar em áreas mais erodidas ou para reter a erosão) a fim de manter o solo. Por último, um caso apenas afirma que está fazendo nada por enquanto, e dois casos mencionam a falta de recursos como a para a não aplicação/utilização de técnicos.

Percepção em relação a uma agricultura “diferente”:

Esta pergunta indaga acerca de se os agricultores realizam uma “agricultura diferente” daquela convencional (oriunda dos princípios da Revolução Verde). Quando

se construiu o questionário, o adjetivo “diferente” foi pensado em relação à agricultura convencional, tentando não utilizar termos como orgânica, ecológica, etc., para não influir nas respostas e, ademais, porque o objetivo central deste trabalho não implica definições destes conceitos¹¹.

De qualquer modo, ao formular a pergunta, as respostas foram diversas porque os agricultores valiam o que realizam hoje, comparando com o que faziam antes, e não existe uma correlação total entre o “antes” e a “agricultura convencional”, nem entre o “hoje” e a “agricultura ecológica”. Pelo contrário, existem muitas combinações. Além disso, os entrevistados mencionam outras “agriculturas diferentes” que não correspondem precisamente aos termos ou noções de convencional e ecológica. Desta maneira se tentou sistematizar as respostas, analisando-as segundo as particularidades da cada caso e não em referência a um conceito de agricultura convencional, orgânica, ecológica, etc.

Para a metade dos agricultores entrevistados a resposta foi sim, deveriam fazer uma agricultura diferente, enquanto que para menos de um terço dos agricultores já estão fazendo algo diferente, o atualmente experimentado. Para mais de um quinto dos agricultores, não deveriam produzir de maneira diferente, entre estes, dois casos realizam uma produção sem uso de agrotóxicos; para outros três não se pode mudar nada pela falta de recursos ou porque não se pode produzir sem adubos (hoje utilizam adubo e não crêem que possam produzir sem eles, portanto não podem mudar), ou porque não podem usar veneno (hoje produzem sem agrotóxico, mas se pudessem usariam - está proibido na APA). Finalmente, apenas um agricultor que produz convencionalmente não crê que deva mudar.

Analisa-se agora o que entendem por “produzir de maneira diferente”. Se bem que para a maior parte dos casos guarda relação com uma “agricultura ecológica”, aparecem outros elementos. Para a metade dos agricultores, se estabelece uma relação com os insumos utilizados, falam de não usar venenos ou químicos, utilizam apenas adubos orgânicos, “colher limpo” (sem venenos), com mais qualidade e mais preço. Em três casos utilizam termos como ecológica ou orgânica. Quanto a outras produções

¹¹ Para ALMEIDA (1999), a profusão de qualificativos é fonte de confusões. Alguns vêem o “alternativo” ou “diferente” como uma outra forma de produção, protegendo mais o meio ambiente. Para outros, pode significar uma organização mais solidária e até mesmo uma nova sociedade. Essas idéias contestadoras

diferentes utilizando outros elementos como parâmetros, aparece uma produção mais econômica e que utilize menos mão-de-obra, ou utilizando maior quantidade de máquinas e sem agrotóxicos.

Finalmente, em uma posição absolutamente contraditória à posição da maior parte dos agricultores, dois entrevistados afirmam que produzir diferente seria para um caso de se utilizar mais máquinas, porque demanda menos tempo para preparar a terra. Seus planos são de capitalizarem-se, formarem um grupo e produzirem arroz convencionalmente. Outro caso, mais contraditório ainda, afirma que produzir diferente seria utilizar veneno, porque demanda menos tempo, mas está proibido.

Em relação às razões pelas quais deveriam fazer uma produção diferente, concentrando-nos naqueles que se referem ao diferente como uma agricultura sem agrotóxico, aparecem aspectos ligados à saúde, ao econômico e ao meio ambiente. Os que mencionam a saúde como principal razão para realizar outra agricultura, são maioria, contabilizando 19 casos. Entre os argumentos mais relacionados com aspectos econômicos estão: o mercado e a demanda, o retorno econômico, a facilidade para comercializar e a competitividade. Usam estes tipos de argumentos dois quintos dos casos. Justificativas mais relacionadas ao meio ambiente aparecem em um terço dos casos, mencionando o ar, a terra, o solo, a natureza e o meio ambiente como um todo a ser preservado. A maior parte dos agricultores utiliza uma combinação destes três aspectos (saúde, econômico e meio ambiente), com prioridades diferentes.

A pergunta seguinte faz referência às dificuldades que existem, segundo os próprios agricultores, para produzir de maneira diferente. Para um terço dos casos existem mais dificuldades, para menos de um quinto dos agricultores não é possível uma produção diferente por falta de recursos. Em três casos, localizam as dificuldades em suas próprias limitações, refletidas em expressões como “fomos criados em uma agricultura convencional: plantar ecologicamente é mais difícil”, ou “exige maior conhecimento e mais esforço prático”. Outros fazem referência à demanda de mais trabalho (um quinto dos casos): “exige mais trabalho, é mais complicado”. Para outro agricultor, é mais difícil porque as pragas atacam mais. Por último, para três casos, é mais fácil fazer uma agricultura diferente.

Percepção em relação à área de proteção ambiental (APA):

Todos os assentados entrevistados afirmam que conhecem a existência de uma APA no assentamento, inclusive um bom número deles esclarece que já sabiam da existência desta área antes de chegar ao assentamento. Apenas um agricultor, cuja trajetória não se liga ao movimento, senão que fazia parte do pessoal da antiga fazenda, se refere ao tema com bastante distância: “sim, os técnicos falam disto”. Ao perguntar a opinião sobre a APA, começam a aparecer apreciações muito diferentes, desde considerar a área como muito boa, até a opinião de que é algo que não serve para nada, passando pela grande maioria que acha a APA como “uma coisa muito boa”.

Dentre os principais argumentos entre aqueles que avaliam positivamente esta área, se destacam, para a maioria, que é importante para preservar os animais que vivem ali (aves, peixes, cervos, “bichinhos”). Para menos de um quinto dos casos, a importância reside em preservar plantas, mata e, inclusive, fazer reflorestamento nesta área. Dois casos apresentam argumentos mais relacionados com a saúde. Para outros dois, a importância reside em proteger a natureza. Um caso menciona a biodiversidade, enquanto que para um terço dos casos o argumento é mais político, ou seja, da necessidade de demonstrar que os assentados não destroem os recursos, ao contrário, podem produzir de uma maneira ecológica, política e economicamente correta. Pelo menos três destes agricultores mantém uma relação mais forte com o movimento, desempenhando alguns cargos dentro do assentamento. Já dentre os agricultores que manifestam uma avaliação mais negativa em relação a APA, há alguns casos de agricultores que não faziam parte do movimento ou tinham pouca participação. Entre os agricultores que defendem esta última posição, se destacam dois casos que avaliam a APA como sendo boa, somente em parte. Um destes esclarece que essa terra lhe poderia servir para plantar mais. Outro agricultor diz que esta área é demasiado grande, poderia ser menor, apesar de concordar com a importância de preservar animais e manter a água limpa. Finalmente, em dois casos acredita-se que é “coisa do governo”. Um deles prefere não opinar, enquanto uma agricultora avalia a existência da APA como uma “bobagem”, já que não lhe serve a nada, apesar de ter algo de bom nesta área, pois cresce faxinal.

Em relação ao regulamento sobre a APA, uma grande maioria afirma que o conhece. Apenas um agricultor menciona que se firmou um convênio ou um documento de compromisso internamente, porém os técnicos que tinham que divulgar o regulamento, nunca o fizeram, coincidindo com a afirmação de outro agricultor, segundo o qual “as pessoas do meio ambiente” vieram delimitar a área e nunca mais apareceram. Menos da metade dos casos menciona a proibição de caçar, pescar ou utilizar fogo. Vários deles acham que a caça e a pesca são permitidas apenas para o consumo, não utilizando rede ou matando um animal para vender o couro. Segundo dois agricultores, se pode usar esta área para criar animais com critério, sem destruir. Finalmente, apenas dois casos mencionam a proibição de utilizar agrotóxicos nos cultivos.

Analisando estas afirmações se observa uma grande distância/divisão entre a natureza que está dentro de suas propriedades e a que está fora, precisamente na área de proteção ambiental, distância/divisão esta que se vê claramente refletida na expressão de alguns agricultores, como por exemplo, “aqui é minha propriedade [...] do outro lado é o meio ambiente”. Ao responder com relação às dificuldades que essa área de proteção implica, novamente aparece esta distância/divisão. Para a grande maioria, não implica nenhum problema, um terço afirmando que é uma área que está longe e fora da área de produção. Para outra terça parte dos casos existe dificuldade devido aos animais que vivem ali, alguns dos quais ocasionaram danos aos cultivos. Para um agricultor o problema é sua localização, já que deve atravessar essa área para chegar aos cultivos, enquanto que outro relata que a dificuldade foi demarcar esta área. Apenas um agricultor afirma que, em princípio, o problema é que não tem como produzir ecologicamente, mencionando a necessidade de buscar uma forma de controlar pragas sem usar veneno.

Quando se lhes pergunta sobre outra forma de proteger a natureza, aparecem diferentes respostas, entre elas conscientizar e educar, não usar fogo, não depositar lixo em qualquer lugar, especialmente nos cursos de água, respeitar esta área de proteção, e ter um maior acompanhamento da FEPAM. Alguns casos mencionam o reflorestamento, especialmente nas margens e nascentes dos rios. Uma minoria menciona como outra forma de proteger a não utilização de agrotóxicos (se reflete aqui novamente a divisão). Por último, para um agricultor, outra forma de proteger seria através da tecnologia, ainda que reconhecendo que esta destruiu tudo.

Em relação às reservas florestais, todos os entrevistados são favoráveis, expressando diferentes idéias a respeito, entre elas a sua importância para as nascentes e margens dos rios, importância da conscientização para reflorestar. A metade dos casos manifesta a idéia de plantar ou reflorestar parte de suas áreas. Menos da metade dos agricultores fala em conservar, proteger ou não desmatar. Entre as vantagens, os agricultores mencionam o uso de espécies que forneçam frutas, lenha e sombra. Espécies como eucalipto ajudam a melhorar o solo (drenagem), proteger a natureza, meio ambiente e animais que vivem na região. A presença da mata permite ar mais puro e clima menos quente. Vários agricultores estão produzindo mudas para reflorestamento, ainda que se observe bastante desmatamento, particularmente de eucaliptos. Isto, somado às intensas chuvas, pode ser a causa de alguns sinais de erosão hídrica que aparecem no assentamento. Para um dos agricultores, a falta de recursos financeiros, devido ao atraso dos subsídios recebidos do governo, determinou um maior desmatamento porque esta atividade se converteu na principal fonte de renda para muitos agricultores.

5 A RELAÇÃO PRODUÇÃO/CONSERVAÇÃO ENTRE OS AGRICULTORES INVESTIGADOS E A POSIÇÃO DOS MEDIADORES TÉCNICOS

5.1 A sensibilidade ambiental entre os agricultores assentados

Nas “arenas públicas” muitas vezes os conceitos já têm um significado e até se atribui um papel aos cientistas, como “mediadores biculturais”, atuando entre a arena pública, conforme uma agenda pública do estado e as situações específicas, de onde aparecem os conflitos devido a interpretações particulares que existem nas últimas. Neste trabalho se pretende analisar uma “arena específica” com as interpretações que se refletem nas respostas dos diferentes grupos de agricultores e dos mediadores técnicos com relação à questão ambiental, a sustentabilidade e a uma agricultura diferente. Evita-se assumir a postura de avaliar qual destas interpretações é a mais correta, de acordo com significados “oficiais” ou “universais” destas questões, o que determinaria não apenas uma mutilação do objeto de estudo deste trabalho, ou até mesmo perder a possibilidade de analisar os diferentes “pacotes interpretativos” e as relações de força para sua imposição, análise que se mostra mais rica quando se assume o papel da autoridade para dizer qual é o correto. Segundo FUKS (1997), trabalhar nas arenas específicas permite contextualizar melhor que quando se fala de “opinião pública”, ou até mesmo de “representações sociais”. Estas arenas específicas estão sempre inter-relacionadas formando em seu conjunto um sistema de arenas. Assim, para o caso deste estudo, não existe uma “questão ambiental”, uma opinião pública, senão uma série de conflitos em arenas específicas.

Com o desenvolvimento da investigação se observou uma dissociação entre o que os agricultores manifestam e o que fazem, ou seja, a natureza ocupando um lugar no discurso e outro diferente na ação/prática social. Frente a isso, se agruparam os

agricultores em duas grandes categorias: aqueles que “não manifestam sensibilidade ambiental” e os que “manifestam sensibilidade ambiental”. Entre os primeiros aparece uma minoria que, apesar de não manifestar um discurso com sensibilidade ambiental, a natureza ocupa um lugar destacado dentro dos sistemas produtivos. Já no segundo grupo, dos que manifestam sensibilidade ambiental, destaca-se um grupo majoritário, os que ainda manifestam sensibilidade mas esta não se reflete em seus sistemas produtivos.

Esta sensibilidade ambiental está avaliada de acordo com o lugar que ocupa a natureza nos discursos e ações práticas sociais dos agricultores. Este lugar é determinado por vários parâmetros dentro da estrutura subjetiva, tais como a avaliação e apreciação que os agricultores realizam de seus recursos naturais, principalmente a terra, como avaliam sua atual situação, os critérios para selecionar as atividades que realizam, a apreciação que fazem da tecnologia, os critérios utilizados para escolher as diferentes técnicas que aplicam, a percepção que têm de uma “agricultura diferente” e o significado que atribuem à presença de uma área de proteção ambiental no assentamento.

Cabe destacar que a conformação dos grupos de agricultores, como uma ferramenta que facilita a análise, não tem caráter definitivo nem estático. Os grupos não apresentam limites exatos, os agricultores se ordenando em uma escala segundo suas manifestações e ações. Porém, se uma área de transição, compartilhando características de ambos os grupos. Os agricultores não permanecem nestes grupos indefinidamente, senão que por tratar-se de um processo, os lugares que ocupam são dinâmicos. A estática ou quietude que se atribui ao mundo rural é apenas um estereótipo que se precisa romper.

O grupo predominante é aquele que reúne os que manifestam certa sensibilidade ambiental, perfazendo 73% da amostra, contra o restante de 27% que não manifesta nenhuma sensibilidade. Por outro lado, os que realizam alguma ação que reflita certa sensibilidade ambiental representam 31% da amostra, enquanto que aqueles que não desenvolvem nenhuma ação com esta sensibilidade somam 69% da amostra. As ações concretas são as que permitem avaliar o lugar que ocupa a natureza em seus sistemas produtivos, avaliação que será realizada através de diferentes eixos, todos estes permeados pela relação homem/natureza. Foram analisados os “pacotes interpretativos”

dos diferentes grupos para entender como vêm na relação sociedade/natureza e como esta interfere na organização de seus sistemas produtivos.

Uma das características que se analisou entre os grupos de agricultores tem relação com as estratégias que utilizadas para alcançar seus objetivos. A primeira diferença entre os grupos de agricultores se apresenta justamente neste sentido: aqueles que “não” manifestam um discurso ambiental estão direcionados ao objetivo da subsistência, isto refletido em alguns indicadores, como por exemplo: as atividades selecionadas são aquelas tendentes a alcançar seu auto-abastecimento, realizando vendas de produtos em pequena escala aos próprios vizinhos dos assentamentos. Dentro deste grupo aparecem alguns casos que apresentam, no plano econômico-financeiro, situações comprometidas, já que contam com menor dotação de recursos e não recebem dinheiro de fora de sua propriedade. Aparecem também neste grupo, agricultores que manifestam escasso compromisso com os objetivos do movimento, tais como trabalhar em grupo ou encarar uma forma de produção alternativa, de participação e, em alguns casos, até a solidariedade e cooperação não se manifestam.

Estes agricultores não manifestam sensibilidade e esta tampouco se observa em seus sistemas produtivos. Existe, portanto, coerência entre o discurso e as práticas. A natureza não ocupa um lugar de destaque, nem em um, nem em outro. Ao referir-se a uma agricultura diferente, aparece neste grupo um leque muito variado de possibilidades, desde uma agricultura com grandes máquinas, ou defendendo a utilização de agrotóxicos, até a expressão de uma impossibilidade de praticar uma agricultura diferente, já que sem o uso de adubos o solo não produz e a presença de formigas obriga a combatê-las. Sua percepção da tecnologia é positiva, crendo que através dela conseguiram melhorar sua produção (não expressam claramente qual seria essa melhora, e se relaciona com produtos mais ecológicos). A presença da APA não significa nada em especial para seus sistemas produtivos e suas práticas. As posições variam desde “não me interessa, isto é do governo”, até aquelas que crêem que é importante para preservar os animais que vivem no local, porém em poucos casos estabelecem alguma relação mais direta com a propriedade.

Aparece neste grupo uma minoria na qual a natureza ocupa diferentes lugares no discurso e nas ações, assinalando-lhe um lugar muito mais destacado na organização dos sistemas produtivos que em seus discursos, não manifestando nenhuma

sensibilidade ambiental, apenas que não possuem um discurso estruturado sob uma linha que manifesta o próprio movimento, (por exemplo, um dos agricultores avalia negativamente a presença de uma APA dentro do assentamento). Outra característica que se podem observar nesta minoria é sua avaliação sumamente negativa da tecnologia, responsabilizando-a por danos sociais como desemprego, desigualdade e danos ambientais como a destruição dos recursos naturais. No momento de avaliar sua situação, utilizam elementos da natureza, como por exemplo, sua situação piorou porque “... a terra é fraca e não tem mata...”. Por último, suas práticas escolhidas segundo critérios mais ligados aos recursos naturais, isto refletido na afirmação de um dos entrevistados: “... faço o que é bom para a terra”. Sua produção, como já mencionado, está orientada para a subsistência. De acordo com sua percepção, já realizam uma “agricultura diferente”, livre de químicos, empregando também práticas de conservação do solo com segurança de seus efeitos.

Os agricultores pertencentes ao grupo que manifesta um discurso com sensibilidade ambiental apresentam estratégias diferentes ao anterior. Em geral, seus sistemas produtivos estão mais orientados para produzir, além da subsistência, algum produto para venda, tais como verduras, leite, arroz, abóbora, além de produtos elaborados na propriedade, como pães e queijos. Alguns destes agricultores realizam vendas de produtos no comércio da região. Aqui as atividades, incluindo os próprios cultivos, são escolhidas segundo a possibilidade de retorno financeiro mais rápido. Em vários casos, uma produção diferente é vista como uma atividade com boa vantagem competitiva, que lhes permitirá ingressar em mercados diferenciados, única alternativa para a pequena produção familiar.

Em alguns agricultores pertencentes a este grupo, a sensibilidade que manifestam em seu discurso se reflete em seus sistemas produtivos. A natureza aparece neste grupo em seu discurso e em suas ações, às vezes de maneira moderada. Uma agricultura diferente é vista como possibilidade de viver melhor, alcançar o mercado e como uma alternativa política mais que produtiva, que permitiria mudanças na sociedade. A existência da APA permitiria demonstrar que os assentados não destroem, demonstrar que aqui a natureza é vista como um símbolo ou um valor mais amplo, favorecendo para que esta disputa alcance uma esfera pública.

Este contexto cultural é um fator importante na dinâmica argumentativa dos conflitos sociais. Seus sistemas produtivos apresentam características de uma agricultura diferente da convencional, utilizando semente própria, evitando o uso de químicos e utilizando em seu lugar bio-fertilizantes de fabricação própria. O manejo animal também possui características similares. Em alguns casos, se bem que a produção não é totalmente diferente da convencional, há clareza acerca de como vão realizar as próximas safras (por exemplo, onde comprar sementes, animais, etc.). A tecnologia é vista como inacessível para os pequenos produtores, enquanto que as técnicas utilizadas são aquelas discutidas e analisadas de forma grupal ou com os técnicos. Estes agricultores valorizam o trabalho grupal, encontrando-se em situações melhores que o grupo descrito anteriormente, com uma melhor dotação de recursos e, em alguns casos, recebendo dinheiro de fora de sua propriedade.

Observa-se neste grupo uma grande maioria de agricultores onde a sensibilidade que manifestam em seu discurso não se reflete em seus sistemas produtivos, ou seja, a natureza ocupa um lugar mais central em seu discurso, se comparada ao lugar ocupado na organização dos sistemas produtivos. Neste grupo se encontra um número importante dos entrevistados, observando-se uma graduação, desde casos com um discurso onde a natureza ocupa um lugar pouco claro, até aqueles em que ocupa uma maior “centralidade”. Os primeiros não manifestam uma consciência da dissociação entre o que dizem e o que fazem. Os segundos, já percebem mais claramente que ainda o que fazem não é igual ao que dizem, porém atribuem isto a diferentes fatores, tais como a falta de recursos ou suas próprias limitações pessoais, como seus conhecimentos, suas experiências: “esta forma de trabalhar apresenta muitas dificuldades para nós, criados na questão ‘convencional’. Plantar ‘ecologicamente’ dá mais trabalho”, assegura um agricultor.

Entre outras posições deste grupo, pode-se mencionar a relacionada com a prática de uma agricultura diferente. Alguns crêem que esta possui vantagens em relação a saúde e para acessar o mercado como forma de responder a uma demanda destes produtos diferentes. A presença da APA tem uma aceitação muito positiva, por permitir preservar plantas e animais que vivem no local. Por outro lado, a APA servirá para demonstrar que os assentados não destroem a natureza. Neste grupo aparecem casos que relacionam diretamente suas ações dentro de seus sistemas produtivos com os

prováveis efeitos, fora deste, na APA, por exemplo. Outros não fazem uma relação direta entre as práticas que realizam em seus sistemas e nesta área.

O processo gerador destas diferentes posições com relação à natureza é sumamente complexo, constituído em um grupo de variáveis, tais como pela origem, geográfica e social dos agricultores, sua ocupação anterior, pelas atividades que desenvolviam e suas trajetórias sociais. São estas variáveis, entre outras, e suas combinações que determinam diferentes posições, o que não permite afirmar uma relação direta entre elas, a origem e a posição social, por exemplo. Cada agricultor atravessa experiências particulares que permitem entender sua posição com respeito à natureza, porém não determinam um processo único de construção das diferentes percepções da natureza. Ou seja, dentre os diferentes elementos para caracterizar os grupos com diferentes posições, nenhum é determinante por si só: é a combinação destes elementos que determina uma posição.

5.2 Análise de posições e estratégias em cada grupo e sua relação produção/conservação

Os eixos utilizados para caracterizar e diferenciar os dois grupos, os que manifestam alguma sensibilidade ambiental e os que não manifestam, incluem aspectos tanto da estrutura subjetiva como da objetiva, além de alguns elementos relacionados com sua trajetória. Os eixos utilizados para a caracterização destes grupos foram:

- a) a “estrutura subjetiva”: avaliação dos recursos naturais considerados como critérios para escolher as atividades que hoje realizam; percepção da tecnologia, critério para selecionar as técnicas que utilizam; implementação de técnicas de conservação de solo; percepção de uma agricultura diferente; percepção da APA e avaliação de sua situação atual;
- b) a “estrutura objetiva”: dotação de recursos; renda obtida de fora da propriedade; organização para o trabalho e características dos sistemas produtivos;
- c) a “trajetória social”: origem social; ocupação anterior e participação dentro do movimento.

5.2.1 Estrutura subjetiva

As atividades produtivas que um agricultor desenvolve ocupam um lugar destacado entre as estratégias que escolhe para alcançar seus objetivos. Nos grupos analisados, este aspecto apresenta diferenças, como por exemplo, as variáveis que cada grupo utiliza para definir as atividades que levará adiante. Entre os que manifestam sensibilidade ambiental e esta se reflete em sua ação, as atividades selecionadas são aquelas que apresentam um melhor retorno econômico, também mencionando a subsistência. Neste grupo é onde mais se menciona ao cultivo de arroz como atividade principal (em um caso é o que já faz, o restante porque considera que estas atividades junto com as olerícolas dão mais dinheiro e se vende melhor). Cabe recordar que os cultivos de arroz e hortaliças são os recomendados pelos mediadores técnicos para esta região. Outro parâmetro mencionado foi a utilização da mão-de-obra familiar disponível.

No grupo que manifesta sensibilidade ambiental, porém não refletida nas suas ações, os elementos mencionados como determinantes das atividades são mais variados que na anterior, também aparecendo mais fortemente o que faziam antes de chegar ao assentamento. Uma minoria manifestou que realizam o necessário para o consumo, enquanto um número também pequeno expressa que a área é para arroz. Em um número importante de agricultores deste grupo, o determinante na escolha das atividades foi a situação financeira, que os levou a implementar atividades que significam um retorno financeiro mais rápido, ademais de um ganho periódico, como no caso da venda de leite.

No entanto, no grupo que não manifestam sensibilidade ambiental, os determinantes que aparecem para definir as atividades são fundamentalmente aqueles que garantem a subsistência e o que sempre faziam.

A percepção da tecnologia do grupo que manifesta sensibilidade ambiental é de crítica, considerando que é inacessível para todos os agricultores, particularmente o pequeno. Um agricultor enfatiza que “precisa ser mais moderna”. Ante a pergunta do que entendia por mais moderno, esclareceu que precisa ser “mais simples” para que quando se quebre (uma máquina, por exemplo), seja o próprio agricultor que possa consertá-la.

Ao analisar-se os fatores utilizados pelos agricultores para a eleição das diferentes técnicas em seus sistemas produtivos, aparecem majoritariamente aspectos relacionados aos recursos naturais, por exemplo, aquilo que é melhor para a terra ou para a preservação do meio ambiente. Outro aspecto que merece ser destacado é que todos os agricultores manifestam que as técnicas são selecionadas a partir da discussão entre o grupo ou perguntando a outros agricultores, vizinhos e técnicos.

Já no grupo dos que manifestam sensibilidade ambiental, ainda que não a reflitam em suas ações, a percepção da tecnologia é menos crítica, ainda que alguns, uma minoria, também afirmem que não é para todos. Muitos crêem que tem que tomar essa tecnologia para poder competir, produzindo produtos orgânicos ou sem veneno, por exemplo. Alguns consideram a tecnologia boa e não realizam nenhuma crítica, enquanto outros, apesar de considerá-la boa, acham que algumas dispensam mão-de-obra e outras destroem a natureza, de modo que se deve saber como usá-la.

Neste grupo predomina como critério para a escolha das atividades que realizam seu conhecimento prévio, ou seja, os agricultores utilizam aquelas técnicas que já conheciam (isto acontece com a metade do grupo). Outros mencionam o técnico, enquanto que outros, uma minoria, respeita a regra de não usar agrotóxicos ou químicos. Um caso atribui as técnicas utilizadas à demanda do mercado, que cada vez influi mais nas decisões do agricultor. Por último, um outro menciona as dificuldades econômicas que estão passando.

Já entre os que não manifestam sensibilidade ambiental, a percepção da tecnologia é a de menor crítica entre todos os grupos. Avaliam a tecnologia como de “boa” a “muito boa”, como um avanço ou algo novo que lhes ensinará a plantar melhor e obter um produto melhor. A exceção do grupo é aquela minoria que, apesar de não manifestar sensibilidade ambiental, esta se reflete em suas ações, e onde a avaliação da tecnologia é muito negativa, responsabilizando-a pelo desemprego que hoje existe e pela destruição dos recursos ou da natureza.

Neste grupo que não manifestam sensibilidade ambiental o critério que mais aparece para a seleção de técnicas é o conhecimento anterior, o que realizavam antes de chegar ao assentamento. Mencionam também a disponibilidade de recursos (financeiros

ou de máquinas) como determinante. Uma minoria manifesta que as técnicas se selecionam segundo a terra.

No grupo que manifesta sensibilidade ambiental, apenas uma minoria menciona que realiza técnicas de conservação de solos, cobertura verde utilizando aveia. A maior parte do grupo manifesta que não está implementando ações tendentes à conservação de solos, ainda que alguns deles expressem sua intenção de fazê-las (no momento estão aprendendo com a realidade, manifesta um agricultor).

No grupo que manifesta sensibilidade, ainda que esta não se reflita nas suas ações, menos de uma terça parte ainda não realiza nenhuma ação tendente à conservação de solos, ainda que pense realizá-la mais adiante. Uma minoria menciona como medida a cobertura verde utilizando aveia, palha de milho ou grama, evitando o fogo. Dois casos realizam ações mais orientadas às conseqüências que as causas da degradação.

Entre os que não manifestam sensibilidade ambiental, uma minoria expressa que não realizam nenhuma prática de conservação de solos por falta de recursos. Mencionam a idéia de plantar aveia e fazer curvas de nível para conter a erosão do solo. Outros agricultores mencionam a adição de esterco, adubo e uréia. Por último, aquela minoria onde a natureza ocupa um lugar de destaque em seus sistemas, ainda que eles não o expressem, enumera um conjunto de técnicas para evitar a degradação do solo, usam adubo verde com espécies de aveia e milho, mantêm a reserva do milho colhendo somente a espiga. A palha do arroz também permanece, realizam curvas de nível ou o plantio de cana para segurar a terra.

Com relação à prática de uma agricultura diferente no grupo que manifesta sensibilidade ambiental, encontra-se um caso que assegura já realizar uma agricultura diferente e não tem que mudar, já que a produtividade é ótima. Um terço dos agricultores afirmam que estão orientando suas ações para atingir este objetivo. Um deles manifesta que está tentando fazer o correto, se bem que não existe uma única forma correta (demonstrando clareza no sentido de que não se trata de aplicar receitas ou fórmulas específicas, pelo contrário, é mais complexo). A metade dos agricultores assegura que está fazendo uma agricultura diferente porque de onde provém não se produz nada sem químicos e agrotóxicos. Entre as razões para realizar uma agricultura

diferente, neste grupo, aparece principalmente a saúde (do próprio agricultor e da sociedade), através de melhoras no ambiente (menor poluição) e de uma alimentação mais saudável. Um terço do grupo utiliza argumentos mais econômicos, tais como descobrir uma forma que permita aos agricultores pobres competir por maior qualidade dos produtos, melhor preço e menor custos, ou por produtos que se vendam com facilidade. Por último, um agricultor menciona a evolução de toda a sociedade como principal vantagem de uma agricultura diferente. Com relação às dificuldades, a metade do grupo assegura que é mais complicado, porque exige maior conhecimento e esforço prático e demanda maior trabalho.

Todos os agricultores do grupo que não refletem sensibilidade ambiental e expressam em suas ações, aceitam que deveriam realizar uma agricultura diferente. A maioria faz referência a um sistema sem químicos, nem venenos, de forma mais ecológica. Outros sustentam que uma agricultura diferente exige maior acompanhamento técnico, maior utilização de maquinaria ou que economiza mais e usa menos mão-de-obra. Entre as razões usadas para realizar esta agricultura diferente aparece a saúde do agricultor na quase totalidade dos casos, aparecendo em mais da metade do grupo argumentos econômicos como as oportunidades do mercado, a maior facilidade de vendas, e o retorno econômico maior. Por último, argumentos relacionados à conservação do meio ambiente, do solo e da natureza são utilizados por uma minoria de agricultores. Com relação às dificuldades, a metade do grupo as reconhece, tanto de ordem econômica (falta de recursos), como a demanda de maior trabalho. Um agricultor também menciona suas limitações por ter sido “criado” no sistema convencional.

No grupo que não manifesta sensibilidade ambiental, se observa a maior variedade de interpretações sobre a agricultura diferente. Um agricultor manifesta que sua produção é oriunda da forma convencional e não pretende mudar isto. Outro, afirma que não pode mudar porque sem adubo a terra não produz e tem de controlar o ataque de formigas. Já o outro pensa em fazer algo mais orgânico, todavia não é possível. Alguns agricultores realizam interpretações muito particulares de uma agricultura diferente: um deles pensa em se organizar em grupos para plantar arroz com base em maquinarias, o que demora menos e aumenta a produção; outro acredita que uma agricultura diferente seria praticada utilizando-se veneno porque demanda menos tempo.

A Área de Proteção Ambiental (APA) tem uma avaliação muito positiva no grupo que manifesta sensibilidade ambiental: a metade do grupo vê na proteção desta área uma forma de demonstrar à sociedade que os assentados não destroem os recursos, “como diz a burguesia”, afirma um agricultor. Dois agricultores resgatam a importância desta área para a preservação de animais, outro pelo fato de obter uma melhor qualidade de vida através de um ambiente sem veneno. Já um outro agricultor pensa que deveria existir maior acompanhamento dos técnicos ambientais. Segundo sua percepção, a presença desta área não determina dificuldades no trabalho dos agricultores.

Para o grupo que manifesta sensibilidade ambiental, ainda que este não se reflita nas ações, a existência desta área é boa: um terço assegura que permitirá demonstrar que os assentados não destroem, e a metade afirma que serve para proteger bichos, manter água limpa e plantar árvores. Há afirmações de que poderia ser uma área menor, aparecendo também reclamações por maior fiscalização.

No grupo que não manifesta sensibilidade ambiental, a avaliação da existência de uma APA é bem diferente do restante dos grupos. A metade do grupo pensa que ela desperdiça terra que poderia servir aos agricultores; outro reconhece que os técnicos são os que falam desta área, enquanto outro agricultor conhece a existência, inclusive assinalando que “a rua é o limite entre o meio ambiente e minha propriedade”, demonstrando pouco interesse “não dou bola para isto... é do governo”. A outra metade dos agricultores do grupo acredita, porém, que esta área é importante para proteger animais do mato, árvores e cuidar do banhado.

Como síntese parcial das posições dos grupos de agricultores frente aos diferentes temas, apresenta-se o Quadro 5 a seguir.

Quadro 5: Posições dos grupos de agricultores assentados frente aos diferentes eixos de análise – Assentamento Filhos de Sepé, Viamão - RS

| Eixos | Manifestam sensibilidade ambiental | | Não manifestam sensibilidade ambiental | |
|---|---|---|--|---|
| | Reflete-se na ação (6 casos) | Não se reflete na ação (13 casos) | Não se reflete na ação (5 casos) | Reflete-se na ação (2 casos) |
| Atividades | Subsistência e retorno econômico. Arroz e hortaliças | As que já realizavam e para consumo, retorno financeiro mais rápido. | Garantem a subsistência e segundo seu conhecimento | Subsistência. |
| Tecnologia | Percepção crítica desde sua posição; não é acessível para pequena produção. | Percepção menos crítica; permitiria competir; não é para todos pois pode ocasionar efeitos negativos (emprego e natureza) | Percepção pouco crítica; é o novo; o avanço permitirá produzir melhor. | Percepção de muita crítica; responsável pelo desemprego e degradação ambiental. |
| Técnicas | Segundo os recursos naturais, selecionadas por discussão grupal ou trabalho com técnicos; consulta a vizinhos. | Segundo seu conhecimento prévio, aconselham não usar químicos; conforme demanda e situação financeira. Alguns trabalham com técnicos. | Segundo seu conhecimento prévio; conforme disponibilidade de recursos financeiros. | Segundo qualidade da terra. |
| Agricultura diferente | Já realizam; sem químicos ou venenos. | Coincidem que devem realizar uma agricultura sem químicos, nem venenos. | Conceitos variados; usar máquinas, venenos, ou não é possível fazer algo diferente. | Já realizaram. |
| Razões para realizar essa agricultura diferente | Saúde do agricultor e da sociedade; melhor competitividade de seus produtos. | Saúde do agricultor; razões econômicas e ambientais. | | Terra, saúde e mercado. |
| APA | Serve para demonstrar que os assentados não destroem; preservação de animais e melhor qualidade de vida; ambiente sem veneno. | Serve para proteger animais, árvores e água limpa. | Visão de muito crítica; além de tomar terra que poderia servir para agricultores, a vêem como algo do governo; outros crêem que protege animais e plantas. | |
| Dificuldades devido à presença da APA | Não existem; falta acompanhamento de técnicos ambientais. | Presença de animais; produção ecológica, controlar sem veneno. | | |

Fonte: Dados da pesquisa.

5.2.2 Estrutura objetiva

Quanto à dotação de recursos materiais, tanto no que se relaciona com a infra-estrutura e máquinas, como em relação aos animais de trabalho e consumo, o grupo que não manifesta sensibilidade ambiental apresenta em geral uma menor dotação de recursos, sobretudo no que se refere a máquinas, equipamentos e infra-estrutura, enquanto que no que se refere a animais, contam em geral com um número maior destes, especialmente naquelas produções dedicadas ao auto-consumo, o que é coerente com sua estratégia de garantir em primeiro lugar sua subsistência. Por outro lado, o grupo dos que manifestam sensibilidade ambiental apresenta uma melhor dotação de recursos, ainda que não se possa dizer que esta seja a adequada. Neste grupo, aparecem tratores (dois dos três que existem em todos os grupo investigados), colheitadeiras, entre outras maquinarias. A infra-estrutura com que contam também é maior se comparada ao grupo que não manifesta sensibilidade ambiental. Entre estas instalações aparecem estufas, chiqueiros, currais, etc. e, inclusive, a própria residência das famílias se encontra em melhores condições.

Os agricultores que manifestam sensibilidade ambiental, porém esta não se reflete nas suas ações, apresentam a maior dotação de animais em todas as produções, a exceção das aves, quando a infra-estrutura e os maquinários ocupam um lugar intermediário entre os dois grupos analisados anteriormente.

Outro item analisado é a renda extra, ou seja, aquelas provenientes de alguma atividade fora da propriedade, seja através da venda da força de trabalho, ou ganhos de outras naturezas como pensões, aposentadorias ou poupanças. Entre os que manifestam sensibilidade ambiental existe uma maioria (66%) que recebe ou recebeu algum dinheiro de fora de suas propriedades, através da venda de sua força de trabalho ou algumas poupanças com que contava antes de chegar ao assentamento (venda de propriedades). Por outro lado, entre os que não manifestam sensibilidade ambiental, em sua maioria (71%) não recebe dinheiro de fora das atividades desenvolvidas em sua propriedade. Já os que manifestam sensibilidade ambiental mas não a refletem em suas ações, apresentam uma situação intermediária, já que a metade de seus integrantes recebe algum dinheiro de fora, de diversas origens (venda da força de trabalho de algum membro da família, poupança ou ajuda familiares).

Em relação à forma de organização para o trabalho, surgem diferenças entre os grupos mais polarizados, ou seja, os que manifestam sensibilidade ambiental e os que não a manifestam. Entre os primeiros, a maior parte do grupo trabalha de forma integrada. Além disso, o trabalho grupal é muito valorizado e é comum sua referência nas entrevistas. As atividades que realizam em grupo são variadas, incluindo além dos cultivos, a comercialização, e a construção de benfeitorias. Por outro lado, o grupo que não manifesta sensibilidade ambiental não apresenta afinidade ao trabalho grupal, sendo que a metade destes trabalha individualmente. Um agricultor que está trabalhando em grupo respondeu que não vê nenhuma vantagem neste tipo de organização, pelo contrário, crê que o que acontece é que alguns trabalham e outros não.

Aqueles que manifestam sensibilidade ambiental, porém esta não se reflete em sua prática, estão em sua maioria (92%) trabalhando em forma grupal. A maior parte do grupo reconhece que existem dificuldades, porém crê que serão superadas. As atividades que realizam em grupo vão desde a obtenção de recursos financeiros até o plantio de alguns cultivos. Um número importante de agricultores compartilha todas as atividades.

Quadro 6: Variáveis da estrutura objetiva dos diferentes grupos de agricultores assentados – Assentamento Filhos de Sepé, Viamão - RS

| Eixos | Manifestam sensibilidade ambiental | | Não manifestam sensibilidade ambiental | |
|---------------------------------------|---|----------------------------------|---|------------------------------------|
| | Reflete-se na ação (6 casos) | No se reflete na ação (13 casos) | Não se reflete na ação (5 casos) | Reflete-se na ação (2 casos) |
| Dotação de máquinas e infra-estrutura | Mais adequado. | Média | Pouco adequada a insuficiente | Pouco adequada |
| Dotação de animais | Média | Adequada | Mais adequado. | Mais adequado. |
| Ingressos extras | Poupança, venda da força de trabalho. | A metade do grupo recebe | Não contam | Não contam |
| Organização | Alta valorização do trabalho grupal | Os problemas se superaram | Pouca afinidade com o trabalho grupal | Boa valorização do trabalho grupal |

Fonte: Dados da pesquisa.

5.2.3 Trajetória social dos agricultores

Entre os agricultores que não manifestam sensibilidade ambiental, a maior parte eram empregados antes de chegarem ao assentamento (aproximadamente 71% do grupo), enquanto que entre os que manifestam sensibilidade ambiental, a metade do grupo é de antigos pequenos proprietários de terras, que lhes permitiu contar com recursos iniciais, possibilitando uma melhor organização dos sistemas. No grupo que manifesta sensibilidade ambiental, existe uma maioria que se diz filho de agricultores, representando 46% do grupo. Já uma terceira parte do grupo é composta por ex-empregados e, por último, aproximadamente 23% foram meeiros.

Quanto às atividades que desenvolviam e como as desenvolviam, os que manifestam sensibilidade ambiental, em sua maioria, destacam que provêm de regiões onde a agricultura era realizada de maneira extensiva e com uma forte presença de insumos agrícolas, tais como agrotóxicos e maquinarias. Já entre os que não manifestam sensibilidade ambiental, sua atividade principal era ligada a serviços (urbanos), trabalho na atividade pecuária ou como operadores de máquinas. A metade do grupo menciona a agricultura como atividade principal.

Em relação à participação dos agricultores no movimento, é necessário esclarecer que não se fizeram perguntas diretas sobre este tema, porém se pode advertir que entre os que manifestam sensibilidade ambiental, a referência ao movimento é mais freqüente e denota maior presença deste, especialmente se compara com aqueles que não manifestam sensibilidade ambiental (neste grupo existem algumas situações particulares como agricultores que não formavam parte do movimento - ex-empregados da fazenda desapropriada). Também se observam algumas respostas que não concordam com os próprios princípios do movimento. Entre estas, pode-se mencionar a rejeição ao trabalho em grupo, a realização de uma agricultura diferente da convencional e até expressões que refletem uma escassa solidariedade entre agricultores.

Em resumo, observa-se que com o discurso ambiental, surgem outros determinantes para a escolha de atividades, os quais se somam ou substituem o da subsistência. Também no grupo que manifesta maior sensibilidade ambiental já não se fala tanto do que faziam e sim do que fazer, por exemplo, plantar arroz. Em parte daqueles neste grupo que ainda não implementaram ações que refletem sensibilidade

ambiental, predomina como determinante o que faziam, adicionando-se aquela atividade que permite maior retorno financeiro. À medida que se avança nesta escala da sensibilidade ambiental, há uma definição mais clara das atividades a realizar, ainda que estas não sejam necessariamente mais conservacionistas ou diferentes daquelas consideradas convencionais.

Quadro 7: Trajetória social dos grupos de agricultores assentados – Assentamento Filhos de Sepé, Viamão - RS

| Eixos | Manifestam sensibilidade ambiental | | Não manifestam sensibilidade ambiental | |
|---------------------------|--|---|---|------------------------------|
| | Reflete-se na ação (6 casos) | Não se reflete na ação (13 casos) | Não se reflete na ação (5 casos) | Reflete-se na ação (2 casos) |
| Origem Social | Ex-proprietários | Filhos de agricultores, ex-empregados e meeiros | Ex-empregados | Ex-empregados |
| Atividades que realizavam | Extensivas; altos usos de insumos modernos | Cultivos, serviços urbanos e rurais | Serviços urbanos, gado e operação de máquinas | Cultivos e serviços urbanos |
| Menção ao MST | Muito freqüente | Freqüente | Escassa | Escassa a nula |

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme aparece no discurso ambiental dos agricultores, sua percepção da tecnologia é mais crítica. Os que não manifestam sensibilidade ambiental fazem uma avaliação muito positiva, a exceção de uma minoria sem o discurso ambiental, porém com a ação. Já no grupo que ainda não reflete sensibilidade ambiental, nas ações há uma esperança “tácita” de que será a tecnologia quem lhes permitirá alcançar essa produção diferente e com ela melhores possibilidades de competir no mercado. Os que refletem maior sensibilidade em suas ações realizam uma crítica mais no sentido de sua “identidade” profissional, como pequenos agricultores que não podem acessar essa tecnologia.

O predomínio dos diferentes critérios para definir as técnicas a utilizar em cada grupo é claro. Os que realizam alguma ação onde se reflete sensibilidade ambiental, o principal critério é o dos recursos naturais e o processo de seleção de técnicas tem que ver com a discussão grupal e com o trabalho de assessoria dos técnicos, enquanto que

aqueles que ainda não realizam ações onde se observe sensibilidade ambiental, tanto sem discurso como com discurso, o principal critério é o conhecimento prévio. Aparecem outros elementos, como a terra, naquele grupo minoritário dos que não têm discurso, porém realizam ações. A disponibilidade de recursos nos que não manifestam sensibilidade ambiental é um argumento que aparece com freqüência.

Quanto às técnicas de conservação de solos, é um parâmetro que se apresenta sumamente complexo para analisar, dando lugar a controvérsias ou polêmicas, de tal maneira que sua análise foi relativizada. Em primeiro, lugar não se observam diferenças claras entre os distintos grupos: por outro lado, utilizar técnicas de conservação de solos não é suficiente, se não se evitam as causas que determinam a deterioração do solo. Por exemplo, plantar cana para que a água não leve o solo é uma medida concreta de conservação, porém cabe perguntar porque a água está levando consigo o solo. Além disso, a permanência dos agricultores no assentamento é recente. Como avaliar os problemas que já existiam? As manifestações de um técnico que atua dentro do assentamento revelam que alguns problemas de solo estariam se agravando. As próprias condições dos agricultores dificultam a implementação destas práticas. Na zona de moradia cada agricultor tem de 1,5 a 2 ha, o que limita as possibilidades de trabalhar em prol da conservação de solos. A dotação de recursos, como maquinários e ferramentas, é em quase todos os casos insuficiente e até inadequada.

Com relação a uma agricultura diferente, pergunta que foi formulada sempre tendo como contraponto à agricultura convencional, cada agricultor tomou referências distintas, como sua própria experiência, sua história, e com base nela respondeu. As respostas foram sumamente variadas no grupo que não manifesta sensibilidade ambiental. Entre os que manifestam sensibilidade ambiental alguns acreditam que deveriam realizar uma agricultura diferente, outros acreditam que já a estão fazendo. As razões são a saúde, em primeiro lugar, seguindo os fatores econômicos e, menos freqüentemente, o meio ambiente. Enquanto que para os agricultores que não manifestar sensibilidade ambiental, mas esta se reflete em suas ações, aparecem argumentos referentes aos recursos naturais, ao meio ambiente e à saúde, nesta ordem.

Quanto à Área de Proteção Ambiental se observam claras diferenças entre aqueles que não manifestam sensibilidade ambiental, os quais acreditam que apesar de ter algumas vantagens, inviabiliza terra que poderia servir para o plantio. Por outro lado,

os que têm um discurso realizam uma avaliação mais positiva, alguns como algo que permitirá demonstrar que o MST não destrói, outros porque permite cuidar de animais, água ou árvores, e porque significa mais saúde para os agricultores. O grupo que vê mais dificuldades é aquele cujas ações ainda não refletem sensibilidade ambiental, o que parece lógico, pois apesar de expressar sensibilidade ambiental, ainda não consegue refleti-la em suas ações. Para estes agricultores, existem problemas com animais que vivem ali, e porque devem aprender a trabalhar sem veneno em seus sistemas produtivos. Os agricultores não relacionam esta área com os sistemas produtivos e suas práticas, o que se observa marcadamente no grupo que não tem discurso, enquanto que no outro grupo aparecem algumas respostas que relacionam suas práticas e a APA, como que uma forma de proteger essa área é não usar agrotóxicos, nem fogo. Em geral, a APA é vista separadamente dos sistemas produtivos¹².

5.3 Pacotes Interpretativos dos agricultores

Com base nas características e posições em relação à questão ambiental dos grupos de agricultores se construiu os pacotes interpretativos. Adverte-se que a combinação que se destaca para a construção dos pacotes interpretativos nesta arena específica tem relação a dois aspectos, a saber: seu repertório cultural e os recursos com que contam. O primeiro aspecto está fortemente influenciado pela sua origem social, pelas atividades que desenvolve e a sua trajetória social. Já no segundo aspecto, a dotação de recursos recebe influências de origem social, as estratégias para organizarem-se para o trabalho e a disponibilidade de ganhos extraprediais.

Segundo o Quadro 1 apresentado no capítulo 2, onde se mencionam situações sociais contraditórias e potencialmente conflituosas, os agricultores que manifestam alguma sensibilidade ambiental já superaram algumas etapas, como garantir seu auto-abastecimento, produzir algum produto que signifique retorno econômico, participar de grupos medianamente consolidados, onde se dão as discussões das ações a seguir. Isto talvez seja bastante ajudado pelo fato destes agricultores contarem com alguns recursos ao chegarem ao assentamento, na forma de dinheiro proveniente da venda de seus bens,

¹² Esta separação ficou bem clara durante uma reunião entre técnicos de entidades ambientais e os agricultores no assentamento durante o período da pesquisa de campo. Os agricultores nesta ocasião solicitaram a demarcação da APA.

como imóveis, maquinarias e tratores. Nestes agricultores está muito presente a necessidade de cuidar de sua saúde. Dentro deste grupo existem casos que sofreram danos em sua própria saúde, ou que se tornaram muito sensíveis. A maioria provém de zonas onde a produção se realiza sob o padrão de agricultura industrial moderna, intensivo em insumos químicos. Relacionado com este tipo de agricultura aparece outro elemento que tem muita força entre estes agricultores, ou seja, a sua reincorporação num mercado de onde foram excluídos, justamente por não terem condições para competir. Outro elemento que conforma o discurso deste grupo é a importância que lhe atribuem para obter uma mudança de percepção da sociedade em relação ao movimento, o que demonstra como as interpretações ou a conformação dos pacotes interpretativos não são um feito isolado, senão que dependem de um grande número de relações que se estabelecem entre as diferentes arenas (política, econômica, tecnológica, etc.).

Já no pacote interpretativo que sustenta o grupo que, apesar de manifestar sensibilidade ambiental, não a expressa em suas ações, além da necessidade de inserção no mercado e a preocupação com a saúde, aparece um elemento importante, o de garantir a subsistência. Apesar de não terem clareza a respeito das atividades a serem realizadas, eles optam, em um primeiro momento, por aquelas que garantem retorno econômico mais rápido, enquanto que no grupo anterior já havia uma definição mais clara das atividades a realizar. Este grupo apresenta uma maior expectativa com relação à tecnologia, como forma de chegar a uma produção de mais qualidade, que lhes permita acessar a um mercado com melhores possibilidades de competir. Deve-se esclarecer que nenhum dos grupos menciona um diferencial de preços por seus produtos “diferentes”. Consideram que, em primeiro lugar, devem ganhar um espaço no mercado.

O grupo que não manifesta sensibilidade ambiental, logicamente não apresenta um pacote interpretativo da questão ambiental. Apresentam maiores dificuldades para garantir sua subsistência, sua dotação de recursos materiais é a mais inadequada de todos os grupos, pois os agricultores não dispunham de outras rendas ao chegar ao assentamento (provavelmente por sua condição de empregados ou porque sua relação com o mercado produtivo não era forte). Vários agricultores afirmam que nunca foram modernizados, ao contrário, como diz um agricultor, “sempre fui agricultor de enxada”. Estes agricultores que tiveram uma débil relação com o mercado, em comparação com o grupo anterior, estão hoje em uma etapa anterior de forma a garantir sua subsistência, produzir de maneira diferente e organizar-se em forma grupal. A presença no

movimento em seu cotidiano não é destacada, sendo que a maior parte do grupo não compartilha a idéia de trabalho grupal.

Quadro 8: Pacotes interpretativos dos grupos de agricultores assentados - Assentamento Filhos de Sepé, Viamão - RS

| Posições Eixos | Manifestam sensibilidade ambiental e esta se reflete em suas ações | Manifestam sensibilidade ambiental, porém esta não se reflete em suas ações |
|---------------------------|---|---|
| Núcleo do Problema | Melhorar a qualidade de vida através de um ambiente com menores riscos para a saúde do agricultor e produzir alimentos mais saudáveis para a sociedade, aumentando a competitividade dos produtos. Gerar uma imagem positiva do movimento ante a sociedade. | Assegurar a subsistência através de atividades que permitam um retorno econômico mais rápido, proteger a saúde dos agricultores. Ascender a uma tecnologia que permitirá uma melhor competitividade, através de produtos de melhor qualidade. |
| Metáfora | Uma saúde deteriorada do agricultor, além de sua incapacidade de permanecer no sistema. | Saúde do agricultor deteriorada, subsistência comprometida e riscos ambientais. |
| Causas | Contaminação gerada pela aplicação de produtos químicos, como fertilizantes e agrotóxicos; incapacidade de competir com outros setores produtivos, por uma tecnologia inacessível para a pequena produção. | Utilização de produtos químicos, dificuldade para produzir de maneira diferente por sua própria história. |

Fonte: Dados da pesquisa.

5.4 Posições dos mediadores técnicos

Neste trabalho se analisa uma série de conflitos em uma “arena específica”, o que permite melhor contextualizar que quando se fala de “opinião pública”, incluindo as “representações sociais”, estas arenas específicas estão sempre inter-relacionadas, o que está de acordo com o conjunto de um sistema de arenas (FUKS, 1997).

Assim como as investigações não podem ser realizadas sem referência ao “onde”, também lado é necessário que a investigação específica seja unida ao restante do universo, para o qual é necessário que o recorte do objetivo contemple pontes como restante, ou seja, os mediadores que atuam nesta arena podem estabelecer conexões com outras situações.

As entrevistas foram realizadas utilizando um roteiro de perguntas, um instrumento semi-estruturado que permitiu conhecer a percepção ou entendimento dos entrevistados acerca de sua própria formação, da tecnologia, seu conceito, seus parâmetros para sua classificação e seus impactos na sociedade, assim como o significado da agricultura, sua situação hoje, a respeito da agricultura diferente e seus impactos, da configuração dos sistemas produtivos no assentamento e sua avaliação em relação aos recursos naturais com que contam os agricultores assentados.

Com relação à tecnologia, quatro dos seis técnicos entrevistados a definem como conjunto de técnicas, métodos e procedimentos. Outros dois preferem caracterizá-la, um mencionando como se a constrói, com princípios antigos, e outro afirmando que é aquela preocupada com o meio ambiente e por não tornar o agricultor dependente. Ao se perguntar aos mediadores como classificam esta tecnologia, aparecem diferentes critérios. Dois mencionam o pacote da tecnologia moderna *versus* uma da agricultura familiar ou orgânica (em construção, afirma um técnico). Outro prefere utilizar o critério de quem as domina. Assim, para ele, aquelas dominadas por agricultores *versus* as dominadas pelos técnicos. Outro critério que aparece é em relação à sua prioridade. Segundo este princípio, existem as que buscam lucro e as que valorizam o ser humano. Um dos técnicos prefere não classificá-las em boas ou ruins, porque isso depende de seu uso.

Todos os mediadores relacionaram a tecnologia a um modelo de sociedade, e cada um desde sua perspectiva explicando onde estão os pontos de conexão. Para dois técnicos, a idéia é contribuir para construir uma sociedade nova. A atual, oprimida pela modernidade, deve dar lugar a uma onde ressaltam a auto-suficiência e a independência dos agricultores. Outro técnico faz referência a uma sociedade que apóie os sem-terra, como uma forma de resistência dos agricultores. Para outro técnico a tecnologia deverá permitir o acesso a uma sociedade mais solidária e menos competitiva, sendo que a competitividade deve conviver em equilíbrio com o ambiente. Outro mediador afirma que cada um deve fazer sua parte. Segundo ele, deve-se atuar individualmente, porém não perder a idéia de conjunto. Concretamente, essa tecnologia pode permitir a um maior número de pessoas produtos mais saudáveis que agora são para uma elite. Por último, para outro técnico a relação se dá através da interdependência rural – urbano. O primeiro produz para a cidade, mantendo as famílias em suas propriedades com qualidade de vida, e nisso os meios públicos têm uma responsabilidade essencial.

Dos seis técnicos entrevistados, quatro fazem referência à situação da agricultura como setor e, particularmente, a agricultura familiar ou pequena produção, destacando sobretudo a atuação do governo, suas políticas, prioridades, etc. enquanto que outros dois técnicos relacionados a entidades governamentais de diferentes níveis, preferem referir-se à situação de cada cadeia produtiva (arroz, produção de carne, etc.) na agricultura, e especificamente em âmbito local. Entre os primeiros, aparecem qualificativos negativos em relação a atual situação da agricultura, tais como “ser uma das últimas prioridades para o governo”, “a situação ser dramática, deprimente” e “existe um descaso do governo”. Todos eles fazem referência à pequena produção, assinalando que entre as dificuldades estão a demora para receber recursos que, apesar de reconhecer que nem sempre são utilizados corretamente, é um direito dos agricultores. Também mencionam a falta de políticas de crédito, de assistência técnica, entre outras, para os pequenos produtores. Segundo um entrevistado, se segue priorizando a grande produção. Tudo isto tem determinado uma forte saída dos agricultores para as zonas urbanas, onde seu destino não será melhor. Um deles também se refere a “uma universidade que não investiga o melhor para a agricultura”.

O restante dos técnicos (dois deles) qualifica a agricultura como sumamente diversificada, dividindo-a em setores e cadeias e fazendo referência a cada um deles, sempre no âmbito local. Assinalam o setor produtor de arroz como estando em uma situação crítica, pelos custos e pelo preço do produto. Também mencionam as dificuldades do setor de produção de leite, uma atividade sumamente importante para o município, devido ao aumento dos custos. O setor hortigranjeiro, que tem importante peso na economia do município, é variado e algumas produções também passam por dificuldades. O gado de corte, que é complementar à produção de arroz, não é tão importante economicamente (em geral, estas apreciações coincidem com as apontadas pelos técnicos do convênio INCRA/FAO que realizaram um diagnóstico do assentamento).

Aparecem aqui as diferentes interpretações para uma agricultura diferente e as razões pelas quais se deve priorizar a esta agricultura apresentam ainda maior variação.

Dois técnicos mencionam a agricultura diferente como se opondo ao pacote da modernização, à lógica do alto empreendimento aliada da indústria. Mencionam-se ainda outros parâmetros, como tender à independência do agricultor, mencionado por

quatro técnicos, tendentes a produzir suas sementes, adubos, alimentação, não depender de insumos industriais, comparando um sistema com o ciclo da água na natureza e também a evitar a dependência do técnico. Para um dos entrevistados é importante trabalhar com a auto-estima do agricultor, para que ele se sinta sujeito de seu próprio destino. Um mediador fala em restabelecer a relação homem-natureza, esta como uma “parceira” e não como algo que se deve explorar.

Outro mediador mais voltado para a produção animal estima que ainda não se pode falar de pecuária ecológica. Acredita que esta é uma meta de longo prazo. Por hora, estão pensando em uma produção diferenciada, onde a contaminação é reduzida, que logo será uma produção orgânica, uma meta possível, porém que requer mais tempo para se obter. Por último, um técnico menciona agricultura diferente algumas variações: a produção orgânica tem a ver com sustentabilidade da produção, vendo a propriedade como um todo, porém relacionada a outros níveis. Coincide com a proposição agroecológica de ALTIERI (1989) como uma filosofia de trabalho mais que como um sistema de produção.

A agroecologia é mencionada por cinco dos seis técnicos, três deles, quando tentavam definir uma agricultura diferente, outro quando definiu tecnologia e, finalmente, um quando expressava a complexidade dos problemas: “... não existe uma única solução, é necessário perceber que todas as ações se complementam, a agroecologia não soluciona tudo”.

Em relação às razões para aderir a uma outra agricultura, aparece a fome no mundo, o que é visto como uma forma de degradação do ser humano: “... a natureza começa com uma pessoa de barriga cheia, não há consciência de barriga vazia...”, afirma um dos técnicos. Três técnicos têm argumentos mais relacionados à desvalorização do ser humano, seja por não produzir sua alimentação, afetar sua saúde, causar dependência, etc., enquanto que para outros três tem que ver mais com a reativação econômica, com a geração de emprego, com a forma de competir com as grandes corporações; “produzir outros produtos, capitalizar-se e liberar-se da agroindústria...”, afirma um técnico, buscar a sustentabilidade da propriedade, ou seja, além de qualidade vida, deve ter retorno econômico.

A maior parte dos técnicos faz referência à fragilidade dos recursos naturais, particularmente o solo, tanto na área alta (solos muito suscetíveis a erosão), quando nas áreas baixas, de banhados e turfas. Soma-se a isso a dificuldade que existe para que os agricultores possam alcançar um equilíbrio entre produzir e conservar.

Os qualificativos para a área do assentamento são recursos muito bons, com altíssima diversidade em solos, relevo, água, animais, madeiras, etc. Para outro técnico, são recursos que apresentam altas complicações para serem utilizados, somado às diferenças com os lugares de origem dos agricultores, mas apresentam boas condições para desenvolver outras atividades e de forma orgânica. Para outro técnico ainda, são ecossistemas extremamente frágeis, precisando-se trabalhar apropriadamente. Três técnicos mencionam a necessidade de trabalhar em conjunto com especialistas, no sentido da preservação destes recursos.

Quanto à relação dos agricultores com os recursos naturais, cinco técnicos concordam com a necessidade de que os agricultores tenham uma maior preparação, informação e conhecimentos para trabalhar sobre estes recursos. Por hora, a prioridade para os agricultores, segundo três dos técnicos entrevistados, é produzir algo. Um deles faz referência a como cada grupo percebe estes recursos e de acordo com isto elegeram os lugares para viver e produzir. Destacam que tanto a utilização do fogo, como a drenagem das zonas baixas, são extremamente difíceis de manejar e podem gerar sérios problemas nos recursos naturais do assentamento. Todos concordam na compreensão que os agricultores devem ter: eles devem perceber-se como sujeitos atuantes, em um processo que depende mais deles que dos técnicos, uma construção dos conhecimentos que se faz entre os agricultores e técnicos. Por último, outro mediador afirma que não há condições de trabalhar com cada agricultor individualmente, sendo necessário trabalhar na conscientização dos agricultores.

A presença da APA é para um dos mediadores uma boa garantia da qualidade dos produtos que saem do assentamento. Para outro, tudo está intimamente relacionado à APA: os sistemas produtivos, os animais da região, etc., e acredita que faltou preparação dos agricultores por tratar-se de um processo muito rápido. Outro técnico, de atuação na região, acredita que mesmo fazendo-se algo diferente à produção convencional, ainda falta muito para ser ecológica. Neste sentido, o assentamento pode converter-se em um pólo que sinalize aos produtores da região no sentido de maior

conservação ambiental. Outro técnico vê os maiores problemas da APA devido aos animais que vivem ali, já que ao modificar as atividades, antes arroz e pecuária extensiva, hoje mais intensiva, se reduz a área disponível para esses animais, comprometendo sua sobrevivência (por exemplo, o veado).

No Quadro 9 abaixo se tenta resumir a posição dos técnicos, com o objetivo de mostrar mais claramente as diferentes posições, assumindo o risco de perder uma parte da informação ao resumir as informações em algumas palavras para chegar a agrupar algumas posições que são semelhantes.

Para fins de análise, agrupam-se os técnicos de acordo como estes definem alguns parâmetros, em relação à agricultura em geral, à agricultura diferente, e ao protagonismo dos agricultores. Obteve-se dois grupos, o primeiro formado por quatro técnicos e o segundo por dois. Os quatro técnicos do primeiro grupo pertencem a organizações não-governamentais, enquanto que o outro grupo está composto por representante de organizações ligadas a diferentes níveis do governo. Cada um destes grupos apresenta diferentes pacotes interpretativos, como versões alternativas da questão ambiental.

Os técnicos desempenham seu papel de “mediadores biculturais”, manifestando suas idéias desde a perspectiva da instituição onde trabalham. Assim, aqueles vinculados a organismos pertencentes ao governo não realizam críticas quando se lhes pergunta sobre a situação da agricultura. Preferem falar de um enfoque mais técnico e ao mencionar as dificuldades preferem atribuir estas ao mercado ou a fatores mais externos como as políticas implantadas (ou não) pelo governo. Também mencionam co-responsabilidades, o que ajuda a diluir as responsabilidades específicas em cada nível. Já técnicos relacionados com outras entidades, em primeiro lugar concordam em perceber uma situação muito difícil para a agricultura e preferem atribuir esta a um “descaso” dos governos especialmente no que se refere a políticas específicas para o setor da agricultura familiar.

Quadro 9: Pacotes interpretativos dos mediadores técnicos atuantes no Assentamento Filhos de Sepé, Viamão - RS

| | Técnicos não-governamentais | Técnicos governamentais |
|---------------------------|------------------------------------|--------------------------------|
| Núcleo do Problema | Mudar um modelo que gera | Chegar a uma agricultura com |

| | | |
|-----------------|---|---|
| | dependência dos agricultores em relação às agroindústrias e técnicos. Trabalhar por uma maior atuação dos agricultores para a construção deste outro modelo, com uma tecnologia que surge a partir do resgate de sua história e cultura. | sustentabilidade, passando por diferentes etapas (técnicas) para alcançá-la; esta permitirá viabilidade econômica, maior competitividade e melhor retorno econômico para os pequenos agricultores. Entender a região e gerar uma tecnologia adaptada a essa realidade, que permitiria obter produtos mais saudáveis e mais acessíveis a todos. Necessidade de repensar como os agricultores geram seus conhecimentos. |
| Metáfora | Agricultores que não são e não se sentem artífices de seu próprio destino, não se vêem responsáveis pelos danos ao meio ambiente. | Agricultores fora do mercado sem possibilidades de competir. Além disso, produzem colocando em risco os recursos naturais. |
| Causas | Modelo que provocou a degradação do homem, e tendo na tecnologia o principal responsável por estes efeitos negativos. Somado a um estado que não prioriza a setor agrícola, particularmente a agricultura familiar ou a pequena produção. | Por virem de diferentes regiões e perceber de maneira diferente os ecossistemas, responsabilidade compartilhada entre diferentes níveis do governo, agricultores e o próprio movimento. |

Fonte: Dados da pesquisa.

Junto a esta diferença, ao analisar a situação atual da agricultura e suas causas, aparece uma grande coincidência na terminologia. Por exemplo, ao falar de agricultura diferente suas percepções apresentam uma menor variabilidade que entre os agricultores. A maior parte deles fala de uma produção com menos uso de insumos e que provoque menor dependência dos agricultores. Em geral fala-se de agricultura diferente em contraposição ao modelo convencional de agricultura industrial moderna.

Outro exemplo é a utilização por parte de todos os técnicos em algum momento da entrevista do termo “agroecologia”, seja como modelo a ser perseguido, como tecnologia a resgatar e até mesmo como uma ideologia a defender. Os técnicos, respondendo alguns a suas próprias convicções, outros porque as instituições onde trabalham abraçaram esta causa, representam a agenda pública nesta arena específica. Por sua vez, nenhum agricultor utilizou o termo “agroecologia”, o que demonstra que ainda o encaixe entre os repertórios é modesto, mesmo percebendo-se alguns pontos de contato, especialmente entre os produtores que manifestam sensibilidade ambiental com técnicos de entidades mais próximas a movimento (por exemplo, as vantagens de

produzir em uma área de proteção ambiental, para valorizar os produtos). Como o processo de construção de pacotes interpretativos é dinâmico e contínuo, este encaixe deverá se fortalecer com o tempo.

Outra coincidência que aparece é com relação a um equilíbrio entre produção e conservação entre os agricultores, seja por falta de recursos, informação, conhecimentos ou acompanhamento técnico. Paralelamente, aparece a necessidade de um protagonismo maior por parte dos agricultores, porém a diferença é que no primeiro grupo de técnicos se pensa mais no resgate de seus costumes, experiências e história, enquanto que no outro grupo aparece mais a necessidade de trabalhar com os agricultores e repensar como estes geram suas aprendizagens.

Ao avaliar os recursos naturais os técnicos utilizam parâmetros mais produtivos, os qualificativos tendo a ver com sua capacidade de produzir determinados produtos, enquanto que os agricultores realizam uma avaliação mais comparativa em relação a seu lugar de origem.

CONCLUSÕES

Neste trabalho analisou-se uma “arena específica” com as interpretações que se refletem nas respostas dos diferentes grupos de agricultores e dos mediadores técnicos com relação à questão ambiental, à sustentabilidade e a uma agricultura diferente. daquela considerada “convencional” (oriunda do processo considerado como “Revolução Verde”). Trabalhar nas arenas específicas permitiu contextualizar melhor que quando se fala de “opinião pública”, ou até mesmo de “representações sociais”, também permitiu observar que estas arenas específicas estão sempre inter-relacionadas, formando em seu conjunto um sistema de arenas (FUKS, 1997). Assim, nesta análise não se considerou uma “questão ambiental”, uma opinião pública, mas uma série de conflitos em arenas específicas, situação da qual emerge a questão ambiental própria a este contexto, deixando-se de avaliar esta de acordo com os significados “oficiais” ou “universais”.

Com o desenvolvimento da investigação observou-se uma dissociação entre o que os agricultores manifestam e o que praticam, a natureza ocupando um lugar no discurso e outro diferente na ação. Foi necessário redefinir o esquema das práticas agrícolas, o que permitiu entender as estratégias para finalmente compreender a relação produção agrícola / conservação ambiental, já que a própria relação produção / conservação, como é entendida pelos agricultores, tem marcada influência sobre as estratégias adotadas. Por outro lado, estas estratégias e o que os agricultores manifestam (o que se reflete nos pacotes interpretativos) têm determinantes em comum, como a trajetória social dos agricultores, sua estrutura objetiva e subjetiva. Ou seja, quando se fala de práticas, estratégias e relação produção / conservação, uma não é conseqüência da outra, senão que se influenciam constante e mutuamente.

Os agricultores foram agrupados em duas grandes categorias, aqueles que “não manifestam sensibilidade ambiental” e os que “manifestam sensibilidade ambiental”. Entre os primeiros aparece uma minoria onde, apesar de não manifestar um discurso com sensibilidade ambiental, a natureza ocupa um lugar destacado na organização dos sistemas produtivos. Já no segundo grupo, os que manifestam sensibilidade ambiental, destaca-se um grupo majoritário, os que ainda manifestam sensibilidade, mas esta não se reflete em seus sistemas produtivos.

Os agricultores assentados contam com um repertório cultural já consolidado, que tem a ver com sua história, experiência e bagagem cultural. Por outro lado, o discurso público proposto pelos mediadores se soma a este repertório dos agricultores e vai construindo os pacotes interpretativos. Aqueles agricultores que manifestam alguma sensibilidade ambiental começam a construir seus pacotes interpretativos, enquanto aqueles que não manifestam sensibilidade ambiental em seu discurso não conseguem ainda incorporar a questão ambiental neste processo de construção de pacotes interpretativos. Para este grupo, ainda o elemento central é a garantia da subsistência e suas estratégias estão orientadas para este objetivo, enquanto que para o grupo que manifesta sensibilidade ambiental a subsistência é um objetivo que parece ter sido alcançado. Para este grupo, até a escolha de atividades é mais definida (aquelas recomendadas para o assentamento: hortaliças e arroz), com algumas destinadas à venda, o que lhes permite contar com alguma disponibilidade de dinheiro. Estes agricultores têm modificado algumas estratégias, como a do trabalho em grupo. Através da discussão se tomam as decisões, prática que provavelmente tenha a ver com a experiência de militância no movimento. Por outro lado, os que não expressam sensibilidade ambiental estão trabalhando individualmente e, ao mesmo tempo, sem acompanhamento técnico.

No grupo de agricultores que não manifesta sensibilidade ambiental uma minoria que, apesar de não expressar um “discurso ambiental”; não falando em produção diferente, orgânica ou ecológica, a natureza ocupa um lugar importante em suas estratégias, tais como na escolha das atividades, das técnicas, em seus projetos e até na percepção de sua situação atual.

Observa-se que os recursos materiais, organizacionais e simbólicos disponíveis para um determinado grupo são em parte os determinantes para que uma questão, neste

caso a ambiental, alcance o status de problema social, apesar de ainda existir grupos que não se organizam, e suas versões alternativas ficam fora da agenda pública. Neste caso, os que não manifestam sensibilidade ambiental apresentam suas metáforas, imagens, causas e conseqüências mais ligadas à reprodução familiar que à questão ambiental, preocupação que manifesta mais marcadamente um dos grupos técnicos, enquanto que a questão ambiental é um assunto presente em todos os mediadores técnicos. Mesmo sendo este contexto cultural muito importante na definição da dinâmica do debate, a questão ambiental é favorecida nesta arena específica pelo resultado de políticas públicas que estabelecem parâmetros de legitimidade que condicionam o debate público. As duas dimensões, o debate e a ação, nas estruturas de arenas públicas, permanecem interligados e reforçando-se mutuamente, já que ações específicas promovem determinada compreensão do problema. As ações de agências governamentais orientadas a solucionar problemas sociais, como a criação da APA, políticas de reforma agrária, definição de público para a assistência técnica, incentivaram o surgimento da questão ambiental como assunto da agenda pública, conferindo-lhe legitimidade.

As estratégias, o modo como os agricultores utilizam ou instrumentalizam os recursos produtivos e as relações com os mercados, têm concordância não apenas com as variáveis estruturais (estrutura objetiva), mas também com uma série de fatores socioeconômicos específicos e propriamente ambientais de cada atividade/unidade de produção e com a trajetória social dos agricultores. As estratégias são as opções diferentes que têm aquelas unidades com uma estrutura econômica e produtiva semelhante. Estas são muito influenciadas pela relação produção/conservação como é entendida pelos agricultores. Assim, suas percepções de elementos como a tecnologia, uma agricultura diferente, a presença da APA, entre outros, têm marcada influência nas estratégias que assumem os agricultores.

As estratégias assumidas por aqueles que manifestam sensibilidade ambiental, tais como a organização grupal para realizar as tarefas, encarar alguma atividade que permita vender excedentes e contar com recursos financeiros, lhes têm permitido alcançar uma maior coerência entre suas manifestações e as ações práticas. Hoje contam com uma parte de sua produção diferente (produtos “orgânicos” ou “ecológicos”) e estão comercializando fora do assentamento.

Por sua vez, aqueles que ainda não refletem o que dizem em suas práticas, as estratégias ainda não estão claramente definidas, priorizando-se a subsistência, desenvolvendo atividades que lhes permitam obter recursos financeiros, ainda que reconheçam que estas atividades não são definitivas. O trabalho grupal não está consolidado, de maneira que ainda suas ações são mais orientadas por sua experiência pessoal que pela discussão grupal.

Os que não manifestam sensibilidade ambiental apresentam uma série de estratégias orientadas a alcançar seu auto-abastecimento, o que se manifesta pelas atividades que realizam, cultivos para consumo interno e pela maior dotação de animais de produção para o autoconsumo se comparada ao grupo que manifesta sensibilidade ambiental. O trabalho familiar é predominante sobre o grupal, as decisões são nesse âmbito e se trabalha com base no conhecimento e na experiência familiar. O contato com os técnicos e, também, com outros agricultores, é esporádico.

As estratégias e os pacotes interpretativos de cada grupo têm determinantes em comum, sua estrutura subjetiva, objetiva e trajetória social. Assim, existe uma forte relação entre as estratégias assumidas e as interpretações de cada grupo, refletidas em seus pacotes interpretativos. Por outro lado, estas duas dimensões, a ação e o debate, são interdependentes e modificam-se mutuamente em uma evolução constante. Assim, os agricultores que já superaram uma série de empecilhos ou situações socialmente contraditórias (nos quais se destacam seu novo lugar de residência, a organização grupal, atividades e formas de produção diferentes) alcançaram uma maior coerência entre suas ações e seus discursos. As ações específicas (estratégias) de este grupo promovem determinada compreensão do problema, influenciara na opinião de outros grupos, induzindo estes a incorporar a questão ambiental tanto para construir os pacotes interpretativos como para encarar ações às estratégias que a contenham.

O lugar que ocupa a natureza na organização de seus sistemas produtivos, diferente ao que ocupa em suas posições, em um número importante de casos, longe de ser algo definitivo deve ser entendido como um processo dinâmico, onde tanto as ações como o debate, se modificam mutuamente. É provável que não exista um ponto em que se mostrem absolutamente iguais, já que à medida que suas ações se modificam, também seus discursos são alterados. O que deveria se esperar é que a direção ou orientação destas duas dimensões seja coincidente e evolua no mesmo sentido. É claro

que as ações dos outros atores são de fundamental importância, particularmente as ações governamentais. A capacitação dos agricultores, o acompanhamento das áreas de proteção ambiental, a disponibilidade de créditos para a pequena produção, etc, determinarão, em grande parte, que estas duas dimensões caminhem na mesma direção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, apesar de tratar-se de um primeiro esforço de compreensão da realidade nesta área, o que determinou maiores dificuldades para sua realização, reflete uma realidade complexa, requerendo sua continuação, estudando-se algumas situações que apareceram durante seu desenvolvimento e que, por não ser parte do objeto de estudo, não foram abordadas em profundidade.

O problema de pesquisa situou-se em torno da problemática sobre o lugar que ocupa a natureza nas estratégias que os agricultores assentados escolhem para atingir seus objetivos. No entanto, optou-se por não caracterizar em profundidade os sistemas produtivos e suas práticas, aceitando-se o desafio de incursionar em uma área mais sociológica, ainda que reconhecendo um forte limitante imposto por minha formação profissional (a agronomia), fato que se refletiu particularmente na dificuldade do ponto de vista do enquadramento teórico-conceitual do trabalho e a análise, requerendo um esforço adicional não só pessoalmente mas também em termos de orientação acadêmica.

Com a continuidade da pesquisa observou-se que existia, em um número importante de casos, uma incoerência entre o que realizavam e o que diziam os agricultores, surgindo assim a necessidade de se analisar mais exaustivamente suas posições frente a determinados assuntos e obrigando a investir mais em temas como os discursos, os pacotes interpretativos e as arenas, o que não se insistiu demasiado no início da pesquisa.

Uma interrogação se mantém: é possível conciliar a produção e a conservação, particularmente no caso dos pequenos agricultores, sem que isso se converta em um condicionante a mais na sua já difícil situação? Durante as entrevistas, os agricultores

manifestaram que tanto o governo como a sociedade, exigem deles atitudes e ações de preservação que não são exigidas de outros setores da mesma sociedade.

É importante que se modifiquem os valores dessa sociedade, incorporando a natureza ao cotidiano, não apenas dos agricultores, mas da sociedade em seu conjunto, permitindo o favorecimento de uma agricultura alternativa aos padrões industriais convencionais não apenas em relação aos meios de produção, mas fundamentalmente às relações sociais.

Porto Alegre, RS, Brasil, agosto de 2001.

BIBLIOGRAFIA CITADA E CONSULTADA

ABRAMOVAY, R. (1992) Paradigmas do Capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec.

ALMEIDA, J. (1999) A construção de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul de Brasil. Porto Alegre: Ed. da Universidade. Série Estudos Rurais (PGDR / UFRGS).

----- (1997) Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z. Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Ed. da Universidade. Série Estudos Rurais (PGDR / UFRGS).

----- (1989) Tecnologia 'moderna' versus tecnologia 'alternativa': a luta pelo monopólio da competência tecnológica na agricultura. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural / UFRGS (Dissertação).

ARGENTINA. Secretaria de Agricultura y Ganadería. (1981) El minifundio en la Argentina. Esquema conceptual y metodología para el estudio de tipos de establecimientos agropecuarios con énfasis en el minifundio. Grupo de Sociología Rural, Dir. Lic. Mercedes Caracciolo de Basco.

BENENCIA, R. e MARGIOTTA, E. (1978) Introducción al estudio de la Estructura Agraria. La perspectiva de la Sociología Rural. UBA. Mimeo.

BOURDIEU, P. (1989) A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: BOURDIEU, P. Poder Simbólico. São Paulo: DIFEL.

COSTABEBER, J. (1999) “Transição agroecológica: Do produtivismo à ecologização”. In: EMATERS / RS. Sustentabilidade e cidadania: o papel da extensão rural. Porto Alegre.

EHLERS, E. (1996) Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra Editora Ltda.

FELDMAN - BIANCO, B. (1987) Introdução. In: FELDMAN - BIANCO, B. (Org.) Antropologia das sociedades contemporâneas - Métodos. São Paulo: Global Universitária.

FLORIT, L. (1999) A reinvenção social do natural. As redes de produção e consumo de alimentos ecológicos. Porto Alegre: PPGS / UFRGS. (Anteprojeto de tese de doutorado).

FUKS, M. (1998) Arenas de Ação e Debate Público: Conflitos Ambientais e a Emergência do Meio Ambiente enquanto Problema Social no Rio de Janeiro. DADOS, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 41, nº 1, pp 87-113.

----- (2000) Definição de Agenda, Debate Público e Problemas Sociais: Uma Perspectiva Argumentativa da Dinâmica do Conflito Social. XXIV Encontro Anual da ANPOCS. Anais. Petrópolis, Rio de Janeiro.

GARCÍA, R. (1994) Interdisciplinarietà y sistemas complejos. In: LEFF, E. Ciencias sociales y formación ambiental. Barcelona: Ed. Gredisa.

GEHLEN, I. (1998) Reforma agrária: opção pelo modelo familiar de desenvolvimento. Porto Alegre. Mimeo.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. (1990) Da lavoura às biotecnologias. agricultura e indústria no sistema internacional. São Paulo: Ed. Campus.

JARA, C. (1999) Sustentabilidade: uma encruzilhada civilizatória. In: EMATERS / RS. Sustentabilidade e cidadania: O papel da extensão rural. Porto Alegre.

JOVCHELOVITCH, S. (1998) Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações Sociais. In: GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.) Textos em representações sociais. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 63 – 88.

JOLLIVET, M. (1994) Agricultura e meio ambiente: reflexões sociológicas. In: Estudos Econômicos, São Paulo, USP, vol. 24, nº especial, p 183 – 198.

KAGEYAMA, A. e BERGAMASCO, S. (1989) Novos dados sobre a produção familiar no campo. Apoio FINEP IE / UNICAMP.

KAIMOWITZ, D. (1997) O avanço da agricultura sustentável na América Latina. In: ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z. Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável". Porto Alegre: Ed. da Universidade. Série Estudos Rurais (PGDR / UFRGS).

PEREIRA DE SÁ, C. (1993) Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. (Org.) O conhecimento no cotidiano. São Paulo: Brasiliense. pp 19 - 45.

RELATÓRIO BACIA RIO GRAVATAÍ (1997) Porto Alegre: FPH/UFRGS (Convênio com Governo da Alemanha).

RIO GRANDE DO SUL. Diagnóstico da realidade agrária e proposta de desenvolvimento rural. Viamão – RS (Agosto 2000). PCT INCRA/FAO – UTF/BRA. 051/BRA.

----- Diário oficial do estado . 26/outubro/1998. Ano LVII-Nº203

----- Metroplan (1997) Inventário técnico documental da bacia hidrográfica do Rio Gravataí. Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí. Governo do Estado Rio Grande do Sul – SCP.

ROESE, M. (1998) A metodologia do estudo de caso. Cadernos de Sociologia. Porto Alegre. vol. 9. UFRGS / IFCH / PPGS (Programa Pós-Graduação em Sociologia).

ROGÉRIO VARGAS, P. (1997) O insustentável discurso da sustentabilidade. In: BECKER, D. F. (Org.) Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade? Santa Cruz do Sul: Edunisc, pp. 207 - 238

SCHNEIDER, S. (1999) Agricultura familiar e pluriatividade. Porto Alegre. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS (Tese)

SILVA, J. G. (1997) “Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social?” In: ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z. Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável". Porto Alegre: Ed. da Universidade. Série Estudos Rurais (PGDR / UFRGS).

----- (1999) “O novo Rural Brasileiro”. Campinas: UNICAMP/IE. Série de Pesquisas nº 1.

----- (1999) “Tecnologia e Agricultura Familiar”. Porto Alegre: Ed. da Universidade. Série Estudos Rurais (PGDR / UFRGS).

VARGAS CORTES, S. M. (1998) Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. Cadernos de Sociologia, vol. 9. Porto Alegre. UFRGS / IFCH / PPGS (Programa Pós-Graduação em Sociologia)

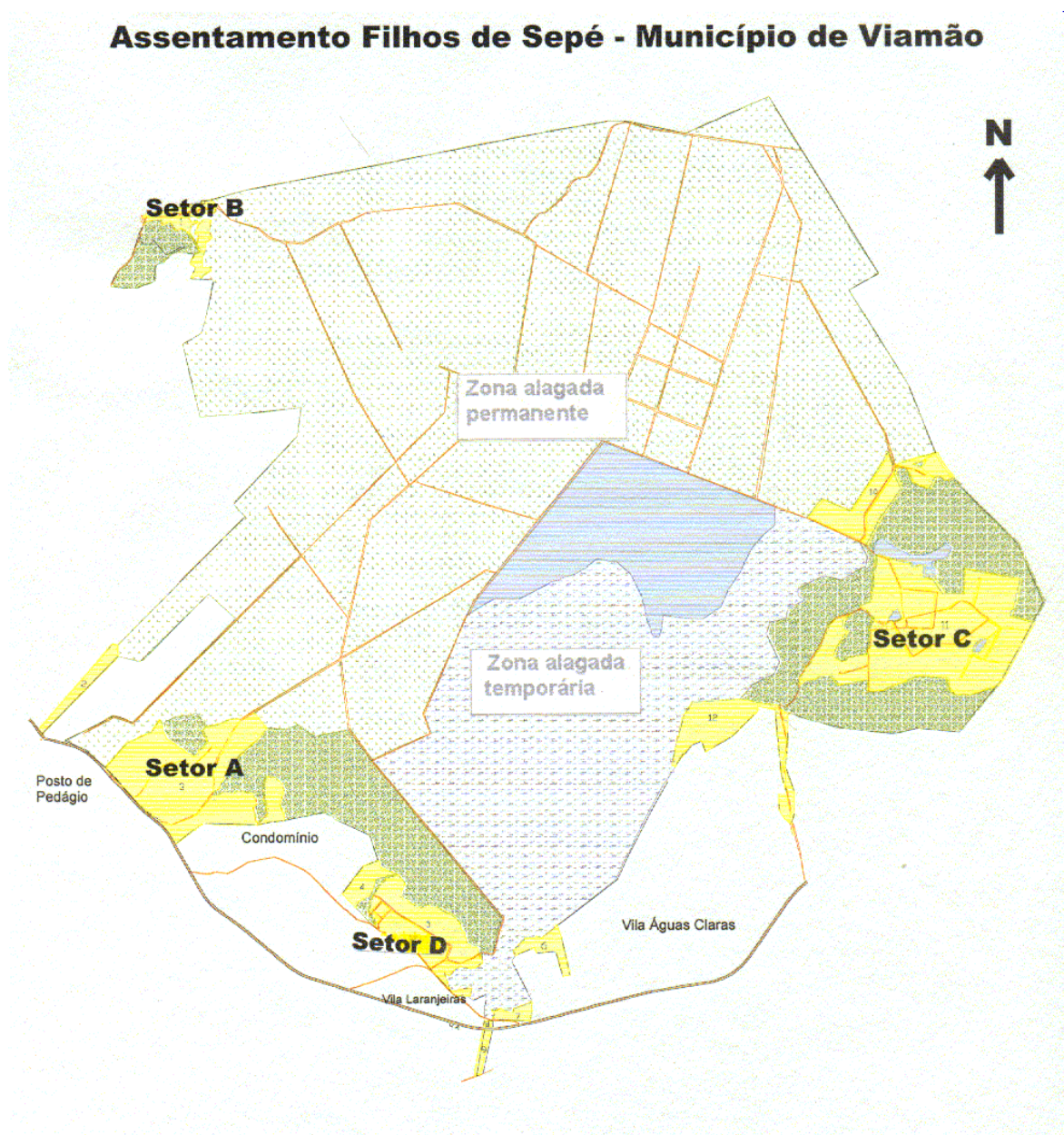
VILLABERDE, M. S. et alii Caracterização socioeconômica dos agricultores e moradores rurais do Distrito de Águas Claras/Viamão RS. (Junho 2000). Teoria, Elaboração e Avaliação de Projeto para o Desenvolvimento Rural. PGDR – UFRGS.

VINCENT, J. (1987) A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados y presentes. In: FELDMAN - BIANCO, B. (Org.) Antropologia das sociedades contemporâneas – Métodos. São Paulo: Global Universitária.

ZANONI, M.; FERREIRA, A.; MIGUEL, L.; FLORIANI, D.; CANALI, N. e RAYNAUT, C. (2000) Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Área de Proteção Ambiental. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente. nº 2, p. 39 - 55. Editora da UFPR.

ANEXOS

ANEXO 1



Referências:

Escala 1cm : 1000m

Verde: Área de Proteção Ambiental (Mata nativa)
Amarelo: Área de moradia (Área alta)

Fonte: Diagnóstico da realidade agrária e proposta de desenvolvimento rural. Viamão – RS (Agosto 2000). PCT INCRA/FAO – UTF/BRA. 051/BRA.

ANEXO 2

MODELO DE QUESTIONÁRIO PARA AGRICULTORES

QUESTIONÁRIO

Data ___/___/___

Nº

BLOCO 1 – IDENTIFICAÇÃO DO AGRICULTOR E SUA FAMÍLIA -
HISTÓRICO SOCIOECONÔMICO - PRODUTIVO.

- 1.1. Nome do entrevistadoSetor.....
 Natural de onde?Aonde morava?.....
 Qual era sua ocupação anterior?.....
 Se era agricultor, que atividades realizava?.....

 Trabalhou como empregado ou era proprietário?.....

1.2. Constituição familiar

| Nome | Parentesco | Sexo | Idade | Instrução 1)1º incompl 2)1º compl 3)2º incompl 4)2º compl 5)Superior | Ocupação principal 1)Agricultor 2)Não agricultor 3)Trabalha fora 4) Estuda |
|------|------------|------|-------|---|--|
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

- 1.3. Que critérios levou em conta para escolher este assentamento e este setor para morar?

.....

**BLOCO 2 - CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DO SISTEMA
PRODUTIVO.**

2.1 Terra

| | Hectares | Observações |
|---------------------|----------|-------------|
| Área Total | | |
| Área agrícola útil | | |
| Área para moradia | | |
| Área com mata | | |
| Área não utilizável | | |
| Parte do ano | | |
| Todo o ano | | |

2.2 Estrutura econômica produtiva

2.2.1 -Recursos Naturais com que conta:

2.2.1.1.Localizado dentro do setor.....

2.2.1.2.Descrição de alguma particularidade em relação ao geral

.....
.....

2.2.1.3.Em relação ao lugar de onde você vem, quais são as diferenças mais importantes? Isso mudou sua maneira de trabalhar a terra?

.....
.....
.....

2.2.1.4.Utiliza fogo?

Nunca () Às vezes () Frequentemente () Sempre ()

2.2.1.5.Com que fim?

.....
.....
.....

2.2.1.6.Realizou algum desmatamento em sua área? (.....) Sim (.....) Não

Quanto?

.....

| Animais (*) | Nº | Finalidade 1) Venda 2) Consumo 3) Venda, Serviços | Propriedade 1) Individual 2) Grupal | Observações |
|------------------------------------|--------|--|---|-------------|
| Boi de trabalho | | | | |
| Boi de comércio – 1 ano | | | | |
| <u>Touros</u> | | | | |
| <u>Vacas</u> | | | | |
| <u>Novilhos e terneiros</u> | | | | |
| <u>Suíños</u> | | | | |
| Cachaço | | | | |
| Porcas (matriz) | | | | |
| <u>Leitões</u> | | | | |
| <u>Aves</u> | | | | |
| Corte | | | | |
| Postura | | | | |
| <u>Outros</u> | | | | |
| Ovinos | | | | |
| Caprinos | | | | |
| Cavalos | | | | |
| Peixes | | | | |
| Abelhas | (Cxas) | | | |
| | | | | |

(*) Inclui animais que formam parte do circulante

2.2.3 -Relação com os mercados:

| INSUMOS | Quantidade | <u>De quem compra</u> 1) Comércio zona 4) Outros 2) Cidades 3) Cooperativas | Financiament O 1) Próprio 4) Outros 2) Troca – troca 3) Crédito comercial |
|---------|------------|---|---|
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

| PRODUTOS | Autoconsumo | <u>Venda</u> 1)Comércio zona 4)Feiras diretas 2)Cidades 5)De quem compra 3)Cooperativas os insumos | Observações |
|----------|-------------|---|-------------|
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

Que informações utiliza para a venda de seus produtos?

.....
.....
.....

Vende seus produtos a quem compra os insumos?

.....
.....
.....

Quais são suas fontes de informações (jornais, TV, revistas, profissionais, outras).

.....
.....
.....

2.2.4 - Características da produção:

2.2.4.1. Atividades agrícolas e seu manejo técnico

| Principais Culturas | Área | Produção | Semente 1)Própria 2)Híbrida 3)Outra | Semeadura 1)Manual 2)Mecânica | Colheita 1)Manual 2)Mecânica | Tratamentos culturais 1)Fogo 2)Tipo preparo do solo |
|---------------------|------|----------|--|-------------------------------------|------------------------------------|---|
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |

Adubos

| Nome | Para que cultura | Quantidade | Momento | Quem recomendou |
|------|------------------|------------|---------|-----------------|
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

Agrotóxicos

| Nome | Para que cultura | Quantidade | Momento | Quem recomendou |
|------|------------------|------------|---------|-----------------|
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

2.2.4.2 Atividades Pecuárias e seu manejo técnico

| Principais criações | Manejo técnico (especificar) |
|---------------------|------------------------------|
| | |
| | |
| | |

2.3. Formas e tipo de unidade de produção

2.3.1. Recebeu créditos (.....) Sim (.....) Não

2.3.1.1. Quem financiou?

2.3.1.2. Foi de fácil obtenção (tramitação)?

2.3.1.3. Para que utilizou?

2.3.1.4. Com que juros?

2.3.1.5. Teve ou tem problemas para pagar esse crédito?

2.3.2. Recebe dinheiro de fora da unidade de produção? Quais?

.....

2.3.3. Tem algum tipo de dívidas? Com que setor (comercial, financeiro, outro).

.....

Observações:

BLOCO 3- ORGANIZAÇÃO PARA O TRABALHO

3.1. Tipo de mão de obra

| Tipo | Quantidade | Períodos no ano (Quantidade-época) | Principal atividade que desempenha |
|-------------------------|------------|---------------------------------------|------------------------------------|
| Familiar | | | |
| Assalariada permanente | | | |
| Assalariada transitória | | | |
| Ajuda mútua | | | |
| Outras | | | |

3.2. Organização

3.2.1. Tem algum tipo de integração ou organização com outros agricultores? Qual?

.....

3.2.2. Para que atividades?

.....

3.2.3. Quais são as vantagens?

.....

3.2.4. Quais os problemas?

.....

3.3. Quem toma as decisões (agricultor, a família ou técnico)?

.....

3.4. Tem assistência técnica, como? Qual é sua opinião (críticas, aspectos positivos)? Qual é a contribuição do técnico para sua produção?.

.....

BLOCO 4- EXPECTATIVAS E PROJETOS FAMILIARES

4.1. Gosta do que faz? O que mais o senhor gosta de fazer?

Por que continua nesta atividade?

.....

4.2. Quais são seus planos e/ou projetos para o futuro?

.....
.....
.....

4.3. Como vê sua situação atual se comparada com aquela de 10 anos atrás?

.....
.....
.....
.....

4.4. Que pensa em relação ao futuro de seus filhos? (devem seguir na agricultura ou devem buscar outras atividades)

.....
.....
.....

BLOCO 5 – RELAÇÃO PRODUÇÃO AGRÍCOLA – CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

5.1. Como escolheu as atividades que hoje realiza? Por que escolheu essas atividades? (Ver se aparece algumas das razões em relação à questão ambiental)

.....
.....
.....
.....

5.2. Quando o Sr pensa em “tecnologia” o que lhe vem à cabeça? (importância, efeitos sobre o ambiente, necessária, etc)

.....
.....
.....
.....

5.3. Como avalia a qualidade de suas terras? Quais indicadores usa?

.....
.....
.....
.....

5.4. Utiliza – se de técnicas de conservação do solo? Quais?

.....
.....
.....

5.5. Como escolhe as técnicas que vai utilizar? (a de menor custo, a que conhece mais, a que afeta menos ao ambiente, etc) Sempre tem feito isso?

.....

5.6. Acha que deveria produzir de outra maneira?

.....
.....
.....
.....

5.6.1. De acordo com a resposta anterior, essa produção “diferente” (natural, orgânica, ecológica, etc), é importante? Por quê? (Ver quais são as razões, uma forma de cuidar da saúde, ao ambiente, etc ou uma forma de conseguir melhores mercados e preços, ou ambas)

.....
.....
.....
.....

5.7. Sabe que parte das terras do assentamento estão dentro de uma Área de Proteção Ambiental?
(.....) Sim (.....) Não

5.7.1. Que pensa das APAs?

.....
.....
.....

5.7.2. Conhece a regulamentação das APAs?

.....
.....
.....

5.7.3. Acha que existem outras formas de proteger a natureza?

.....
.....

5.7.4. Qual é sua posição sobre as áreas de reserva florestal?

.....
.....
.....
.....

5.7.5. Tem área de reserva florestal em seu lote? Pensa conservá-la?

.....
.....
.....
.....
.....

5.7.6. A existência da APA coloca alguma dificuldade para desenvolver seu trabalho?

.....
.....
.....

ANEXO 3

ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA MEDIADORES TÉCNICOS

I Em Relação a sua formação

Profissão

Onde se formou (grau, pós-grau, etc) Quando?

Que considera como uma deficiência em sua formação?

II Em relação à tecnologia

Como define tecnologia?

Existem diferentes tecnologias? Existem umas melhores que outras? Com que critério as classifica e com qual as qualifica?

Qual é o “modelo” que recomendaria a os agricultores deste assentamento (Águas Claras)

III Em relação à Sociedade

Qual é a relação entre a(s) tecnologia(s) pregoadas e o projeto político ou de sociedade do mediador?

Qual é o rol da tecnologia para transformar o social?

IV Em relação a os Sistemas produtivos

Para você, qual é a situação da Agricultura hoje? (Observar que aspectos destaca econômico, social, ambiental, etc)

Como define uma agricultura orgânica, ecológica, “diferente”?

Acredita que é importante produzir dessa forma? Por que?

V Em relação a os recursos naturais

Como qualifica os recursos naturais com que contam os agricultores do assentamento?

Para você, como é a relação dos agricultores com esses recursos? (conhecimentos, adaptação, negação, etc)

A presença de uma Área de proteção Ambiental modifica sua maneira de trabalhar? Em que aspectos?